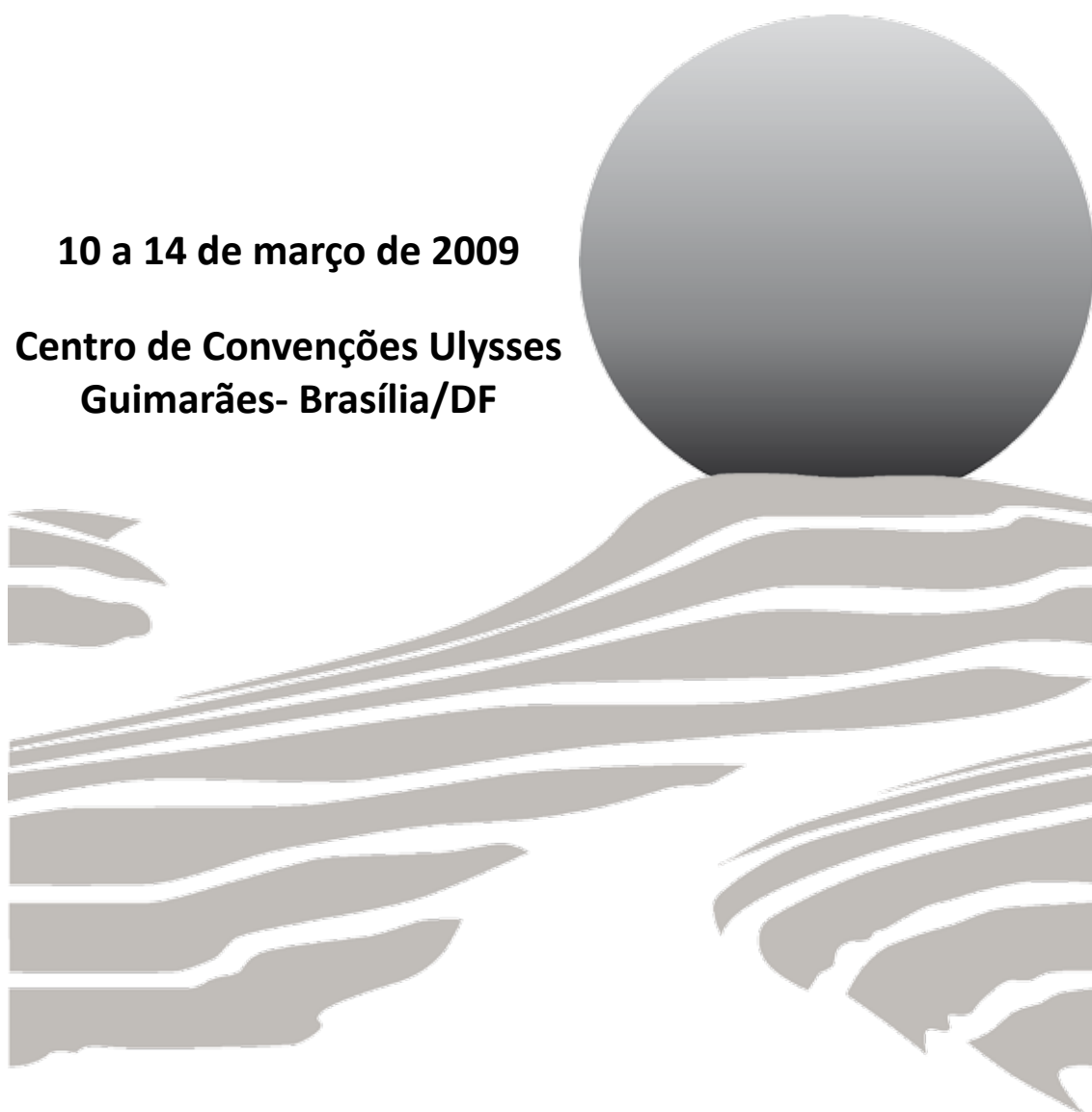


10º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

10 a 14 de março de 2009

Centro de Convenções Ulysses
Guimarães- Brasília/DF



DOCUMENTO BASE



***Diretoria Executiva da CONTAG
(Gestão 2005 - 2009)***

Presidente

Manoel José dos Santos

Vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais

Alberto Ercílio Broch

Secretário Geral

David Wylkerson Rodrigues de Souza

Secretário de Finanças e Administração

Juraci Moreira Souto

Secretária de Formação e Organização Sindical

Raimunda Celestina de Mascena

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais

Antonio Lucas Filho

Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente

Paulo de Tarso Caralo

Secretário de Política Agrícola

Antoninho Rovaris

Secretária de Políticas Sociais

Alessandra da Costa Lunas

***Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres
Trabalhadoras Rurais***

Carmen Helena Ferreira Foro

***Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens
Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais***

Maria Elenice Anastácio

Elaboração: CONTAG

Coordenação: Diretoria da CONTAG

Revisão de Texto: Assessoria da CONTAG

Diagramação: Fernando José de Sousa

APRESENTAÇÃO

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR realizará, nos dias 10 a 14 de março de 2009, em Brasília – DF, o **10º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS – 10º CNTTR**. Este será um momento de reflexão sobre questões e desafios relacionados à categoria e definição das políticas, internas e externas, a serem desenvolvidas para implementar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

O 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1995, lançou as bases para a elaboração do PADRS, aprovado em 1998, no 7º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, como estratégia de enfrentamento das políticas neoliberais. No 2º Congresso Extraordinário, no 8º Congresso e no 9º Congresso, foram realizadas as discussões de aprofundamento e aprimoramento do PADRS e a articulação da organização e estrutura sindical aos objetivos do projeto. Foi acrescentada, neste processo, a dimensão da SOLIDARIEDADE ao projeto, reconhecendo a necessidade de desenvolver a importância de construir e fortalecer práticas baseadas no respeito às individualidades e diferenças, capazes de desenvolver a cooperação entre pessoas, grupos e povos.

O PADRSS orienta estrategicamente as políticas do MSTTR e articula todas as lutas de interesse da categoria. Trouxe, ainda, mudanças importantes na atuação do MSTTR, pois fortaleceu o seu caráter reivindicativo e ampliou as suas ações de proposição e de monitoramento das políticas públicas necessárias para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário.

Passados dez anos, o 10º CNTTR será um momento importante para avaliar os avanços alcançados e os desafios a serem enfrentados na ação sindical, além de propor a atualização do PADRSS e das estratégias a serem desenvolvidas para a sua implementação.

O documento base do 10º CNTTR está organizado em 2 partes: a primeira parte trata da Conjuntura Internacional e Nacional e dos Temas Gerais do PADRSS, onde estão incluídos as políticas sindicais e a construção e fortalecimento das políticas que permitam a efetiva implementação do projeto. A segunda parte traz as políticas específicas do PADRSS desenvolvidas pelo MSTTR.

Neste Congresso foi feita a opção de construir estratégias, denominadas de Planos de Luta, que orientarão as políticas sindicais do MSTTR nos próximos anos. A partir destes Planos de Lutas a CONTAG, FETAGs e STTRs construirão os seus planos de ação.

A discussão do documento base nas Assembléias Gerais, nas Plenárias Estaduais e Regionais e no 10º CNTTR deverá ser realizada em dois momentos: no primeiro, todos os delegados e delegadas discutirão e aprovarão os temas da parte inicial do documento; e no momento seguinte, os grupos trabalharão a segunda parte do documento, que trata das políticas específicas do PADRSS.

Os Congressos Nacionais dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais são fundamentais para afirmação e das lutas e dos sujeitos políticos que as protagonizam. O 10º CNTTR representará mais um passo para construção do PADRSS, fortalecimento da democracia interna e da unidade do MSTTR e de avanço para a categoria trabalhadora rural.

Bom trabalho a todos e todas.

A Diretoria da CONTAG

SUMÁRIO

GRUPOS DE TRABALHO

I ANÁLISE DE CONJUNTURA	6
A INTERNACIONAL	6
B NACIONAL	8
1) Agrocombustíveis	12
II PADRSS: PARTE GERAL	
A INTRODUÇÃO	16
B POLÍTICAS QUE ESTRUTURAM A AÇÃO SINDICAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS	18
1) SUJEITOS POLÍTICOS	18
2) BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO SINDICAL	21
3) SINDICALISMO	24
(a) Ambiente Interno	25
(b) Ambiente Externo	28
C POLÍTICAS ESTRUTURANTES DO PADRSS	30
1) POLÍTICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA	31
2) POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	33
3) ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA	34
4) TRABALHO NO CAMPO COMO DINAMIZADOR DO DRSS	35
5) POLÍTICAS SOCIAIS	37
6) MEIO AMBIENTE	38
7) RELAÇÕES INTERNACIONAIS	40
D PLANO DE LUTAS	42

COMISSÕES TEMÁTICAS**III PADRSS: TEMAS ESPECÍFICOS**

Comissão Temática 01: POLÍTICA AGRÁRIA	45
Comissão Temática 02: POLÍTICA AGRÍCOLA	51
Comissão Temática 03: MEIO AMBIENTE	56
Comissão Temática 04: ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS	61
Comissão Temática 05: POLÍTICAS SOCIAIS	68
Comissão Temática 06: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL	80
Comissão Temática 07: SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA	85
Comissão Temática 08: RELAÇÕES INTERNACIONAIS	89
Comissão Temática 09: JUVENTUDE RURAL	95
Comissão Temática 10: ORGANIZAÇÃO E LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	100
Comissão Temática 11: PESSOAS DA TERCEIRA IDADE E IDOSAS RURAIS	105

GRUPOS

DE

TRABALHO

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

1 CONJUNTURA INTERNACIONAL

2 A dinâmica das transformações ocorridas no cenário internacional, como a construção de blocos comerciais, a crescente integração econômica entre países, dentre outros fatores, eleva o desafio para o MSTTR e para os demais movimentos sociais em compreender esta conjuntura e traçar estratégias de enfrentamento às políticas internacionais que, muitas vezes dificultam ou até inviabilizam, a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

3 No final da década de 1980, o capitalismo se tornou o sistema econômico, social e político dominante, no qual já prevalecia o capital financeiro sobre o produtivo. O sistema capitalista se caracteriza pela exploração do trabalho e por permanente concentração de riquezas nos mais diversos níveis: entre países, entre regiões e estados dentro de cada país.

4 Ao longo da história, o capitalismo assumiu diversas facetas, respondendo às condições conjunturais a que estava exposto. Na década de 1990, o capitalismo se caracterizou pelo aprofundamento da ideologia neoliberal, que estabelecia a supremacia do mercado como único espaço capaz de solucionar todos os problemas econômicos e sociais. Defendia o *Estado máximo* na defesa do capital privado e o *Estado mínimo* para a execução de políticas e para a intervenção nos mercados.

5 A aplicação por mais de 20 anos das políticas neoliberais deixaram evidente o fracasso desse modelo, sem promover o desenvolvimento econômico que prometia e agravando os problemas sociais da maioria das populações do mundo. Os países que adotaram os seus pressupostos, em especial aqueles que o fizeram sob a cartilha do Fundo Monetário Internacional - FMI, a exemplo do Brasil e da Argentina, apresentaram longos períodos de estagnação econômica e crises sociais graves.

6 Em reação a este quadro, diversos países, em especial na América Latina, elegeram governos com propostas alternativas ao neoliberalismo, como Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Bachelat no Chile, Morales na Bolívia, Corrêa no Equador e, mais recentemente, Fernando Lugo no Paraguai. Essas eleições foram resultado, principalmente, da mobilização e articulação dos setores sociais destes países que demandam por mudanças profundas na política econômica e social.

7 Os modelos representam diversos níveis de rompimento com o modelo neoliberal e nem sempre dialogam entre si. Mesmo com divergências, estes governos, com o apoio dos movimentos sociais de seus países, conseguiram reduzir o avanço dos interesses dos Estados Unidos e da Europa na região. Exemplo disso foi fracasso da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (barrando o nível de ambição dos Estados Unidos) e, da mesma maneira a agenda impositiva dos Europeus no Acordo Mercosul x União Européia. Em nível mundial, a articulação dos países do G-20 (grupo de países em desenvolvimento, interlocutores reconhecidos nas negociações agrícolas), foi vital para evitar que os países desenvolvidos lograssem impor aos países em desenvolvimento sua agenda comercial, centrada em produtos industrializados, na rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio – OMC (negociações da abertura do comércio mundial).

8 É preciso ter claro, porém, que a ideologia neoliberal encontra-se longe de ter sido derrotada ou totalmente banida. Ao contrário, continua exercendo uma forte influência sobre as políticas

econômicas e sociais. Como por exemplo, o permanente investimento em políticas financeiras, em detrimento das políticas sociais, e os constantes ataques às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

9 O processo da globalização, realizado nos marcos das políticas neoliberais de abertura dos mercados e no desenvolvimento da teleinformática (é a técnica que trata da comunicação de dados entre equipamentos de informática distantes um dos outros) atendeu a demanda do sistema financeiro, das multinacionais e transnacionais ao permitir um deslocamento mais rápido de capitais de um país para outro, em busca de maior rentabilidade em menor prazo possível.

10 É crescente a articulação dos blocos regionais dentro da economia mundial. Dentre esses blocos merecem destaque a Comunidade Comum Européia e o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, integrado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai na condição de membros plenos, que têm avançado para além da mera integração comercial. Entretanto, as demandas sociais da população ainda são pouco consideradas pelos países parte. Prevalecem os interesses econômicos e comerciais de grupos privados que têm gerado constantes crises políticas e atrasam o processo de integração Regional.

11 A adesão da Venezuela, em transição para a condição de membro pleno dá nova dinâmica e fortalece o MERCOSUL, mesmo que Chile e Bolívia permaneçam ainda como membros associados. Com a eleição de governos mais identificados com os movimentos sociais, o MERCOSUL vem melhorando os espaços de participação social nas discussões das políticas de integração e comércio adotadas pelo bloco. É o caso, por exemplo, da criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar – REAF, um órgão consultivo e propositivo de políticas públicas para a agricultura familiar, na qual a CONTAG vem atuando de maneira destacada.

12 A economia americana está em recessão decorrente das medidas econômicas e políticas adotadas em função do gasto público com a Guerra no Iraque, com a importação de petróleo a preços altos para atender a demanda interna e, agravada pela crise do setor imobiliário e do sistema bancário. A recessão da economia dos Estados Unidos tem reflexos negativos sobre as economias de países em desenvolvimento que dependem do mercado americano para as suas exportações. A perda do poder aquisitivo do dólar e a alta do preço do petróleo no mercado internacional preocupam os países em desenvolvimento, pois estes fatores pressionam a inflação e afetam os investimentos internos, comprometendo suas políticas de desenvolvimento.

13 Em novembro de 2008, a eleição nos Estados Unidos decidirá sobre os caminhos a serem adotados por aquele país na condução de sua economia e em suas relações internacionais. Os candidatos na disputa são: Barack Obama pelo partido democrata e Jonh McCain pelo partido republicano. Os democratas se caracterizam pelo maior protecionismo ao mercado interno e por serem mais preocupados com as questões relativas ao meio ambiente, ao respeito às liberdades e aos direitos humanos. Os republicanos se caracterizam pela defesa do liberalismo econômico, pelo intervencionismo externo e pela atuação conservadora nas questões religiosas e pessoais.

14 A conjuntura ambiental desperta cada vez mais interesse e preocupação. O aquecimento global, ou seja, o aumento da temperatura do planeta em virtude da ação humana não é mais contestado seriamente por qualquer país. Atualmente, A China (24%), Estados Unidos (22%) e União Européia (12%) juntos respondem por 60% da emissão de CO₂ (gás carbônico) na atmosfera. Os padrões de produção e consumo principalmente da Europa e Estados Unidos é insustentável e precisam ser revistos, com o propósito de torná-los menos prejudiciais ao conjunto da humanidade.

15 A permanência dos preços elevados do petróleo no mercado internacional e a certeza de que seus derivados, diesel e gasolina, quando utilizados em motores de combustão produzem gases poluentes que agravam o efeito estufa e elevam à busca de energias alternativas. Os agrocombustíveis (álcool, biodiesel, etc.) se destacam por substituir o petróleo com redução significativa nas emissões de gases poluentes. Entretanto, estão longe de serem “combustíveis limpos”, como vem sendo divulgado.

16 A manutenção dos padrões de consumo dos países desenvolvidos impôs maior demanda por matérias primas, em especial petróleo, minérios e alimentos. Aliado a isso, o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, em especial os do chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), auxiliaram na elevação dos preços desses produtos, que tendem a se manter acima de suas médias históricas.

17 A elevação do preço dos alimentos é resultante do somatório da alta no preço do petróleo que encarece o transporte e os insumos agrícolas; da produção de etanol dos Estados Unidos que compromete 1/3 (um terço) da sua produção de milho; dos baixos estoques combinados com quebras de safras que favorece a especulação financeira no mercado; do aumento do consumo de alimentos da Índia, da China (principalmente por carnes) e do Brasil, devido a uma melhora na distribuição de renda.

18 O aumento da demanda por alimentos no mundo potencializa a agricultura familiar por ser a principal produtora de alimentos. Ela pode responder a esta demanda, ofertando mais alimentos, desde que tenha políticas de Estado que assegure as condições de produção, beneficiamento e facilitação de comércio. No processo de produção e comércio de alimentos, não pode ser esquecida a tendência geral histórica de apropriação da riqueza gerada pela agricultura e pecuária por empresas nacionais e transnacionais que atuam no fornecimento dos insumos agrícolas, industrialização e distribuição dos produtos agrícolas.

19 Frente a esta conjuntura cresce em importância o PADRSS, que propõe um novo modelo de desenvolvimento para o campo, preconizando um desenvolvimento econômico a que esteja agregado o desenvolvimento social, a convivência com o meio ambiente e uma sociedade em que o ser humano não seja um mero consumidor ou consumidora/mercadoria, mas sim cidadão ou cidadã capaz de desenvolver plenamente todas as suas potencialidades.

20 CONJUNTURA NACIONAL

21 Para compreender a Conjuntura atual do Brasil é necessário que se analise as transformações sofridas recentemente no seu quadro econômico e social, que deram as feições que o país tem hoje. Parte-se da análise de indicadores fornecidos por instituições de pesquisa de credibilidade, a fim de se fazer uma leitura do cenário atual e projetar-se algumas tendências.

22 Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – demonstram que o Brasil vem retomando seu crescimento econômico. A economia brasileira vinha há muito tempo marcada pela instabilidade, onde se alternavam períodos de crescimento com outros de forte queda. No final do Governo Fernando Henrique Cardoso a economia registrava uma média de crescimento de 2,15%, que foi elevada para a média de 3,35% no Governo Lula, com destaque para o ano de 2007, quando o Brasil cresceu 5,7%.

23 Outros indicadores econômicos também apresentam melhor desempenho, com destaque para o aumento na atividade industrial, na produtividade, nos investimentos e conseqüentemente na capacidade produtiva. As taxas de desemprego mostram tendência de redução e há um au-

mento na formalização do emprego no mercado de trabalho brasileiro. O crescimento da massa salarial, a expansão do crédito para pessoa física e o aumento das importações acabaram por fomentar também uma expansão do comércio varejista, demonstrando aquecimento do mercado interno.

24 O controle da inflação e a estabilidade econômica possibilitaram uma avaliação positiva da economia do país por agentes internacionais, resultando na redução do chamado Risco Brasil, que tem rendido destaque na imprensa internacional. Segundo a empresa norte americana Goldman Sachs, especializada em construir cenários futuros, a projeção é de que o Brasil será a 5ª economia mundial no ano de 2025.

25 Embora se tenha resultados positivos na economia, uma das críticas feitas ao governo Lula é a manutenção da política econômica iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, fundamentada num sistema de metas de inflação, taxas de câmbio flutuantes e superávit primário e a fixação de altas taxas de juros, que acabam por atrair entrada de capital estrangeiro especulativo em detrimento do produtivo.

26 Com relação ao aspecto populacional, tendências indicam mudanças no cenário demográfico brasileiro. Também segundo o IBGE, a diminuição das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida apontam para uma mudança radical no quadro etário brasileiro, prevendo que em 2020 a população maior de 50 anos supere a de jovens. O Brasil está deixando de ser um país jovem para se tornar um país maduro.

27 Essa alteração repercutirá em vários aspectos relevantes para o desenvolvimento do país. A redução da taxa de natalidade, combinada com a manutenção de um processo de estabilidade econômica, em médio e longo prazos, poderão significar a diminuição do desemprego, elevação dos índices de alfabetização e escolaridade, e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, o crescimento da população em idade mais avançada demanda que o governo amplie os investimentos em políticas públicas voltadas para esta faixa etária.

28 As tendências apontam para uma mudança na dinâmica migratória brasileira. As grandes cidades têm atraído cada vez menos pessoas. Hoje se constata um crescimento nas economias das cidades interioranas, puxado pelo processo de industrialização e incremento do comércio. A urbanização provocará mudanças nas pequenas e médias cidades, com o deslocamento populacional para o interior.

29 Acompanhando esta tendência, dados do IBGE constatam que a dinâmica do crescimento industrial brasileiro também foi alterada. Há elevação da participação do Sul, Centro-Oeste e Nordeste no número de indústrias e, conseqüentemente, de empregos no setor industrial, em detrimento do eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

30 Um fato histórico para o Brasil constatado por instituições de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, é que a pobreza diminuiu. Os indicadores apontam para uma redução na quantidade de excluídos, que em termos percentuais passou de aproximadamente 42% da população em 2002, para 32% no ano de 2008. A classe média brasileira cresceu de forma surpreendente, alcançando o índice de 51,89%. Para a FGV, estes dados apontam para um impacto da expansão dos empregos com carteira assinada. Em sua avaliação o IPEA foi além interpretando que a diminuição da pobreza é fruto da expansão da economia, da promoção de programas sociais e de uma série de políticas mais focadas nos pobres, além do aumento de salário mínimo.

31 Entretanto, ao mesmo tempo em que se registra um aumento do consumo das classes “B” e “C”, constata-se uma elevação da concentração da renda e um expressivo crescimento dos lucros do capital. O setor bancário, ano a ano, tem divulgado recordes de crescimento do seu lucro.

32 No cenário político, houve uma importante inversão de prioridades na lógica de governo. Pode-se citar a paralisação no processo de privatizações que estava em ritmo acelerado dilapidando o patrimônio nacional e as reformas previdenciárias que visavam a redução dos direitos alcançados pelos trabalhadores. Em sentido contrário, o governo atual vem investindo na melhoria do Estado, principalmente com o investimento em concursos e na elevação dos salários do funcionalismo público.

33 Mesmo com a eleição do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, historicamente comprometido com as causas populares, não se estabeleceram condições favoráveis para que o governo pudesse administrar respaldado apenas pelos princípios dos partidos de esquerda. Para assegurar a governabilidade articulou uma ampla base de apoio composta, também, por partidos de perfil conservador que pressionam pelo atendimento de seus interesses, muitas vezes contrários aos dos trabalhadores e trabalhadoras.

34 Contudo, este cenário não impediu que houvesse um crescimento da esquerda no segundo mandato do presidente Lula, com o aumento da participação no Congresso Nacional e a eleição de 16 governadores da base aliada do governo.

35 Mesmo com este crescimento da esquerda o governo atual, principalmente a partir do segundo mandato, vem representando muito mais os interesses dos empresários e do setor financeiro do que os dos trabalhadores e trabalhadoras. As entidades de classe e as centrais sindicais seguem tencionando para que o governo avance nas políticas públicas que levem qualidade de vida e trabalho para a população. Por outro lado, os empresários e os setores que representam o grande capital também exercem pressão em sentido contrário, interessados apenas em fazer prevalecer os seus interesses econômicos.

36 Apesar da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras no Congresso Nacional, devido ao seu caráter majoritariamente conservador e antisindical, as relações da CONTAG com o parlamento se ampliaram e se qualificaram. Isto fez com que o MSTTR obtivesse conquistas fundamentais, a exemplo das leis 11.718/2008, que trouxe uma maior segurança ao assalariado quanto a sua situação trabalhista e previdenciária, e a 11.326/2006 que trata da formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

37 Vale destacar que este caráter conservador leva as organizações sindicais a estabelecerem embates permanentes com parlamentares. Especificamente na área rural o enfrentamento maior se dá com a bancada ruralista que, rotineiramente, atua para impedir o avanço de políticas para reforma agrária, meio ambiente, direitos trabalhistas, dentre outras de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

38 O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, coordenado pela CONTAG, vem desempenhando um papel importante na mobilização dos trabalhadores, mantendo uma postura firme e autônoma no embate de forças, pressionando o governo para que atenda os interesses população, em detrimento das posições representadas pelo capital.

39 O Grito da Terra se transformou na data base para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, conquistando na sua trajetória, avanços para a categoria. A organização das mulheres, por meio da Marcha das Margaridas, cresceu em número de participantes e avançou nas conquistas

de políticas públicas para as trabalhadoras rurais do Brasil. O 1º Festival Nacional da Juventude Trabalhadora Rural reuniu milhares de jovens trabalhadores rurais do Brasil e pautou no governo a implementação de políticas públicas específicas que contemplem a juventude do campo.

40 Da mesma forma, o MSTTR manteve suas inúmeras e diversificadas ações de pressão nos estados e municípios pela implantação de políticas públicas, em especial pela realização da reforma agrária, mantendo as ocupações de terra, acampamentos, trancamento de estradas e ocupações de prédios públicos, dentre outras formas.

41 Mesmo com todo o processo de mobilização e pressão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, há um aprofundamento do padrão conservador de desenvolvimento rural, que amplifica as alterações produzidas no campo brasileiro pela modernização da agricultura. Há uma supervalorização da grande propriedade rural baseada no monocultivo, agroquímica, transgenia, geração de *commodities* agrícolas e na produção para exportação como símbolos de eficiência agroindustrial. Este padrão produtivo tem forte apoio do Estado mesmo interferindo negativamente no modo de vida e trabalho, na malha fundiária, na conformação dos ecossistemas e na matriz tecnológica.

42 O fortalecimento do agronegócio estimula, inclusive, a participação de estrangeiros nesse setor, atraídos pelos preços das terras brasileiras que ainda são baixos se comparados com a realidade internacional. Este avanço se dá nas terras de melhor qualidade e ameaça a reforma agrária porque investe sobre propriedades que poderiam ser destinadas a assentamentos. Nesse momento de crise mundial, o Brasil aparece como um “celeiro de oportunidades”, a maior fronteira agrícola do mundo, com uma vasta extensão de campos férteis, o que representa um potencial de crescimento da produção.

43 Há um conflito permanente entre os diferentes modelos de desenvolvimento no campo: por um lado, o agronegócio, que se baseia no monocultivo para exportação, degradação ambiental, concentração das terras e em altos investimentos em mecanização, com o objetivo de reduzir custos com mão de obra. Do outro lado, a agricultura familiar se organiza por meio da ampliação de ocupações produtivas, diversificação da produção que potencialmente é menos danosa ao meio ambiente, além de produzir, principalmente alimentos e para o mercado interno, com impactos importantes na redução da exclusão social e produtiva da população.

44 O crédito destinado ao agronegócio corresponde a quase 80% dos recursos públicos direcionados à agricultura. Enquanto o PRONAF conta com 13 bilhões para o financiamento da agricultura familiar, a agricultura patronal teve um aporte de recursos na ordem de 65 bilhões. Mesmo assim, no processo de renegociação das dívidas da agricultura brasileira, o governo revelou que 83% do total de inadimplentes estão no agronegócio.

45 A reforma agrária continua sendo uma política fundamental para romper com o desenvolvimento excludente, eliminar as desigualdades e para responder à necessidade de aumentar a produção de alimentos. No entanto, a política governamental atual não avançou na equalização da sua questão fundiária nacional. O governo não enfrentou questões estruturais ou conjunturais, a exemplo da norma de atualização dos índices de produtividade e da que impede desapropriação de terras ocupadas. A ação do INCRA não responde às demandas no ritmo e a qualidade exigidas.

46 Segundo dados do INCRA, em 2006 foram assentadas 127,5 mil famílias e, em 2007 apenas 67,5 mil famílias. Além destes números serem inferiores às metas anunciadas pelo Governo, são

questionados pelo MSTTR, pois se referem à “Relação de Beneficiários” e não de assentados efetivos. Também revelam que em vez de avançar, a política de reforma agrária vem retrocedendo, não respondendo em quantidade ou qualidade, como no caso da política de assessoria técnica que deixou muito a desejar.

47 A questão ambiental aparece com destaque na conjuntura, especialmente pela importância que ganhou nas duas últimas décadas. A realidade imposta pelo atual modelo de produção e consumo, que não considera a sustentabilidade do planeta está evidenciada no aquecimento global e nas constantes catástrofes ambientais, que revelam a forma predatória da ação humana sobre o meio ambiente. Estes efeitos exigem urgentes redirecionamentos de práticas e atitudes, tanto nos processos produtivos como nos modos de vida das pessoas.

48 A necessidade de redução ou de minimização desses impactos negativos é um desafio a ser assumido pelo MSTTR na concepção e prática do PADRSS, a partir da relação com as novas tendências sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

49 Outra questão importante é a discussão atual sobre os agrocombustíveis e a expansão do setor sucroalcooleiro brasileiro. Para a CONTAG é preciso que a política energética esteja integrada a um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

50 A CONTAG reivindica do governo a regulamentação do setor, enfrentando a questão do zoneamento agroecológico e estabelecendo procedimentos normativos que regulem as condições de trabalho e os modos de produção, além de coibir a compra de terras por estrangeiros, garantindo o controle sobre o território nacional.

51 O governo necessita fortalecer, ampliar e qualificar a estrutura operacional dos órgãos envolvidos nas ações de fiscalização nas áreas trabalhista, previdenciária e ambiental. A CONTAG defende o estabelecimento de normas para a certificação social e ambiental do setor, que considere os pré-requisitos apontados pelo MSTTR. Sugere ainda, a ampliação e aprimoramento das ações de reforma agrária, inclusive do Programa de Crédito Fundiário, como uma das alternativas para a reinserção produtiva dos trabalhadores atingidos pela mecanização.

52 No que se refere às perspectivas políticas eleitorais, é importante registrar o crescimento da esquerda no panorama nacional, que ampliou a sua participação na disputa das eleições municipais de 2008. Os candidatos oriundos dos partidos da base aliada estão se beneficiando da influência positiva dos índices de popularidade do governo, revelando uma tendência de crescimento da sua base local de sustentação, que pode sinalizar boas perspectivas para as eleições gerais de 2010.

53 O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vem ampliando sua participação no processo político eleitoral. É consenso no meio sindical que os espaços de poder possuem um reflexo direto na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. É preciso empreender esforços para eleger mais representantes ligados ao campo em todos os níveis (federal, estadual e municipal), a fim de avançar na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

54 Agrocombustíveis

55 As questões ambientais e seus impactos, os limites para a produção de petróleo no mundo e a elevação do seu preço, levam à busca por energias de fontes renováveis. O Brasil por sua posição geográfica, disponibilidade de terras agricultáveis e pelo domínio da tecnologia, se destaca

como potencial produtor e fornecedor de agrocombustíveis.

56 Este tema está na agenda internacional e suscita vários debates que envolve, por um lado os países e empresas produtoras e distribuidoras de petróleo que querem manter o monopólio de fornecimento de energia e por outro, daqueles países que pretendem produzir agrocombustíveis como alternativa energética para o mundo. Neste contexto, a sociedade civil manifesta, sua preocupação quanto aos impactos que a produção de agrocombustíveis poderá causar no meio ambiente, na estrutura fundiária, no modo de vida das comunidades e no abastecimento alimentar. Isto porque, a monocultura da cana e soja, que são as principais matérias primas, demandam amplas extensões de terras e podem concorrer com a produção de alimentos.

57 Este tema está vinculado ao debate internacional sobre a alta dos preços dos alimentos. Exemplo disso foi o debate travado na Conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO/ONU, que não conseguiu chegar a uma conclusão sobre o tema, dado a sua complexidade.

58 A produção de agrocombustíveis no Brasil poderá se revelar como uma oportunidade ou um risco, dependendo das condições que forem estabelecidos pelo Estado: marco regulatório, políticas públicas e estruturas institucionais que permitam equilíbrio nas relações ambientais, produtivas e trabalhistas. Para tanto, é preciso que o MSTTR aprofunde o debate interno e amplie sua ação na formulação de propostas que assegurem que a política energética esteja integrada a um processo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

59 Dentre os riscos que envolvem a produção de agrocombustíveis, destacam-se as relações de trabalho injustas e degradantes, prejuízos para a biodiversidade, estrangeirização das terras ameaçando a soberania territorial, comprometimento da produção de alimentos e a inviabilização da agricultura familiar nas áreas de monocultura, além da elevação dos preços da terra.

60 Quanto às oportunidades, estas dependerão da capacidade do Estado de oferecer políticas públicas que permitam à agricultura familiar participar efetivamente do processo como alternativa de renda, dominando todos os elos da cadeia, com modos de produção que assegurem o equilíbrio ambiental e a segurança alimentar da unidade familiar.

61 O governo deve enfrentar os desafios e as demandas que a produção dos agrocombustíveis requer. Neste processo é necessário o amplo debate com a sociedade, processos de negociação envolvendo os setores sociais e governamentais para estabelecer marcos regulatórios e condições necessárias ao processo produtivo.

62 É necessário, também, realizar o Zoneamento Agroecológico – ZAE e o Zoneamento Econômico e Ecológico - ZEE, para a cultura da cana-de-açúcar e de outras oleaginosas, o que também deve ocorrer com as demais atividades agropecuárias, sobretudo, em áreas e regiões estratégicas do ponto e para a produção de alimentos.

63 Biodisel

64 O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004, tem entre os seus objetivos ser mais uma alternativa de renda para a agricultura familiar, mediante o fornecimento de oleaginosas para a produção de biodiesel. O instrumento utilizado para assegurar a participação da agricultura familiar neste programa, foi o selo social. Este é concedido às empresas que compram matéria prima da agricultura familiar, dando-lhes o direito de participar dos leilões de compra de biodiesel realizados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, com isenção fiscal

do Pis/COFINS (Programa de Integração Social/ Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social).

65 O MSTTR desde o início apoiou o programa, vendo nele uma oportunidade para a agricultura familiar. Foram priorizadas duas linhas de ação: a negociação com as diversas empresas que atuavam no setor. As negociações visam estabelecer regras para os contratos, que assegurem condições de produção e agregação de renda, com assistência técnica para viabilizar o processo produtivo do biodiesel.

66 O MSTTR vem apontando as deficiências e problemas do Programa, que demandam solução para não inviabilizar a inclusão social prometida. Entre estes pontos está a ausência de pesquisas sobre vários produtos priorizados no programa, especialmente a mamona; ausência do financiamento do Pronaf ao plantio dessas culturas e a baixa produtividade alcançada, pela ausência de assistência técnica adequada, sementes certificadas e a qualidade do solo.

67 Recentemente o governo federal incorporou algumas das preocupações do MSTTR ao PNPB, mas ainda não o suficiente para assegurar que a agricultura familiar participe do programa com efetiva inclusão econômica e social. É preciso, por exemplo, que todas as esferas de governo se comprometam, de fato, com o caráter social do programa.

68 Etanol

69 O Brasil detém a melhor tecnologia de produção de etanol do mundo, que lhe assegura qualidade e competitividade no mercado internacional. No entanto, a produção de etanol, provoca impactos sociais e ambientais negativos. As condições de trabalho praticadas no setor sucroalcooleiro, em especial nas atividades de plantio e corte da cana na maioria das vezes não respeitam as legislações trabalhista e previdenciária, sem falar nas inúmeras denúncias de trabalho degradante e escravo.

70 A terceirização e a migração de trabalhadores e trabalhadoras, sem a observância das exigências legais, o transporte inadequado, a contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos e alimentação de baixa qualidade, também, revelam a exploração a que estão submetidos os assalariados e assalariadas rurais. Este trabalho é altamente insalubre e, predominantemente tem a remuneração pela produção, o que leva a uma superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras que chegam ao extremo de morrer por exaustão no corte da cana.

71 Essas condições nocivas são perpetuadas em especial pela falta de estrutura de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que não é suficiente para fiscalizar adequadamente todos os locais de trabalho, resultando em grandes prejuízos para os trabalhadores e trabalhadoras.

72 Do ponto de vista ambiental o método da queima da cana para o corte, é amplamente condenado pelos prejuízos que ele causa ao meio ambiente. O avanço do setor sucroalcooleiro sobre áreas do Centro Oeste e outras regiões empurram o setor pecuário para áreas da floresta amazônica, causando mais destruição ambiental, sem falar nos outros prejuízos causados pela monocultura da cana. A experiência tem mostrado que esta atividade nas regiões leva ao desaparecimento da agricultura familiar, provocando desaparecimento de culturas tradicionais no campo.

73 Os problemas que envolvem a produção de etanol podem dificultar a sua inserção no mercado internacional. Se de um lado os países procuram fontes renováveis de combustíveis, por outro exigem que ele seja social e ambientalmente sustentáveis. Para diminuir os problemas de mercado, o setor patronal tem realizado, em algumas regiões do país, uma forte modernização

produtiva no plantio e corte da cana, de forma unilateral, sem negociação com os trabalhadores e trabalhadoras. Essa iniciativa patronal vai eliminar 300 mil de postos de trabalho, uma vez que cada máquina é capaz de realizar o trabalho de 100 pessoas, deixando esses trabalhadores e trabalhadoras rurais no desemprego e sem nenhuma contrapartida social.

74 É nesse contexto que o governo tomou a iniciativa de mediar uma negociação entre as organizações de trabalhadores e o setor patronal. Por iniciativa e pressão da Contag, a negociação passou a ter caráter tripartite, contando com a participação do governo, visando assegurar a elaboração e execução de políticas públicas que atendam os trabalhadores e trabalhadoras rurais da cana. Para subsidiar este debate, a Contag apresentou um documento com um conjunto de reivindicações e propostas a serem negociadas que contam com o apoio da CUT.

75 Os interesses do setor patronal e do governo em remover os obstáculos que dificultam o acesso ao mercado internacional, essa negociação poderá trazer melhores condições de trabalho e remuneração para os assalariados e assalariados rurais, além de estabelecer políticas públicas que respondam aos efeitos da mecanização sobre este público.

76 Dentre as principais reivindicações apresentadas, estão: elevação da escolaridade formal; qualificação e requalificação profissional; reinserção dos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho; estabelecimento de regras para os financiamentos públicos e privados que assegure o cumprimento de metas de proteção social e ambiental; assegurar que a Petrobrás exija certificação social e ambiental de seus fornecedores de etanol; fornecimento de alimentação gratuita; cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária; estabelecimento de regras para o trabalho por produção; respeito à jornada de trabalho; eliminação da terceirização na contratação de mão-de-obra; cumprimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho; acesso dos sindicatos aos locais de trabalho e organização por local de trabalho, dentre outras.

77 No entanto, os desafios para o MSTTR vão além da participação nesta negociação nacional. Neste processo é preciso mobilização e pressão para que a negociação obtenha resultado satisfatório para os trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, é necessário que o MSTTR realize uma forte campanha de denúncia sobre as condições de trabalho e remuneração no plantio e corte canavieiro. Essa campanha deve ser realizada em todos os fóruns nacionais e internacionais, em especial junto à Organização Internacional do Trabalho-OIT, denunciando as condições degradantes, o trabalho escravo e os ataques à organização sindical.

78 Nesta campanha, é importante articular o apoio e participação de organizações internacionais como Centrais Sindicais, UITA e ONGs, visando o trabalho junto aos consumidores, para que exijam a certificação social e ambiental do etanol produzido no Brasil.

79 A campanha também deve intensificar as denúncias de trabalho escravo, desrespeito a legislação trabalhista e o descumprimento dos acordos e convenções coletivas junto à sociedade nacional e internacional, pela divulgação na mídia, como forma de pressionar as esferas de governo responsáveis pela fiscalização e aplicação das políticas públicas. Também é necessário articular as campanhas salariais, elaborando e negociando pautas unificadas (nacional e regional), que assegurem condições de trabalho e vida para os assalariados e assalariadas rurais na produção do etanol.

PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PADRSS

PARTE GERAL

80 INTRODUÇÃO

81 A história do Brasil é marcada por um modelo de desenvolvimento conservador, excludente e concentrador da terra e da renda, que resultou em problemas sociais, econômicos e ambientais para o país. Na década de 1990 o modelo neoliberal causou um processo de reestruturação produtiva, ainda hoje em curso no campo e na cidade, que fez ampliar a exclusão e aprofundar as desigualdades sociais. Ao contrário do crescimento econômico que sempre anunciou, esse modelo concentrou terra e renda, gerou pobreza, destruiu oportunidades de trabalho, atentou contra as identidades e a diversidade cultural e provocou a evasão da população do campo.

82 Para contrapor a esse modelo o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR - concebeu o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS. Com essa iniciativa o MSTTR afirma para a sociedade a importância social e econômica do meio rural para o desenvolvimento sustentável e solidário, o que só é possível com gente no campo em condições de produzir e viver com dignidade. Portanto, desenvolvimento rural sustentável e solidário se efetiva se construído com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para o que é essencial a democratização do acesso à terra, políticas públicas com igualdade de oportunidades e exercício pleno da cidadania – acesso à saúde, educação, lazer, cultura, habitação, etc. Sem essas condições permanece a migração de homens e mulheres para as cidades, sobretudo da juventude, indicando a falta de alternativas para seguir vivendo no campo.

83 Esta falta de condições revela as adversidades que pesam sobre homens e mulheres do meio rural que, normalmente, se estende à vida nas cidades onde passam a sofrer com a falta de trabalho, habitação e a violência. Transformar essa realidade só é possível com alternativas de desenvolvimento que invistam nas potencialidades do meio rural de modo sustentável e solidário.

84 **Sustentável** no PADRSS significa a articulação dinâmica entre crescimento econômico, respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo e da floresta. Indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir em longo prazo.

85 **Solidariedade** refere-se aos modos de interagir e de se relacionar na família, na comunidade e nos diversos espaços da vida social. Refere-se a novas práticas baseadas no respeito às individualidades e diferenças, capazes de fortalecer a cooperação entre pessoas, grupos e povos, para construir alternativas de produção, consumo, comércio formas de bem viver. A solidariedade se constrói com alternativas de convivência e organização nos diversos espaços da vida cotidiana, do trabalho e da produção, da cultura e do lazer e implica no combate a todas as formas de desigualdades, em especial as desigualdades de gênero, de geração, de raça e de etnia.

86 A implementação do PADRSS desencadeia ações massivas de combate às consequências perversas do atual modelo de desenvolvimento e de reivindicação de políticas públicas e sociais

que visam construir uma sociedade justa e solidária, que assegure qualidade de vida, combata a pobreza e supere as desigualdades. O projeto tem por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar.

87 A atuação política do MSTTR na implementação do PADRSS é desafiadora uma vez que exige ações e políticas estruturantes que assegurem um processo de mobilização, organização e capacitação permanentes. Implica, portanto, na intervenção articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para avançar na luta e nas conquistas da classe trabalhadora.

88 A atuação sindical se efetiva em várias frentes, como nos processos políticos eleitorais, no parlamento, nos espaços de construção e gestão de políticas públicas e sociais (conselhos, fóruns, grupos de trabalhos, comissões,) e mobilizações como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, ocupações de terras, trancamento de estradas, acampamentos, dentre outros.

89 Ao construir essa trajetória de lutas o MSTTR consolida o PADRSS como o projeto político da categoria que se traduz na diversidade da agenda política e nas pautas de reivindicações do Grito da Terra Brasil realizado anualmente e da Marcha das Margaridas, a cada três anos, e permanentemente nos espaços de elaboração de políticas públicas, como Conselhos, Câmaras Técnicas, dentre outros. Assim, o caráter reivindicativo e reativo às políticas governamentais e à ação parlamentar que sempre orientou as ações sindicais se amplia tornando-se propositivo e negociador de políticas públicas e sociais necessárias para a efetivação do PADRSS.

90 Uma nova dinâmica vem sendo construída, ampliando e fortalecendo as formas organizativas do movimento sindical (regionais da Contag, secretarias, comissões, coletivos, pólos sindicais), diversificando e qualificando as bandeiras de lutas, de modo a possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras rurais assumam o papel ativo nas políticas de desenvolvimento. Em decorrência registram-se conquistas importantes como o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, PRONAF em suas diversas linhas, o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem; a Lei da Agricultura Familiar; a manutenção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no regime geral da Previdência Social; a construção de uma Política de Educação do Campo, dentre outras.

91 Tais conquistas, embora importantes, não dão conta de superar as conseqüências originárias do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil. Este continua fortemente arraigado ao padrão centrado no crescimento econômico baseado no capital financeiro, no fortalecimento do agronegócio que produz para exportação, concentra terra e renda, destrói a diversidade e o meio ambiente.

92 O PADRSS dessa forma se apresenta com três aspectos que conformam sua unidade política na construção de um campo ambientalmente produtivo, culturalmente dinâmico, socialmente político, potencialmente viável e sustentável. São esses aspectos: a efetivação de políticas públicas e sociais que garantam vida digna; a configuração de novas relações sociais, entre pessoas e destas com o meio social e a capacidade organizativa do MSTTR.

93 Esses aspectos constituem desafios permanentes para a transformação das relações e práticas entre as pessoas, nos espaços de vida e militância, para o exercício da democracia e o protagonismo político dos diversos sujeitos do campo e da floresta – agricultores/as familiares; assalariados/as; acampados/as; assentados/as, extrativistas e ribeirinhos. Esse processo de transformação deve se refletir nas políticas públicas e sociais de modo a dinamizar o campo e prover as necessidades dos sujeitos respeitando a diversidade social, cultural e política e assegurando o pleno exercício de sua cidadania.

94 O PADRSS articula e confere unidade às diversas frentes de lutas - por uma reforma agrária, ampla, massiva, de qualidade e participativa; pela ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; pelo fim do trabalho escravo; pela proteção infanto-juvenil; por uma educação do campo pública e gratuita; por políticas de assistência a saúde integral para os povos do campo e da floresta; por uma política de assistência técnica diferenciada, pública e gratuita; pela ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda com igualdade de gênero, geração, raça e etnia. Essas frentes compõem a agenda política e os planos de luta do MSTTR com estratégias de ação que promovam a democratização e fortalecimento das organizações com gestões transparentes e democráticas.

95 Diferentes desafios se apresentam ao MSTTR para que possa realizar os princípios que orientam o PADRSS. O enfrentamento dos desafios deve articular ações que amplie a democracia interna do movimento sindical, com dinamismo e inter-relação das suas organizações, fortalecendo a sua capacidade de mobilização e de enfrentamento das questões estruturais do campo brasileiro. O combate aos processos de reconcentração da terra e da renda; de destruição da biodiversidade pela ação das transnacionais e do agronegócio; de degeneração das condições de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais, são essenciais para construir vida digna no campo.

96 Algumas bandeiras de luta requerem ações específicas da categoria e outras necessitam de articulação com outras organizações do campo e segmentos da sociedade. O desenvolvimento que se almeja no PADRSS só é possível de se concretizar plenamente se articulado a mudanças na sociedade brasileira, que implica em superar a oposição entre campo e cidade. Ambos os espaços compõem uma dinâmica social que configura o perfil sócio econômico e político do país. Assim, bandeiras de luta como a reforma agrária, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, interessam diretamente ao campo e à cidade por sua ampla dimensão social.

97 A soberania e segurança alimentar e nutricional passa pela democratização do acesso à terra, pela diversidade produtiva de que só a agricultura familiar pode efetivamente dar conta. Necessita não somente de políticas públicas intersetoriais que atendam aos projetos das unidades familiares e das cadeias produtivas, mas que garantam mercados e formas de abastecimento, possíveis se houver práticas efetivamente solidárias no esforço de construir um país justo, democrático e soberano. Para tanto, o movimento sindical deve ser capaz de avançar em suas políticas de aliança e parcerias.

98 POLÍTICAS QUE ESTRUTURAM A AÇÃO SINDICAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS

99 Proposto pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o PADRSS depende, para a sua concretização, das ações e da prática desenvolvida pela CONTAG, FETAGs e STTRs. É fundamental, portanto, que as a organização e estrutura do MSTTR esteja voltada para a realização de políticas sindicais que valorizem o espaço rural, a diversidade interna da categoria trabalhadora rural e combata as discriminações e desigualdades baseadas em gênero, geração, raça e etnia.

100 SUJEITOS POLÍTICOS

101 O PADRSS está fundamentado numa concepção focada no ser humano, na sua inserção social, cultural, política e econômica. Para o MSTTR, o desenvolvimento rural sustentável e solidário se fortalece quando construído e implementado por pessoas que fazem do meio rural seu lugar

de vida, trabalho, cultura e de relações sociais. Assim o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de desigualdades e discriminação, em especial de gênero, geração, raça e etnia, são princípios fundamentais deste Projeto.

102 O desenvolvimento que queremos reconhece as pessoas do campo e da floresta, como sujeitos políticos que mobilizam, articulam e dinamizam a ação sindical para transformar as relações sociais e construir condições dignas de vida. O campo é um espaço complexo de vida e de riqueza cultural, mas também de conflitos e contradições, caracterizado pela diversidade e por relações de poder presentes em todos os espaços sociais, na família, na comunidade, no território e nas organizações.

103 O PADRSS visa superar a visão de campo referenciada no padrão agropecuário, focado exclusivamente na propriedade, na produtividade e na relação com o mercado e que não considere as pessoas, os sujeitos.

104 Um elemento importante deste processo foram os passos dados pelo MSTTR quando deixou de lado o conceito de “pequeno produtor” atribuído pelo segmento dominante, e incorporou a concepção de “agricultura familiar”, que reconhece o campo em sua pluriatividade, abrangendo um conjunto diverso de ações e relações de trabalho que envolve os diversos sujeitos políticos. São homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, sejam eles (elas) agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, assentados e assentadas, acampados e acampados da reforma agrária, sem terra, ribeirinhos e extrativistas, do campo e da floresta.

105 O PADRSS em seus pilares como a reforma agrária com democratização do acesso à terra, o protagonismo de assalariados e assalariadas e a ampliação e fortalecimento da agricultura familiar, se caracteriza por relações e modos de produzir, para os quais envolvem todos os membros da família. No lugar de um representante único, geralmente identificado como “chefe de família” a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica de relações, contradições e conflitos. Integram essa dinâmica, mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e pessoas da terceira idade).

106 Isso implica em reconhecer contradições e desigualdades combinadas com àquelas próprias das relações de classe. Dizem respeito às questões sociais de gênero, geração, raça e etnia, que articuladas compõem um quadro marcado por relações desiguais de poder que precisam ser superadas para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário.

107 A abordagem de gênero no PADRSS tem possibilitado a compreensão da lógica presente nas relações na unidade familiar de produção e com isso busca superar as desigualdades entre homens e mulheres, também presentes em nossas instituições. A desvalorização do trabalho da mulher se reproduz em outras relações, nos contratos de parceria, geralmente firmados com o homem, sem considerar os demais membros da família; nas diversas formas de trabalho assalariado nas quais as mulheres são consideradas menos produtivas e recebem salários menores para o mesmo tipo de trabalho realizado pelos homens, além de não terem os direitos sociais e normas de proteção para si e seus filhos devidamente cumpridos.

108 O foco na agricultura familiar busca, entre outras dimensões, reconhecer o papel das pessoas na família, valorizar o trabalho e reconhecer a atuação produtiva das mulheres em toda a sua pluralidade, inclusive superando à invisibilidade do trabalho doméstico e da dupla jornada.

109 As mulheres trabalhadoras rurais têm ampliado e fortalecido sua organização para construir o PADRSS, na luta pela reconfiguração das relações entre homens e mulheres e no combate a todas as formas de discriminação e desigualdades. O alvo da sua luta são as relações que se estabelecem a partir do que se convencionou ser próprio do feminino e próprio do masculino. Esse

enfoque assumido pelo MSTTR, no seu conjunto, associa gênero à classe social e reconhece outras formas de discriminação e desigualdade a elas articuladas como as de geração, raça e etnia.

110 No caso dos jovens as discriminações expressam relações de poder entre gerações, que pesam mais sobre as mulheres jovens. Os jovens, muitas vezes, são desconsiderados quanto à sua autonomia e condições para desenvolverem projetos que viabilizem sua permanência no campo.

111 Os processos sucessórios da agricultura familiar ainda são influenciados culturalmente pela permanência dos filhos homens, favorecendo também a re-concentração de terras. As mulheres jovens freqüentemente são as que mais migrarem para as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho, geralmente pela falta de condições de continuar no campo e não necessariamente por uma opção pela vida na cidade. Essa realidade somada à condição subalterna da mulher nas relações familiares com desvalorização das atividades que desempenham, ao exaustivo trabalho doméstico sem reconhecimento, e mais ao pouco espaço que elas ocupam no processo de comercialização dos produtos agrícolas, contribui para sua saída e conseqüentemente para a “masculinização do campo”.

112 Em relação à 3ª idade e idosos há discriminações diferenciadas, e não há devido reconhecimento a sua participação na unidade familiar de produção. As mulheres têm dificuldades para comprovar sua atividade produtiva para obterem a aposentadoria. Mas o fato é que contribuem efetivamente para a sustentação da agricultura familiar, para a perpetuação e valorização de grande parte das tradições culturais presentes no campo, de geração a geração, sobretudo através da oralidade.

113 É significativa a renda advinda dos direitos previdenciários, que comprovadamente dinamizam a economia dos municípios. A atuação do MSTTR junto a esse segmento representa o devido reconhecimento à sua importância social, econômica, cultural e política.

114 A agenda política do MSTTR tem revelado múltiplas trajetórias que mulheres e homens, jovens e pessoas da 3ª idade têm construído, principalmente no processo de implementação do PADRSS. As lutas pelo direito a se associar ao sindicato, pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais, pela aposentadoria, pelo auxílio-doença e salário maternidade, pela documentação civil e trabalhista, pelo acesso a terra, por educação e saúde transformaram a agenda e o perfil do sindicalismo rural brasileiro.

115 Como conseqüência do protagonismo dos sujeitos políticos do campo, a constituição das Coordenações Nacionais e Estaduais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de Jovens Trabalhadores e trabalhadoras Rurais e mais recentemente, a criação da Coordenação Nacional da 3ª idade e idosos, representa grande avanço na estrutura organizativa do MSTTR. São elementos que têm contribuído com a consolidação de ações coletivas cada vez mais organizadas e participativas, cujo protagonismo social e político desencadeiam um novo quadro de relações no MSTTR o que comprova que a consolidação do PADRSS exige outra maneira de pensar e fazer mobilização, organização e políticas públicas no campo.

116 Homens e mulheres do campo (sejam adultos, jovens ou da 3ª idade), agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, sem terra, assentados e assentadas, acampados e acampadas da reforma agrária, ribeirinhos e extrativistas, compõem um cenário de diversidade econômica, social, política, cultural territorial e ambiental e contribuem no dia a dia no MSTTR as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável e solidário.

117 Nesse processo novos desafios vão sendo gerados que exigem a atualização permanente de estratégias para qualificar seu potencial e ação transformadora. Dentre eles destaca-se o tratamento às relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade (sobretudo, nas comunidades, nos

sindicatos, nas federações e na CONTAG). Precisamos aprofundar o debate em relação aos negros e indígenas e seu efetivo protagonismo na construção cultural, simbólica, organizativa e produtiva da agricultura familiar.

118 É importante também, abordar a vida e identidade étnica racial alemã, italiana, polonesa, dos povos asiáticos, dentre outras, que desde finais do século 19 chegam ao Brasil trazendo um jeito próprio de se organizar, de lidar com a terra, cultura, língua, religiosidade e ancestralidade.

119 Enfim, MSTTR precisa ampliar também esse debate na agenda sindical, reafirmando e valorizando essas culturas, que sobrevivem ainda por serem preservadas e transmitidas oralmente de pais para filhos. Valorizar a pluralidade e diversidade dessas expressões étnico-raciais é também, valorizar as “identidades” constitutivas dos sujeitos políticos da agricultura familiar brasileira.

120 As iniciativas de construção de interfaces entre as diversas áreas de atuação do MSTTR e dessas com as comissões de mulheres, jovens e da 3ª Idade constituem-se em passos efetivos para o enfrentamento desses desafios. Esses referenciais e estratégias de atuação devem, efetivamente, ser articulados e articuladores da transversalidade de gênero, geração, raça e etnia.

121 A destacada capacidade de intervir para mudar, seja no interior do movimento sindical, seja para fora, na interlocução com o executivo e legislativo, no âmbito das políticas públicas, dos espaços de controle social e nos espaços de exercício político pode ser contabilizada como uma grande conquista e como perspectiva de mudanças efetivas na realidade do campo brasileiro.

122 Ainda que sejam inúmeros os desafios para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável e solidário e para avançar nas conquistas, é preciso reconhecer e registrar os avanços que os diversos sujeitos políticos têm promovido com sua ação organizada no MSTTR, na busca cotidiana de fortalecimento de nossa identidade e do sentimento de pertencimento ao campo.

123 BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MSTTR

124 Os sujeitos políticos do campo exigem uma formação ampla e diversificada de conteúdos e abordagens, estratégias e metodologias que valorizem e os considerem na sua totalidade. Homens e mulheres, nas diferentes fases da vida, demandam políticas diferenciadas, estabelecem relações diversas e, sobretudo, desejam construir um “bem viver” em bases sociais decentes.

125 O MSTTR sempre esteve sintonizado com as necessidades de se investir na formação de suas lideranças. No entanto, a formação foi se tornando cada vez mais especializada em temas presentes na ordem do dia da ação sindical, assumindo por vezes dimensões temáticas e técnicas, além de seu caráter pontual.

126 Ao fazer essa leitura, e considerando a importância histórica da construção do conhecimento para a qualificação da intervenção, o MSTTR retomou a formação político-sindical classista, onde fosse possível discutir elementos históricos, conceituais e de concepção do sindicalismo no campo, somando-se à formação temática.

127 Essa estratégia se reafirmou na medida em que a construção da Política de Formação vem cumprindo um papel fundamental ao se referenciar na prática sindical, promovendo a reflexão e reorientações necessárias para o seu fortalecimento e capacidade para implementar o PADRSS. Assim as ações formativas encontram no PADRSS o seu fundamento e se constituem em instrumento estratégico para que trabalhadores e trabalhadoras rurais realizem a conquista do campo que queremos.

128 A implementação do PADRSS demanda lideranças com capacidade crítica e mobilizadora para intervir nos padrões de desenvolvimento implantados secularmente no Brasil; propor políticas públicas e sociais que atendam as necessidades da gente do campo e, ainda, atuar nos espaços de gestão dessas políticas. O MSTTR considera essa demanda essencial para uma ação sindical transformadora, que é assumida por meio da Política Nacional de Formação – PNF.

129 A formação, enquanto espaço de construção de conhecimentos, favorece a troca de saberes e práticas, a reflexão, potencialização e redimensionamento da ação sindical, na perspectiva de obter respostas efetivas às demandas gerais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Busca fortalecer estratégias que vislumbrem um horizonte de mudanças nos padrões sociais, econômicos, produtivos e nas relações sociais.

130 As ações e os espaços com potencial formativo têm exigido do MSTTR a definição de referenciais comuns e articulados. A concepção e formulação da Política Nacional de Formação vêm suprir essa lacuna orientando as ações formativas, indicando articulações e estratégias a serem adotadas pelo MSTTR.

131 **Formação para uma ação transformadora de realidades** requer ultrapassar os espaços de reflexão teórica e identificar e estimular a construção de alternativas aos problemas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e contribuir para que as pessoas tenham a capacidade de transformar sua prática política, para qualificar e fazer avançar a organização e a luta no movimento sindical. Este pressuposto define as modalidades formativas, orienta as ações, define conteúdos e abordagens metodológicas.

132 Compreende-se, portanto, que a formação no MSTTR deve ser continuada, sendo o PADRSS seu eixo estruturante, evidenciando sua contraposição ao projeto predominante na sociedade. Deve recusar visões únicas e verdades pré-estabelecidas, fundamentando-se pela pluralidade de idéias, pela crítica e pela criatividade. Requer a motivação de uma leitura ampla do universo rural, suas dinâmicas, demandas e necessidades, devem estimular a vivência de práticas individuais e coletivas, capazes de construir o equilíbrio entre trabalho-natureza-produção. Esse processo contribui efetivamente para a sustentabilidade das pessoas e do planeta.

133 Referimo-nos a um processo que considera e valoriza as dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo, o acolhimento, a afetividade, e outros aspectos fortalecedores das identidades individuais e coletivas. Uma formação capaz de olhar o ser humano na sua totalidade e nas relações que estabelece com o mundo do trabalho, na família e com a sociedade. Uma formação que passa necessariamente pela construção de saberes a partir da articulação entre conhecimentos sobre o campo e sua diversidade, sobre a ação sindical e seus desafios.

134 A Política Nacional de Formação - PNF contribui estrategicamente para a dinamização e fortalecimento das organizações sindicais, para o protagonismo dos sujeitos políticos e para o fim do preconceito e discriminação em relação aos povos do campo e da floresta. Com isso, a PNF afirma o potencial, as capacidades e possibilidades reais de transformação do campo, além de reconhecer os espaços plurais, alimentar as ações formativas na perspectiva de fortalecimento do seu caráter transformador, para o qual desafia o conjunto do MSTTR em vários aspectos:

135 Na **relação formação-organização** que deve se constituir e se consolidar como espaço e instrumento que evidenciem a organicidade (interação e integração) entre as instâncias (CONTAG, Fetags e STTRs), estimulando nos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o sentimento de pertenci-

mento a uma coletividade com capacidades e habilidades para ensinar, aprender e protagonizar a luta sindical.

136 A formação para a ação sindical deve ampliar a capacidade de elaboração, reflexão crítica e propositiva dos sujeitos políticos, considerando as dimensões de gênero, geração, raça e etnia e alimentando as perspectivas de mudanças das atitudes, valores e dos comportamentos.

137 A implementação do PADRSS exige processos formativos e articulados capazes de contribuir no fortalecimento das ações e para o aprimoramento e atualização de sua agenda política. Dessa forma as ações de massa são reconhecidas em seu potencial formador se previamente planejadas, com intencionalidade formativa, reivindicativa, propositiva e de negociação. Os trabalhadores e trabalhadoras que participam dessas ações devem ter clareza política sobre suas demandas, desejos e aspirações.

138 Esse desafio relaciona-se com o desafio de dinamizar os espaços formativos e a construção de interfaces entre as diversas Secretarias que coordenam as políticas setoriais e definem ações estratégicas para atuação do MSTTR. A conjugação de esforços para realizar tais ações e uma estratégia viável para uma gestão política eficiente, democrática e transparente.

139 As Secretarias, Comissões e Coletivos do MSTTR têm papel fundamental na formação dos sujeitos ao construir oportunidades de diálogo para a qualificação das políticas. Esse processo formativo acontece por meio de projetos e programas específicos e programações coletivas.

140 Como programações coletivas destacam-se as reuniões das comissões de Jovens, de Mulheres e Comissão da 3ª idade; os coletivos de Agrária e Meio Ambiente, de Política Agrícola, Assalariados, de Políticas Sociais, de Finanças e de Formação e Organização Sindical.

141 A PNF tem um papel estratégico de articular as áreas de formação, fomentando as linhas político-sindical, temáticas e a auto-formação, de modo a superar a fragmentação e superposição de ações formativas, reforçando a identidade política e pedagógica de todas as iniciativas do MSTTR como: Programa Jovem Saber – formação à distância com eixo na ação sindical e desenvolvimento; Consócio Social da Juventude com eixo na formação profissional e geração de renda; Sistema CONTAG de Organização da Produção – SISCOP com eixo no cooperativismo de crédito, assistência técnica, produção e mercado, habitação; Saúde, Diretos Sexuais e Reprodutivos com eixos no controle social e acesso a direitos; Negociações Coletivas de Trabalho com eixos nos acordos e convenções de trabalho; Desenvolvimento, Territorialidade e Educação do Campo com eixo no protagonismo sindical na concepção, gestão e controle social de políticas públicas de desenvolvimento; Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNEFS com eixo na gestão sindical e seus desafios na implementação do PADRSS.

142 Tais ações formativas guardam similaridades quanto à sua finalidade, com diferenças nos conteúdos e abordagens. Todas visam qualificar os sujeitos políticos para atuar nas políticas públicas e sociais, negociados por ocasião dos Gritos da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, ocupações, jornadas e festivais, bem como fortalecer o PADRSS e a própria ação sindical.

143 A ENFOC – Escola Nacional de Formação Político Sindical da CONTAG e responsável por articular e promover as condições necessárias para a implementação da PNF, num amplo diálogo com as diversas áreas de atuação do MSTTR. Para realizar essa tarefa política desafiadora a ENFOC deve ser capaz de combinar o caráter de organicidade ao MSTTR com a capacidade de exercício

crítico, condição essencial para realizar plenamente o seu papel estratégico.

144 O MSTTR com seu amplo e diversificado leque de atuação realiza ações formativas que se apresentam muitas vezes como atividades sobrepostas, gerando sobrecarga e excesso de trabalho. O desafio está em reafirmar a importância da construção coletiva, das diferentes estratégias formativas e sistematizar, ao mesmo tempo, a Política Nacional de Formação em sua estratégia articuladora de fundamentos, princípios e finalidade política que considerem as diferentes demandas e os diversos sujeitos em sua integralidade.

145 Implementar a PNF com essa perspectiva significa abraçar os desafios de somar esforços, articular estratégias, conjugar saberes e fazeres, potencializar espaços, constituir outros, e construir novos significados para os espaços específicos da formação (coletivos e secretarias). Trata-se de aprimorar os instrumentos e as condições da ENFOC para assumir plenamente a missão de desencadear processos de formação dinâmicos e articulados para fazer avançar a implementação do PADRSS.

146 SINDICALISMO

147 A implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS se dá em um ambiente social de forte disputa, com uma correlação de forças geralmente desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesta conjuntura, é a ação sindical que possibilita os avanços e transformações necessários à concretização do projeto. Esta ação sindical se traduz nas mobilizações e em práticas cotidianas coerentes com os princípios do projeto, em permanente diálogo com as necessidades e reivindicações da categoria.

148 A força do MSTTR depende da sua capacidade de manter-se ágil e atuante frente às mudanças cada vez mais intensas e rápidas que acontecem no mundo do trabalho, no meio rural e na sociedade em geral, em assegurar a pluralidade no debate interno e a unidade em suas ações. Ao propor no PADRSS uma sociedade mais justa e solidária, com melhoria das condições de vida para todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, o MSTTR fez uma opção classista, democrática e solidária, mantendo a sua autonomia e independência do Estado, dos governos, dos partidos e das religiões.

149 No estágio atual do MSTTR destaca-se fortemente, a opção de representação da categoria trabalhadora rural em uma estrutura organizativa de forma confederativa. Essa opção vem consolidando uma construção política entre as diversas concepções sindicais existentes no MSTTR, possibilitando a composição e recomposição, de forma plural, colocando a Contag, Fetags e STTRs, entre uma das maiores organizações confederativas camponesas do mundo. Essa estrutura foi discutida e aprovada em sucessivas deliberações de congressos articulando a unicidade sindical, liberdade e autonomia sindical e um sindicalismo classista.

150 Os avanços alcançados pelo MSTTR a partir do PADRSS são significativos. A democracia interna tem se consolidado, com as eleições da Contag e das Federações sendo realizadas em Congressos, constituição das secretarias específicas, as disposições estatutárias que asseguram a renovação de 30% nas diretorias e a criação das Regionais da Contag. Foram reconhecidas as necessidades organizativas e demandas específicas dos diversos sujeitos políticos que atuam no MSTTR, através da criação das Coordenações de Mulheres, Jovens e Terceira Idade e o estabelecimento das políticas de cotas, de no mínimo, 30% de mulheres e 20% de jovens, o estabelecimento de um projeto de sustentabilidade política e financeira em permanente diálogo com o projeto político das entidades, dentre outros.

151 A participação da juventude e das mulheres vem contribuindo para qualificar as políticas

do MSTTR e isso ocorre devido aos espaços políticos conquistados. Esta participação reafirma o protagonismo de mulheres e jovens na estrutura sindical, resultando em uma ampla participação e na efetiva implementação da política de cotas.

152 A construção de uma ação sindical que seja capaz de realizar a implementação do PADRSS deve ser analisada sob dois aspectos: o interno, que trabalhe as questões da organização, da sustentabilidade política e financeira, da democracia interna e da comunicação; e o externo, voltado para as relações com outras organizações rurais, com a sociedade civil e parceiros e com outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e as Centrais.

153 Ambiente Interno

154 Este é um campo de atuação em que as lideranças sindicais têm governabilidade, ou seja, capacidade para decidir e implementar ações. Atualizar a ação sindical depende quase exclusivamente de fazer o convencimento político e a disposição de agir, no sentido de aperfeiçoá-la aos interesses da categoria.

155 É um princípio fundamental do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, a democracia interna, imprescindível para a construção de uma verdadeira e forte unidade política em torno do PADRSS. Esta proporciona uma ampla participação da base na construção das políticas de nossas entidades, dando maior credibilidade às nossas reivindicações e propostas nos diversos espaços de negociação e assegura também o respaldo e o respeito para com as decisões tomadas e o compromisso com as mobilizações.

156 A democracia interna acontece na implementação das decisões aprovadas em fóruns (assembléias, conselhos deliberativos e congressos). Exemplo maior é a política de cotas para mulheres e jovens, que foram implementadas na maioria das Federações e Sindicatos.

157 Os Estatutos das entidades, discutidos e aprovados, tornam-se um instrumento importante para o exercício da democracia sindical. É preciso atualizar os estatutos a partir de princípios políticos comuns construídos coletivamente. Os regimentos eleitorais devem ser transparentes e discutidos com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, buscando a ampliação da participação e o fortalecimento da democracia das nossas instâncias.

158 A implementação da renovação de 30% das direções e a reeleição apenas uma vez no mesmo cargo ainda não chegou à maioria dos Sindicatos e algumas Federações. O cumprimento dessas deliberações (dos 8º e 9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) é importante para assegurar a coerência com os princípios políticos expressos no PADRSS e para a necessária renovação das lideranças sindicais, superando antigas práticas existentes, ampliando a organicidade e a unidade entre os diversos níveis organizativos do MSTTR.

159 É necessário que se intensifique o trabalho de convencimento por parte das direções das Federações e Sindicatos para que haja o efetivo cumprimento das decisões aprovadas nos congressos, bem como aperfeiçoar os instrumentos existentes, que estimulem uma prática sindical coerente com o PADRSS.

160 A ampliação dos mandatos das direções de três para quatro anos, com uma plenária de avaliação após os dois primeiros anos, se mostrou acertada. É necessário aperfeiçoar e potencializar as plenárias para que sejam um espaço de avaliação e construção de políticas sindicais que orientem a gestão.

161 A criação das secretarias específicas na Contag, e depois nas Federações, foi um passo importante para responder às novas exigências decorrentes da ação sindical e a formulação de

políticas públicas para a categoria trabalhadora rural. Esta iniciativa proporcionou maior visibilidade para as ações específicas e uma maior capacidade de enfrentamento com o setor patronal nas negociações salariais.

162 No entanto, essa experiência de organização enfrenta dificuldades na sua implementação em algumas Federações e em muitos Sindicatos. É preciso assegurar condições políticas e financeiras aos diretores e diretoras para realizarem as ações em sua área de atuação, evitando o acúmulo de funções, contribuindo para o efetivo encaminhamento das políticas específicas.

163 As secretarias não podem se constituir em ilhas políticas dentro das entidades sindicais, fragmentando a ação e comprometendo o desenvolvimento de políticas articuladas com o projeto político do MSTTR. É preciso desenvolver uma gestão política compartilhada que proporcione a integração entre as secretarias, assegurando a unidade e eficácia nas ações das entidades. O planejamento estratégico é um dos instrumentos para assegurar a integração das políticas nas secretarias.

164 A realização de congresso temático eleitoral na Contag a partir do 5º Congresso, em 1991, foi um grande avanço. Esse avanço também foi adotado pela maioria das Federações, sendo que algumas estão experimentando a separação entre o congresso temático e eleitoral. Essa experiência precisa ser debatida pelo MSTTR em seus fóruns de formação e deliberação, visando aperfeiçoar a democracia sindical.

165 O MSTTR vem dinamizando suas estruturas organizativas para aperfeiçoar a ação sindical. Nas Federações, os Pólos e/ou regionais adquirem importância política e estratégica para a execução das políticas estaduais. Nos sindicatos os conselhos de base e as delegacias articulam as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

166 Acertadamente a CONTAG, vem implementando a política de regionalização com o objetivo de potencializar as políticas regionais, respeitando suas diversidades. Essa regionalização favorece a construção de pautas articuladas e ações específicas para cada região do País. Amplia a presença das Federações junto à Contag contribuindo na formulação de políticas públicas e na ação sindical. No momento, as cinco Regionais estão em funcionamento. No entanto, é necessário aperfeiçoar a organicidade entre as Regionais e a CONTAG, inclusive com a previsão estatutária do papel político a ser por elas desempenhado.

167 Os Sindicatos, Federações e a Contag são instrumentos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A realização de mobilizações nacionais, como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas, dentre outras, tem assegurado unidade política e inúmeras conquistas nacionais. No entanto, é preciso que essa unidade política e as conquistas tenham repercussão nos estados e municípios. Por isso, é fundamental a realização de mobilizações e ações regionais, estaduais, municipais e territoriais. Essas ações devem ser encaradas como uma continuidade das mobilizações nacionais, com o objetivo de garantir a plena implementação das conquistas. A realização dos Gritos da Terra Estaduais é fundamental para assegurar as políticas negociadas no Grito da Terra Brasil.

168 Nos municípios e territórios, onde se dá a implantação do PADRSS, os sindicatos desempenham um papel importante. São responsáveis pelo acompanhamento dos Conselhos Municipais e Territoriais, participam na comprovação da atividade rural, fornecimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, acompanhamentos de projetos junto aos Bancos, das lutas pela reforma agrária, ocupações de terras, trancamento de rodovias, campanhas salariais, greves, habitação, dentre outras. Os conselhos são um espaço privilegiado de atuação para garantir a execução das políticas públicas negociadas nacionalmente, como educação do campo, saúde, crédito, habitação, etc. Essa atuação deve ser propositiva e mobilizadora, visando o cumprimento das políticas

negociadas nacionalmente, bem como formulando e reivindicando políticas específicas de âmbito local.

169 Os Sindicatos são os principais responsáveis para que essa estrutura organizativa funcione politicamente. É necessária especial atenção para a situação organizativa de cada um. Avançamos muito na regularização dos Sindicatos, mas ainda há um contingente expressivo que continua com pendências, principalmente junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. É preciso uma mobilização desses Sindicatos, com o acompanhamento das Federações e da Contag para que todas as entidades do MSTTR possam cumprir plenamente seu papel de representação da categoria. Os Sindicatos, Federações e a Contag devem manter atualizado o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES do Ministério do Trabalho e Emprego, sempre que houver mudanças estatutárias, de base territorial e de diretoria, para o pleno exercício da representação sindical.

170 Outro pilar importante de nossa ação sindical é a sustentação política e financeira. Sem recursos financeiros, as tarefas e ações ficam prejudicadas e, muitas vezes, inviabilizadas.

171 O MSTTR utiliza a expressão “sustentabilidade política e financeira”, porque a condição de sustentável, no âmbito das finanças do MSTTR, está ligada a uma visão de longo prazo e a uma gestão sindical e financeira democrática, transparente e eficiente em defesa dos interesses da categoria. O foco central é o fortalecimento da ação política das entidades sindicais, para a efetiva consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

172 Um passo importante na construção da sustentabilidade financeira do MSTTR foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES). Seus objetivos são fortalecer as entidades sindicais por meio de uma gestão que esteja a serviço do projeto político e a construção de uma política de finanças que atenda às necessidades de todos os níveis da organização sindical.

173 Nesta compreensão, a sindicalização não é vista apenas como uma forma de arrecadação de recursos, mas sim, como uma estratégia política, formativa e democrática, onde os sindicalizados e sindicalizadas passam a enxergar o sindicato como seu principal canal de participação na construção de políticas públicas, de mobilização e lutas que irão contribuir para melhoria da sua vida, da sua família e da sua comunidade, que é o objetivo do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

174 Outra área que merece atenção é a comunicação. No ambiente de disputa em que se dá a implementação do PADRSS, a comunicação é um importante instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A democratização da informação é essencial para a divulgação das ações e conquistas do MSTTR, bem como para mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa de nossas reivindicações, além de barrar as investidas contra as conquistas do Movimento.

175 A informação correta sobre a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das ações do MSTTR é essencial para combater a desinformação que os grandes veículos de comunicação produzem tentando seduzir e despolitizar a população e desqualificar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A mesma também é um instrumento poderoso na conquista de aliados e contribui para trazer mais trabalhadores e trabalhadoras para MSTTR e dar elementos de formação e divulgação do PADRSS.

176 O MSTTR desenvolve a comunicação por meio de diferentes veículos: o Jornal da Contag, os jornais que estão sendo produzidos por várias Federações, as páginas da CONTAG, Federações e STTRs na Internet, programas de rádio, como A Voz da CONTAG, e as centenas de programas de rádios veiculados em rádios comunitárias e outros.

177 É preciso, no entanto, criar um Sistema de Comunicação da Contag, que integre todos esses veículos e potencialize o seu alcance, pois a comunicação do MSTTR ainda é fragmentada e dispersa. Para tanto, é preciso que o Coletivo Nacional de Comunicação tenha um funcionamento regular e crie um ambiente favorável a essa integração.

178 O MSTTR, pelo seu tamanho e importância política, tem a necessidade e o dever de aperfeiçoar os instrumentos de comunicação existentes e investir em outros ainda pouco utilizados. Alguns, com a finalidade mais específica de aprofundar os conteúdos em discussão no MSTTR, com a criação de uma revista da CONTAG. Outros com o objetivo de agilizar e ampliar o alcance das informações, como a criação de novas rádios comunitárias, lutando pelo estabelecimento de condições que facilitem o seu reconhecimento legal, e uma utilização mais intensiva da Internet.

179 Ambiente Externo

180 O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS é fruto das demandas, aspirações e da ação sindical do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. Apenas a atuação do MSTTR não é suficiente para que o projeto possa ser vitorioso. É um equívoco acreditar que todas as ações necessárias à implementação do mesmo serão executadas exclusivamente pelas entidades do MSTTR. É por meio de parcerias e alianças, que o Movimento conseguirá ampliar as suas forças políticas e a sua capacidade operativa.

181 Além disso, por buscar solucionar os problemas da categoria trabalhadora rural, o PADRSS apenas tem propostas de desenvolvimento sustentável para o meio rural. É preciso que outros setores se incorporem à proposta para que o mesmo adquira a qualidade de um projeto de mudança de toda a sociedade.

182 O MSTTR não é a única organização existente no campo brasileiro, embora seja a única de caráter sindical. Existe um grande número de entidades que atuam com a base da categoria rural, a partir de perspectivas organizativas e políticas diferentes, indo desde a organização da produção, em associações e cooperativas, até os diversos movimentos de luta pela terra.

183 A participação da CONTAG em espaços como o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, que congrega entidades como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Sem Terra – MST e entre outras, apresentaram pontos positivos, com a realização de diversas atividades conjuntas, entre as quais pode ser destacado o acampamento pela reforma agrária realizado durante a Marcha pela Reforma Agrária em 2003, a Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO em Brasília, em 2008 e a participação na Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul - COPROFAM, na Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP, Marcha Mundial de Mulheres, Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe - RedeLAC, dentre tantas outras, apontam para uma inserção crescente da CONTAG nos espaços de elaborações e decisões políticas sobre o campo.

184 A relação com as demais entidades não é, contudo, sempre tranqüila e pacífica. Algumas dessas entidades disputam a representação da categoria ou se colocam frontalmente contrárias às propostas do MSTTR. Mas fugir do debate não ajuda na solução do problema, apenas favorece a quem dele participa. Precisamos continuar presentes e atuantes em todos estes espaços, buscando, por meio da construção de propostas e da ação sindical, compartilhando da direção das mesmas, assegurando uma atuação mais forte do setor rural na sociedade.

185 É preciso, ainda, implementar uma política mais efetiva de parcerias para o Grito da Terra Brasil, que envolva não apenas a incorporação de reivindicações de mais setores do campo, mas

um compromisso em torno da elaboração e construção de propostas, participação nas mobilizações e nos processos de negociação.

186 O MSTTR coerente com as propostas do PADRSS deve buscar estabelecer parcerias constantes com outros segmentos da sociedade civil. O MSTTR não pode se isolar na luta pela implantação do projeto, também é necessário sensibilizar outros setores, como as universidades, organizações estudantis e organizações não - governamentais, dentre outras, para o PADRSS. Como os cursos universitários especialmente destinados aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e as várias entidades que se engajaram na realização da Marcha das Margaridas, são pontos positivos que demonstram outros avanços que podem ser alcançados no campo das parcerias.

187 As parcerias, por mais trabalhosas que possam parecer, são fundamentais para o acúmulo de forças em torno do PADRSS, para a agregação de informações e conhecimentos produzidos por outras organizações e para o próprio arejamento das idéias do MSTTR. A apropriação de novos conhecimentos e novas tecnologias é fundamental para a implantação do projeto. Atuar sozinho pode passar uma idéia de força e importância, porém, no longo prazo esse isolamento reduz a força política e prejudica o projeto.

188 A relação com outras categorias e Centrais é outro tema que merece reflexão. Não há como imaginar a construção de um projeto de desenvolvimento que não leve em conta a opção classista, independente, autônoma, democrática, unitária e solidária. Essa opção leva a eleger como principais aliados na implementação do PADRSS as outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras urbanos.

189 Muitos passos já foram dados neste sentido, com destaque para a filiação à Central Única dos Trabalhadores – CUT. A filiação da Contag à CUT se deu no processo de discussão do PADRSS. A realização do Projeto de Pesquisa CUT/Contag foi uma das referências para a elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

190 Nos últimos anos, ampliamos a participação organizada do MSTTR nos Congressos, Plenárias, mobilizações da CUT e avançamos na ocupação dos espaços de direção. No último congresso da CUT, elegemos dois diretores para Executiva Nacional, entre eles a Vice-Presidência, bem como ocupamos cargos de direção em várias CUTs Estaduais. Participamos de atividades de mobilização e campanhas, e ampliamos nossa participação e intercâmbio no Coletivo de Relações Internacionais da CUT.

191 A atuação do MSTTR ainda é tímida neste campo. É preciso traçar linhas de ação específicas como fizemos quando da realização do Projeto de Pesquisa CUT/Contag, que potencializem a aliança preferencial dos trabalhadores e trabalhadoras rurais com os trabalhadores e trabalhadoras urbanos.

192 É preciso reconhecer que Federações e Sindicatos optaram pela filiação a outras Centrais Sindicais além da CUT, como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e Força Sindical. O MSTTR tem uma longa história de convivência com a diversidade, sempre garantindo a unidade interna. Esse cenário não pode ser traduzido apenas em disputa por filiados, precisamos perceber as potencialidades que essa realidade nos oferece, tendo em vista que, as Centrais são um pólo privilegiado para discussão e divulgação do PADRSS e a conquista de novos aliados na sua implementação.

193 As Centrais Sindicais vêm atuando conjuntamente em mobilizações e negociações comuns à classe trabalhadora. Nossa participação nessas atividades, promovidas pelas Centrais, como foi a Marcha Nacional pela Valorização do Salário Mínimo, é importantíssima e deve ser intensificada.

194 POLÍTICAS ESTRUTURANTES DO PADRSS

195 O PADRSS está estruturado num conjunto de políticas que nascem das demandas e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, da sua ação e mobilização sindical, que se projetam em políticas já implementadas pelo Estado e outras que estão em processo de construção ou que ainda estão por serem construídas, tendo em vista a existência de demandas ainda não atendidas. Por outro lado, algumas políticas públicas que estão asseguradas constitucionalmente e por legislações específicas, contribuem para avançar na estruturação do PADRSS. Outras, no entanto, negam ou dificultam o acesso das pessoas aos seus direitos.

196 Compreendemos que as políticas públicas são conseqüências dos processos de disputas e da correlação de forças presentes na sociedade. Os interesses em questão definem as políticas e suas diretrizes e pautam a atuação e intervenção do poder público. A implementação destas políticas depende de um conjunto de fatores relacionados à economia, às articulações sociais e, em especial, à capacidade de atuação, mobilização e intervenção dos movimentos e organizações sociais.

197 A consolidação do PADRSS pelo MSTTR aponta para a importância que as Políticas públicas, enquanto instrumento essencial para construção de uma sociedade igualitária, solidária e justa, tem num projeto de desenvolvimento. Inclusive, que o Estado desempenha um papel fundamental como indutor do desenvolvimento e determinante para delimitar que setores serão mais ou menos beneficiados com o mesmo. Esta idéia contrapõe-se ao entendimento neoliberal de Estado mínimo e de um campo destituído de políticas públicas.

198 Discutir políticas públicas não tem sentido se, conjuntamente, não se enfrentar a questão do seu custeio. Assim, o MSTTR deve continuar atuando em dois campos: exigindo O primeiro é exigir que o processo de tributação seja justo e solidário. Considere que as grandes fortunas, os latifúndios e que o pagamento de impostos pelas pessoas físicas e jurídicas tenha caráter progressivo, de modo que, quem ganha mais contribua com mais para o bem estar da sociedade. Além disso, que assegure critérios que garantam a aplicação eficiente dos impostos arrecadados, com políticas que promovam a melhoria das condições de vida de toda a população.

199 O segundo campo é fortalecer a ação sindical para atuar diretamente sobre as definições orçamentárias, em nível nacional, estadual e municipal, pois é no orçamento onde se dá a alocação dos recursos em grande escala e se constrói a lógica dos gastos públicos. Depois do orçamento público aprovado, as transferências dos recursos são pontuais e em pequena escala, sendo insuficientes para assegurar as políticas públicas necessárias e efetivas para o desenvolvimento do campo.

200 As políticas públicas devem estar integradas e articuladas, considerando a realidade do campo e as necessidades dos sujeitos, para que o PADRSS se efetive. Tais políticas são fundamentais para assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais o acesso à terra, assistência técnica, crédito, trabalho digno, previdência e assistência Social, educação, saúde, moradia, transporte, segurança alimentar, políticas de proteção infante juvenil, etc.

201 As políticas são construídas e implementadas pelas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), geralmente sem considerar as reais demandas da população interessada. Além disso, existem várias políticas que são constituídas e têm seu financiamento vinculado ao âmbito Federal, mas sua execução se dá através dos Estados e, principalmente, pelos Municípios. A ausência de

articulação dessas políticas nos três níveis tem dificultado um maior acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

202 O MSTTR avalia, por exemplo, que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC não se propôs a construir o desenvolvimento na mesma direção que o PADRSS, não atendeu diretamente aos anseios da população rural, não previu que se assegurassem contrapartidas sociais e não articulou a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

203 Por outro lado o Programa Territórios Rurais e da Cidadania representam um esforço do governo federal em ampliar e fortalecer as políticas públicas nos espaços territoriais, inicialmente desenvolvidas apenas pelo MDA/SDT (Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial) articulando ações de aproximadamente 19 Ministérios, ampliando recursos, buscando articular ações estratégicas para o campo, bem como fomentando processo de participação local e regional das organizações sociais e poder público. No entanto, essa estratégia tem apresentado muitas dificuldades de implementação, embora se reconheça a importância da necessidade de ampliar e fortalecer a atuação política do MSTTR neste cenário.

204 Entretanto, o MSTTR reconhece que algumas políticas, ainda que de forma limitada, vem sendo implementadas e contribuem para o desenvolvimento do campo e para a permanência das pessoas no espaço rural. Exemplos dessas políticas são: o Pronaf, o programa nacional territórios rurais e da cidadania, a política nacional de assistência técnica, o reconhecimento das experiências da economia solidária, a educação do campo, a previdência social, dentre outras.

205 A ação sindical do MSTTR deve atuar na construção, monitoramento e gestão destas políticas, de forma articulada para garantir a concretização das políticas conquistadas. Isso já vem sendo realizado por algumas Federações nos Gritos da Terra nos Estados e por alguns Sindicatos no âmbito municipal. No entanto, esse compromisso precisa ser ampliado efetivamente por todas as federações e sindicatos de modo que as políticas públicas possibilitem melhores condições de vida dos trabalhadores, efetivando assim seus direitos.

206 Os conselhos municipais, estaduais e nacionais, são espaços estratégicos de participação para a efetivação das políticas públicas. Os fóruns, grupos de trabalho, comitês, colegiados estaduais e territoriais, dentre outros, também são espaços privilegiados para a ação sindical. É fundamental que o MSTTR amplie e qualifique sua participação nesses espaços, de forma articulada com outros segmentos sociais, considerando a importância dos mesmos na tomada de decisões para a consolidação e ampliação das políticas públicas no campo.

207 O MSTTR tem afirmado que a construção de um projeto de desenvolvimento justo, solidário e sustentável que assegure a existência de condições dignas de vida no campo, igualdade de oportunidades e condições sociais, econômicas e culturais que ampliem as possibilidades de permanência das pessoas no campo. Ou seja, um desenvolvimento que permita aos sujeitos fazer escolha e ter opções de permanecer no campo com vida digna.

208 POLÍTICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

209 A realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa é a base principal do PADRSS, pois é uma medida política essencial para romper com o padrão conservador de desenvolvimento rural pautado na concentração da terra e renda, exclusão social e na degradação ambiental, representado pelo agronegócio. Sem democratizar o direito à terra, também para as

mulheres e os jovens, não se promove o desenvolvimento rural sustentável e solidário com inclusão social e produtiva e respeito à biodiversidade. Também é necessário garantir políticas públicas organizadas e articuladas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, para que estes potencializem o fortalecimento da agricultura familiar.

210 Para se configurar como uma alternativa efetiva ao padrão de desenvolvimento do agronegócio, a democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária têm uma importância que vai além da destinação de um espaço produtivo para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, significando um direito dos povos, comunidades e países ao modo de viver, de produzir e de conservar a biodiversidade. Neste sentido, o acesso à terra deve partir da garantia da sua função socioambiental, reconhecendo os recursos naturais como fontes indispensáveis de vida e defesa dos direitos humanos.

211 Para tanto, é preciso aprimorar os instrumentos legais que assegurem a capacidade do Estado de intervir na estrutura fundiária para assegurar a democratização da terra. A desapropriação por interesse social precisa garantir o efetivo acesso à terra e incorporar aos seus critérios o limite da propriedade em até 35 módulos fiscais. O Estado deve, também, ampliar o direito de expropriar imóveis rurais, efetivar a regularização fundiária e a arrecadação das terras públicas e qualificar as formas complementares de acesso às terras que não possam ser desapropriadas, principalmente por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

212 A luta pela democratização da propriedade da terra é histórica e, conflituosa. Neste sentido, o Estado deve reconhecer que as ações de reforma agrária pautam-se na luta social pelo direito à terra de todos os sujeitos políticos que as protagonizam. Isso passa pelo respeito ao direito de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de suas formas diferenciadas de luta e pressão contra o latifúndio e o padrão de desenvolvimento rural excludente e que nega os direitos humanos. É preciso prosseguir de forma mais ousada nas ações de pressão organizadas nos estados e municípios, como ocupações de terras/acampamentos, manifestações nos grandes centros, entre outras. Porque é principalmente no âmbito local onde se consolida o poder econômico e político daqueles que se opõem à reforma agrária.

213 Somado ao acesso à terra, se faz necessário assegurar o redirecionamento dos investimentos e a garantia de políticas públicas inclusivas que atendam às demandas e diversidades dos povos do campo e da floresta, promovendo o desenvolvimento sustentável dos Projetos de Assentamento de reforma agrária, nas suas variadas formas (projetos agroextrativistas, projetos de desenvolvimento sustentável – PDS, dentre outros). As ações devem estar pautadas num planejamento construído a partir do zoneamento agroecológico do território, em processos articulados e integrados que atendam às especificidades das regiões e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental das áreas de reforma agrária.

214 O desafio é assegurar condições para que as unidades familiares possam ampliar a sua capacidade de produção e reprodução da vida no campo com o reconhecimento de seus diversos integrantes e suas dinâmicas diferenciadas de vida, trabalho e organização. Isso deve significar mais do que experiências exitosas, mas a base efetiva de consolidação do padrão de desenvolvimento rural alternativo ao agronegócio, com conservação e preservação ambiental, produção de alimentos e organização social. Neste sentido, as políticas públicas destinadas aos projetos de assentamento devem seguir a estratégia de fortalecer a agricultura familiar, ampliando a base das unidades familiares de produção para se consolidarem como a estrutura produtiva que protagoniza o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

215 POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

216 Para que a agricultura familiar seja, efetivamente, protagonista do desenvolvimento rural sustentável e solidário, ela deve estar amparada em condições que garantam qualidade de vida, trabalho e renda nas unidades familiares de produção e nas comunidades. Na perspectiva de ampliar e fortalecer a base da agricultura familiar para estruturar o desenvolvimento rural, as políticas públicas devem partir da democratização do acesso à terra e seguir com o fomento ao desenvolvimento das unidades familiares de produção, estejam elas nos assentamentos de reforma agrária ou em outras áreas.

217 As políticas públicas devem assegurar condições para que a agricultura familiar se estruture de forma alternativa ao agronegócio, que é um modelo produtivo que não assegura a sustentabilidade ambiental, econômica ou produtiva e adota uma lógica completamente diversa daquelas características das unidades familiares.

218 Neste sentido, é estratégico que a agricultura familiar adote como prioridade a luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis de modo sustentável, como forma de garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população. Para tanto, deve buscar que a sua organização produtiva esteja pautada em sistemas agroecológicos e na cooperação, como princípios básicos e fundamentais para melhoria da qualidade de vida, eficiência produtiva e renda.

219 Dessa forma, é possível operar mudanças efetivas no modo de produzir e se relacionar na agricultura familiar com respeito aos ecossistemas e à prática da gestão compartilhada por todos os membros da família. Isso implica na superação de padrões tradicionais de produção bem como da subordinação de mulheres e jovens nas famílias. Nessa perspectiva, têm importância fundamental a valorização dos saberes e a construção coletiva do conhecimento nos processos produtivos da Agricultura Familiar.

220 É necessário reconhecer a multifuncionalidade das unidades de produção familiar como medida garantidora dos valores sociais e culturais da população rural. Dar visibilidade e valorização do trabalho dos diversos membros do grupo familiar e da geração de renda na propriedade. Além disso, deve-se estabelecer a combinação positiva entre os aspectos ambientais e produtivos das unidades familiares, assumindo a recuperação e preservação dos recursos naturais, conforme as necessidades e a geração de serviços ambientais nas propriedades familiares.

221 A ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar, necessariamente, devem ter por base um novo padrão tecnológico que seja compatível com a produção familiar. Isto demandará a construção ou adaptação da atual matriz tecnológica, o incremento e o estímulo a pesquisas científicas que dialoguem com os interesses da sustentabilidade. Da mesma forma, deve ser universalizado o acesso à assistência técnica tendo como referência a viabilidade social e econômica da unidade familiar e a qualificação para o acesso às políticas públicas, incluindo as políticas específicas para mulheres e jovens.

222 A política de crédito deve estar voltada à garantia da produção sustentável, estabelecendo subsídios que fomentem e apoiem a adoção de sistemas produtivos que rompam com o padrão tradicional. Devem ser aprimorados os instrumentos de cobertura de seguros da produção, estabelecimento de preços mínimos diferenciados e justos e fortalecimento dos processos de comercialização e de agregação de valor da produção familiar.

223 O redirecionamento das políticas públicas voltadas para o campo demanda participação qualificada e articulação dos atores políticos nos espaços de elaboração e gestão das mesmas. Os conselhos estaduais e municipais definidores das ações locais são espaços estratégicos que devem ser ocupados pelo MSTTR. Nestes espaços é preciso defender a ampliação e adequação da infra-

estrutura social e produtiva, os serviços públicos de qualidade que garantam condições de vida e trabalho para a população rural. O direcionamento dos investimentos públicos que assegure a educação, saúde, transporte, estrada, cultura, esporte, lazer, etc, no campo, contribui para a ampliação e o desenvolvimento da agricultura familiar e consolida o PADRSS.

224 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

225 Para cumprir as determinações do PADRSS de articular produção de alimentos de forma sustentável, com preservação dos recursos naturais, geração de postos de ocupações produtivas com garantia de renda e gestão compartilhada da produção, o MSTTR estimula e promove a organização social e produtiva da agricultura familiar.

226 Nesta ação o MSTTR tem contribuído para dar visibilidade à agricultura familiar que é a principal responsável pela garantia da soberania e segurança alimentar do Brasil. Mesmo ocupando apenas 21% das terras agricultáveis e acessando menos de 40% do volume de crédito rural disponível, a agricultura familiar responde por 39% do Produto Interno Bruto – PIB, por mais de 80% dos postos de trabalho existentes no campo e por 51% da produção de alimentos que chegam à mesa da população brasileira.

227 Neste universo é possível identificar que a agricultura familiar se compõe de variáveis que a influencia social e economicamente, tanto no nível interno – organização, gestão, tecnologia, investimentos, renda, potencial do ambiente e respeito às diferenças, quanto no nível externo - crédito, mercado, forma organizacional e políticas públicas.

228 Portanto, a unidade familiar de produção deve ser compreendida como o lugar em que se desenvolve a gestão participativa dos bens e serviços, levando-se em consideração todos os componentes da família, as relações internas e externas, tanto no âmbito do conhecimento, do emprego das tecnologias e da tomada de decisões, quanto na participação da renda.

229 Assim, no caminho da sustentabilidade, as unidades familiares de produção devem adotar como estratégia a organização social e produtiva, a cooperação que potencializa e qualifica as atividades e a elevação da produtividade do trabalho dos membros do grupo familiar. A organização proporciona a sistematização e o planejamento geral do estabelecimento, observando os aspectos sociais e ambientais, bem como articulando a produção em cadeias e redes produtivas.

230 A gestão das unidades familiares de produção e dos empreendimentos coletivos devem ser aprimorados para responder às necessidades de adequação dos padrões tecnológicos e do mercado, superando o modelo tradicional de gestão centralizada. Neste sentido, a gestão associativa deve considerar a participação democrática do coletivo com base em procedimentos administrativos e financeiros transparentes, compatíveis com a sua realidade social e produtiva.

231 O Siscop

232 O MSTTR vem desenvolvendo e implementando o Sistema Contag de Organização da Produção – Siscop, que busca articular os principais ramos do processo produtivo: crédito (Creditag – Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar de Economia Solidária), assistência técnica (Sisater – Sistema Siscop de Assistência Técnica e Extensão Rural), as Cadeias Produtivas e a Comercialização da Produção. Esse sistema busca fortalecer os processos autônomos sustentáveis e solidários e articula com outras organizações cooperativas o fortalecimento da agricultura familiar.

233 Os instrumentos e políticas públicas devem atuar no fortalecimento dos processos produtivos, garantindo condições de beneficiamento e agregação de valor aos produtos, facilitando a ins-

talação de agroindústrias ou outras estruturas de beneficiamento para os produtos da agricultura familiar.

234 O SISCOP deve potencializar a inserção qualificada da agricultura familiar, reunindo elementos que contribuam para a superação do domínio dos oligopólios sobre a produção e a comercialização. Desta forma, agricultura familiar poderá atingir um novo patamar, deixando de ser apenas fornecedora de matéria prima para as transnacionais que definem como e o que se deve produzir.

235 O acesso a mercados e a comercialização da produção familiar são desafios que se apresentam para o MSTTR e demandam a construção de estratégias que articulem a produção, beneficiamento e comercialização da agricultura familiar. Nesse contexto, o comércio justo e solidário representa uma opção que potencializa a agricultura familiar e favorece a implantação de processo produtivo econômico, social e ambientalmente sustentável.

236 TRABALHO NO CAMPO COMO DINAMIZADOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – DRSS

237 O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, propõe mudanças nas relações sociais que estruturam as organizações e qualificam as políticas quando considera a diversidade dos sujeitos existentes no campo. O trabalho como valor positivo, promotor de qualidade de vida e renda, e do crescimento pessoal e não como sofrimento deve ser um dos pilares do PADRSS.

238 Este elemento traz várias reflexões sobre o significado do trabalho como princípio educativo, para o significado do que é o trabalho, qual a sua importância na construção das identidades, das relações sociais, e como forma de humanização. Os valores atribuídos ao trabalho não podem basear-se apenas pela exploração. Deve ser visto também de forma positiva, capaz de construir identidades e contribuir para promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário - DRSS.

239 A capacidade que temos de pensar, refletir, aprender, criar, construir e transformar o dia-a-dia, no espaço em que vivemos, chama de atividade humana do trabalho. O trabalho é sempre uma atividade social e não isolada. A sociedade decide sobre quem trabalha em que trabalha e como se distribui a renda gerada pelo trabalho.

240 O trabalho é o principal fator que determina a organização da sociedade, suas estruturas e funcionamento. A existência do trabalho está relacionada à existência das sociedades. O mesmo não acontece em relação ao emprego, pois, apesar de se inter-relacionados, trabalho e emprego não são a mesma coisa, possuem significados diferentes. O trabalho é toda ocupação humana que atende a um determinado fim, e existe desde o momento em que se começou a transformar a natureza. O emprego é caracterizado pela formalidade e relação de subordinação. Significa exercer função, cargo ou qualquer ocupação remunerada.

241 Compreender a diferença entre trabalho e emprego é importante para melhor entender como funcionam as regras do mercado de trabalho. Por exemplo, na unidade familiar de produção, todos os membros da família trabalham, mas não têm vínculo empregatício. Já os assalariados (as) rurais têm seu trabalho caracterizado pelo vínculo empregatício.

242 Existem diferentes formas de trabalho que envolve os sujeitos políticos do campo: assalariados (as) rurais, agricultores (as) familiares, assentados (as) e acampados (as) da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos e pescadores artesanais. Esses sujeitos são importantes na construção do desenvolvimento e do campo que queremos. O trabalho no desenvolvimento considera essa di-

versidade e em como distribuir o bônus (inclusão) e minimizar o ônus (exclusão).

243 Com a globalização e as estratégias neoliberais registraram-se transformações em grande escala, redefiniram a dinâmica do mercado de trabalho, da gestão das empresas, das condições de vida e trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras. A precariedade e a vulnerabilidade do emprego e do trabalho também são responsáveis pela exclusão social. O agronegócio se reproduz nesta lógica, utilizando um modelo degradante de desenvolvimento, onde o mesmo atua, porém reproduz o discurso do desenvolvimento sustentável.

244 Precisamos ficar atentos a essas novas reorganizações do trabalho, pois, isto nada mais é do que uma tentativa do capitalismo continuar sobrevivendo. No agronegócio, por exemplo, o assalariamento rural possui características do trabalho que são quase sempre influenciadas por um cenário de precarização, rotatividade no emprego, flexibilização de regras e direitos trabalhistas. A proliferação de cooperativas de mão-de-obra, diminuição do poder aquisitivo dos salários, de casos de superexploração em virtude do trabalho por produção, lacunas nas questões sobre segurança e saúde do trabalhador (a) rural, descumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, péssima distribuição pessoal da renda do trabalho, entre outros, geram relações de conflitos no processo de trabalho.

245 Algumas formas perversas de trabalho ainda permanecem no campo, a exemplo do trabalho escravo e degradante que explora tortura e cerceia a liberdade e dignidade do trabalhador. A ação sindical voltada para o combate à informalidade no campo e estas formas de trabalho, ainda presentes no meio rural, tem-se intensificado nos últimos anos, pois estas práticas representam impasses para o desenvolvimento que buscando construir.

246 Destacam-se diversas conquistas e avanços como os processos das campanhas salariais, negociações coletivas de trabalho, ampliação de convenções e acordos coletivos, estabelecidos, pressão por fiscalização efetiva na área rural, criação e atuação do Grupo Móvel de Fiscalização, participação do MSTTR no Planejamento para a ação fiscal no campo. Elaboração e cumprimento da Norma Regulamentadora – 31 (saúde e segurança no trabalho), o combate a superexploração do trabalho por produção, a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, entre outros.

247 Porém, o cenário do assalariamento rural ainda não apresenta uma visão positiva do campo enquanto espaço de qualidade de vida e não dá visibilidade aos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais enquanto protagonistas do DRSS.

248 O MSTTR exerce papel importante ao organizar, mobilizar e defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e reivindicar mudanças na lógica do assalariamento rural do agronegócio.

249 O mercado de trabalho rural também está sendo afetado pelas transformações do mundo do trabalho, que diversifica e altera as atividades e as ocupações. Em função do avanço da agroindústria e do fortalecimento da agricultura familiar será necessário aumentar a contratação de mão-de-obra, evidenciando, assim uma tendência de crescimento do trabalho tanto assalariado como o da agricultura familiar.

250 A agricultura familiar ocupa todos os membros da família em atividades agrícolas e não-agrícolas. Ainda assim, por decorrência do seu fortalecimento e expansão, se faz necessário a contratação de trabalhadores (as) assalariados (as) rurais para desenvolver atividades complementares ao trabalho familiar na propriedade.

251 A agricultura familiar tem relevância social e econômica e capacidade de responder às mudanças do mercado de trabalho. A presença da agricultura familiar no mercado de trabalho deve

mudar a lógica deste mercado agregando renda, qualidade de vida e solidariedade.

252 A utilização do trabalho assalariado na agricultura familiar deve ter como princípio, assegurar qualidade de trabalho e de vida, elevação da renda, inclusão social e produtiva. A valorização dos assalariados (as) rurais também deve se valer desse princípio, o que demanda um conjunto de ações prioritárias e políticas específicas para este segmento.

253 A relação entre agricultores (as) familiares e assalariados (as) rurais tende a se intensificar, principalmente por decorrência do quadro de envelhecimento do campo. Os problemas existentes devem ser resolvidos em igualdade de condições efetivando o direito à proteção social, inclusive com as alterações legais que são necessárias, tanto para os assalariados (as) rurais quanto para os agricultores (as) familiares, fortalecendo o conjunto e a unidade da categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

254 Os assentamentos são importantes não apenas porque estimulam o acesso à terra, assegurando trabalho, renda e qualidade de vida, ampliando, e fortalecendo a agricultura familiar, mas também como fomento para o desenvolvimento local. Os assalariados e assalariadas rurais são potenciais beneficiários da reforma agrária e devem ser desenvolvidas ações que fomentem o seu acesso à terra.

255 Em relação à proteção infanto-juvenil a nossa luta deve ser pela erradicação da exploração do trabalho que prejudique o desenvolvimento físico, psíquico, social, pessoal e cultural da criança e do adolescente. O desenvolvimento no campo que queremos deve assegurar a proteção integral, trabalho como princípio educativo, considerando as necessidades de crianças e de adolescentes, com políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer.

256 O trabalho como dinamizador do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS tem como princípio a garantia dos direitos humanos articulados às estratégias de redução da pobreza, de promoção do trabalho decente, impulsionando a transformação da vida, do trabalho e da renda. As políticas de geração de emprego e renda devem assegurar a proteção social e inclusão social, criando as condições para que as populações rurais não fiquem na marginalidade, reduzindo assim o abismo entre ricos e pobres, mulheres e homens, rurais e urbanos.

257 O trabalho que queremos distribui renda desenvolve o espaço local, diminui as desigualdades, promovem oportunidades para mulheres e homens com dignidade, liberdade, igualdade, segurança e solidariedade. Este trabalho reafirma a identidade individual e coletiva, reconhece as diferenças, considera os nossos valores e quebra as barreiras da invisibilidade, permitindo o reconhecimento do potencial dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na dinâmica do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS.

258 Os desafios são enormes frente a todas essas questões e ao desenvolvimento que queremos, com o trabalho como princípio educativo, como dimensão de cidadania, como formação humana fortalecendo os diversos espaços do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS e se contrapondo às diversas formas de exploração do trabalho. Tudo isto deve contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento diferente do que tem sido preconizado pelo agro-negócio.

259 POLÍTICAS SOCIAIS

260 Historicamente, a população rural foi desprovida do acesso aos direitos sociais e o campo negado como lugar de cidadania. Isso ajuda a explicar porque o espaço rural, durante muitos anos, foi marcado pelo abandono e pela precariedade das políticas sociais estruturantes. Essa,

aliás, foi também a estratégia do receituário neoliberal seguido por muitos governos que sempre considerou a população rural como mera demandante de políticas de combate à pobreza, possíveis de serem asseguradas pelo Estado enquanto provedor de direitos sociais “mínimos”.

261 Mesmo com os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, ainda não foi possível uma articulação e uma eficiente concretização das políticas sociais integradas num Sistema de Proteção Social que assegure condições dignas de vida e que respeite as demandas dos sujeitos e as distintas realidades em que estes vivem.

262 As políticas sociais que vem sendo implementadas nos municípios, como é o caso da saúde pública, educação, habitação, lazer, cultura, esporte, segurança, proteção às crianças e jovens, dentre outras, nem sempre atendem às demandas específicas da população rural. Ainda prevalece uma cultura política coronelista e clientelista que transforma “direitos sociais” e “controle social” em meros instrumentos de troca e barganha política.

263 A luta pela universalização dos direitos sociais e por um Sistema de Proteção Social tem sido fundamental, para se construir um padrão de desenvolvimento que seja sustentável, com distribuição de renda e cidadania plena.

264 Algumas mudanças nesse sentido vêm ocorrendo nos últimos anos, a exemplo da descentralização das políticas públicas na área social entre as três esferas de governos (União, Estados e Municípios). Essas políticas asseguram maior presença do poder público junto à população; maior transparência nas informações, decisões e gestão dos bens públicos e fortalece a participação popular nos espaços sociais por intermédio da gestão participativa.

265 Em resposta às reivindicações dos Movimentos Sociais e Sindical, o governo Lula investiu em algumas políticas sociais e adotou medidas importantes, como a valorização do salário mínimo, estruturou o bolsa-família, instituiu o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), o Programa Luz para Todos, ampliou o acesso ao crédito para as camadas de baixa renda, entre outras, o que tem contribuído para reduzir os índices de pobreza e melhorar as condições de vida dos mais excluídos.

266 O governo tem demonstrado interesse em negociar com o MSTTR no sentido de repensar, formular e avançar na implementação de políticas sociais específicas para as populações rurais, a exemplo das políticas de educação, saúde, habitação, previdência social, proteção infanto-juvenil, etc., ampliando a compreensão sobre o papel que essas políticas têm na dinamização do campo e no processo de desenvolvimento sustentável e solidário. Contudo, algumas dessas políticas são extremamente difíceis de serem implementadas nos municípios e estão longe de beneficiar diretamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

267 Portanto, se faz necessário que o MSTTR repense suas estratégias políticas, ampliem o campo de alianças com outros setores da sociedade e qualifique a intervenção nos espaços de elaboração e monitoramento das políticas sociais, tais como, conselhos, comitês, grupos de trabalho, fóruns, etc., sobretudo no âmbito local e territorial.

268 MEIO AMBIENTE

269 O PADRSS está fundamentado na sustentabilidade, assegurada pelas dimensões econômi-

cas, políticas, sociais, culturais e ambientais, que são interligadas e articuladas. Do ponto de vista ambiental a sustentabilidade significa a construção do desenvolvimento que assegure a relação harmônica e equilibrada da sociedade com os recursos naturais, de modo a não comprometer as capacidades e necessidades da população atual e das futuras gerações.

270 A histórica relação predatória do ser humano com o meio ambiente provocou sérios problemas que exigem alterações significativas e urgentes nos modos de vida e nos padrões de produção e consumo. Neste contexto, a agricultura, como um sistema produtivo intrinsecamente vinculado à natureza, se transforma em um forte alvo das demandas por processos produtivos que não degradem a natureza e assegurem a sustentabilidade.

271 Esta demanda poderá representar um potencial de fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que, majoritariamente, ela se estrutura num sistema capaz de produzir o desenvolvimento sustentável no campo e garantir a segurança e a soberania alimentar e nutricional da população. Diferentemente do agronegócio, as unidades familiares geram ocupações e baseiam-se na multifuncionalidade, diversificação da produção e oferta de alimentos, atividades que se caracterizam como menos agressivas ao meio ambiente.

272 Visando ampliar este potencial da agricultura familiar, o PADRSS assume a agroecologia como uma estratégia a ser adotada, um novo jeito de viver e produzir que incorpora os valores essenciais da sustentabilidade, e que assegura renda. Um sistema agroecológico articula tecnologias adaptadas e práticas agrícolas sem o uso de agroquímicos ou outros contaminantes. Valoriza e reconhece a participação dos diferentes sujeitos políticos, considerando os aspectos ambientais, culturais e econômicos presentes dos espaços organizativos e produtivos.

273 Para assegurar que as unidades familiares de produção, sejam efetivamente agroecológicas e sustentáveis, garantam renda e produção de alimentos, é necessário redirecionar os instrumentos e as políticas públicas. A transição dos modos tradicionais de produção para os sistemas agroecológicos não pode depender apenas do desejo e esforço de indivíduos ou de grupos, mas deve ser uma opção dos sujeitos políticos da agricultura familiar que, em diálogo com os demais segmentos da sociedade, e com o Estado, devem buscar seu reconhecimento enquanto guardadora de produtos saudáveis para a população. Os processos produtivos, de agregação de valor e de comercialização devem contar com políticas de crédito e apoio financeiro, capacitação, instrumentos normativos, pesquisas, tecnologias e assessorias técnicas especializadas e adequadas que promovam a transição e a consolidação deste sistema entre os agricultores e agricultoras familiares.

274 Em relação à legislação ambiental, o MSTTR defende o seu aprimoramento, principalmente para rever o tratamento uniforme que é dado às diferentes formas produtivas e ecossistemas, além do seu caráter muito mais punitivo do que educativo e orientador de práticas sustentáveis. Esse caráter da legislação propicia, na maioria das vezes, o estabelecimento de conflitos e a exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que, historicamente, consolidaram diferentes formas de organização e produção no espaço rural.

275 Isto não quer dizer que o MSTTR defenda a flexibilização dos direitos e obrigações e nem a manutenção de formas produtivas predatórias que comprometam os recursos naturais. O MSTTR tem construído esforços para que a legislação ambiental atenda à pluralidade e especificidades dos ecossistemas e assegure condições à agricultura familiar para estabelecer processos produtivos em equilíbrio com a preservação e conservação ambiental. Para tanto, vem participando

de vários colegiados, promovendo debates nacionais e nas regiões, se articulando com outras organizações e setores, dentre outras ações, que procuram diagnosticar os principais problemas e demandas relativas a cada realidade e formular propostas adequadas.

276 A garantia da sustentabilidade requer a preservação e conservação ambiental, principalmente das áreas de preservação permanentes (APP), destacando os mananciais e as de reservas legais (RL). É importante que o conjunto da sociedade e o Estado reconheçam que a preservação e conservação destas áreas é um serviço ambiental que beneficia, não só o espaço onde elas se localizam, mas a toda a humanidade. Neste contexto, o MSTTR vem construindo propostas e desenvolvendo ações em conjunto com outras organizações que visam remunerar aqueles que prestam estes serviços ambientais, a exemplo do PROAMBIENTE, que é atualmente um programa governamental.

277 No entanto, estes experimentos e proposições precisam ser aprimorados e ampliados para que, efetivamente, atendam ao conjunto das unidades familiares de produção, garantindo as condições de proteção ambiental sem que isso comprometa as formas de produção e renda das propriedades. Neste sentido, os instrumentos normativos e institucionais devem assegurar melhores condições, inclusive, o apoio técnico e econômico para que a agricultura familiar promova a recomposição das APPs e RLs que tenham sido degradadas ou alteradas. Existem propostas, também, para que seja efetivada a compensação destas áreas com outras áreas, desde que localizadas no mesmo bioma, quando for impossível a redefinição de seu uso.

278 A luta pela sustentabilidade pressupõe, não só a implementação das políticas públicas, mas o exercício de práticas sustentáveis pelo conjunto da sociedade. O MSTTR deve, portanto, investir junto a sua base para adoção de processos produtivos agroecológicos, como as diversas práticas de manejo sustentável, sistemas agroflorestais, produção de orgânicos, dentre outros. Da mesma forma, deve assegurar medidas internas que estimulem comportamentos e atitudes como, por exemplo, a separação e coleta seletiva de lixo e o combate ao desperdício de papel e energia nas entidades, dentre outras práticas que expressem o efetivo compromisso com a sustentabilidade.

279 Neste sentido, é estratégica a criação de secretarias de Meio Ambiente na CONTAG, nas FETAGs e STTRs, para enfrentar os desafios impostos à sustentabilidade e ao campo, orientando e desenvolvendo ações específicas relativas ao meio ambiente que estejam articuladas às demais frentes de luta do PADRSS.

280 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

281 Na implementação do PADRSS deve ser considerado tanto a correlação de forças interna quanto externa, na medida em que a integração dos mercados, as negociações e os acordos em nível internacional podem impactar diretamente as políticas públicas desenvolvidas em nosso País. Foi o caso das negociações fracassadas da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio – OMC, que poderiam impor limites ao PRONAF e a outras políticas de apoio à agricultura familiar.

282 A cada dia o comércio internacional ganha maior importância no mundo das economias globalizadas. Os Países buscam a ampliação ou a conquista de novos mercados para comercializar seus produtos. Negociam Tratados de Livre Comércio - TLC com o propósito de desregulamentar os mercados regionais entre países ou blocos de países. Da mesma forma, buscam liberalizar o co-

mércio internacional com acordos negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

283 O comércio internacional “não é livre e nem confiável” para o conjunto dos países em desenvolvimento, principalmente, quando o Estado pouco regula e é despreparado para enfrentar as crises que afetam a população mais pobre. A dinâmica do mercado internacional afeta o comércio e a produção local e, por conseguinte, a vida dos(as) trabalhadores(as) rurais.

284 Centradas exclusivamente no aspecto econômico, estas negociações de comércio internacional em geral não levam em consideração o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações envolvidas e não discutem as conseqüências sociais. É preciso identificar os impactos decorrentes destes acordos e mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras, para assegurar propostas que protejam a produção e o trabalho do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, do Brasil e dos outros países.

285 Estudos realizados pela Oxfam(Organização Não-Governamental Britânica) e pela Universidade da Califórnia apontam mudanças profundas no mundo rural reservando enormes desafios para os governantes, sobretudo dos países mais pobres, de promoverem o desenvolvimento equilibrado das suas economias, para que a agricultura assegure a soberania e a segurança alimentar das nações.

286 A população mundial continuará crescendo, as demandas básicas por comida, água, habitação, energia, roupa das famílias também. Mas a terra disponível e agricultável do planeta continuará sendo a mesma. O novo “ciclo” da agricultura aumentará a demanda e a disputa pela posse e uso dos recursos naturais: terra e água, enquanto fatores indispensáveis de produção e geração de riqueza. Além destes fatores, está a preocupação com o meio ambiente, que continuará no centro das atenções internacionais, impondo limites neste processo de produção.

287 A terra terá novos valores sociais e econômicos a partir do que ela poderá produzir de alimentos para a segurança alimentar ou, de matérias-primas para a produção de energias que são ou serão futuras commodities(produtos padronizados e comercializados em grande escala no mercado mundial), sujeitas às flutuações do mercado internacional.

288 A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO sinaliza um novo “ciclo” para agricultura no qual os preços das matérias-primas (*commodities*) se manterão altos na próxima década. Isto impacta sobre os países de maneira diversa. No Brasil, por exemplo, representou uma recuperação dos preços agrícolas que se encontravam depreciados. Em outros países está comprometendo o acesso à alimentação de milhares de famílias, aumentando a fome no mundo. A alta dos preços dos alimentos é causada por vários fatores que apontam muito mais do que um simples desajuste entre a *oferta* e a *demanda* de alimentos. Há uma crise de modelo de produção que afeta os componentes da produção e abastecimento de alimentos no mundo.

289 A posição do MSTTR em nível internacional tem por base os princípios que orientam a implementação do PADRSS: regras justas e equilibradas para o comércio internacional, mediante a utilização de instrumentos capazes de disciplinar o comportamento predatório das grandes empresas transnacionais que atuam no comércio internacional; Tratamento Especial e Diferenciado para os países em desenvolvimento em todos os acordos de comércio internacional (multilateral ou bilateral); soberania e segurança alimentar e nutricional de todos os povos e; solidariedade da classe trabalhadora de todos os países.

290 Em sua atuação internacional, o MSTTR desenvolve ações conjuntas com outras entidades da sociedade civil. Pode ser destacada como exemplo a articulação e parceria em nível internacional a União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Tabacos e Afins - UITA, que vem desenvolvendo de várias ações importantes para o fortalecimento da luta, dos (as) trabalhadores (as) rurais. Da mesma forma, com as organizações filiadas da Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado - COPROFAM, onde a CONTAG, atualmente, desempenha papel estratégico de articulação e coordenação política. Em nível nacional, com as organizações que integram a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP em suas comissões temáticas e grupos técnicos que tratam da agricultura familiar e dos assalariados nas negociações de acordos de comércio internacional e integração regional.

291 O MSTTR precisa avançar mais em sua política externa, ampliando o seu leque de alianças e de parcerias, consolidando-se como a principal referência do campo brasileiro em nível internacional. Para isso, é importante trazer a temática internacional para as discussões internas e desencadear um processo de formação que possibilite a compreensão da dinâmica das economias e dos acordos de comércio internacional que determinam o modelo de produção agrícola no mundo e outros temas centrais que desafiam a implementação do PADRSS.

292 PLANO DE LUTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS

293 Propor e lutar pela construção e implementação de políticas que promovam o PADRSS, com pautas articuladas em nível nacional, estadual e municipal, dialogando com a sociedade e ampliando as alianças e parcerias e articular as propostas de desenvolvimento do campo com as da cidade.

294 Ampliar as ações de massa do MSTTR, em nível nacional, estadual e municipal, como legítimo instrumento de pressão ao poder público para atendimento às reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e para estabelecer o diálogo com a sociedade sobre o PADRSS.

295 Construir políticas sindicais que assegurem uma organização sindical democrática, classista, autônoma, transparente e atuante, com a participação de todos os sujeitos políticos da categoria, em especial mulheres, jovens e pessoas da 3ª idade e idosas.

296 Assegurar o cumprimento, em todas as entidades do MSTTR, das cotas de, no mínimo, 30% de mulheres e de, no mínimo, 20% de jovens, tomando medidas que limitem a participação das entidades que não sigam estas orientações nas Plenárias e Congressos da CONTAG.

297 Lutar por políticas que atendam às demandas e especificidades dos diversos sujeitos políticos do campo, combatendo todos e quaisquer preconceitos, discriminações e desigualdades baseados em gênero, geração, raça e etnia.

298 Desencadear processos formativos, com metodologia similar ao Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLs, como um dos instrumentos de implementação do PADRSS, envolvendo o conjunto da categoria trabalhadora rural.

299 Consolidar a Política Nacional de Formação – PNF como estratégia formativa no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário.

- 300** Ampliar o Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES, assegurando a sustentabilidade política e financeira das entidades do MSTTR.
- 301** Lutar para que as políticas públicas destinadas ao campo sejam participativas, permanentes e articuladas, considerando as especificidades da área rural e as diferenças regionais.
- 302** Avançar nas políticas sociais como instrumento de inclusão social, distribuição de renda e promoção do desenvolvimento justo e igualitário.
- 303** Fortalecer e ampliar a atuação do MSTTR na luta pela implantação da Reforma Agrária, como instrumento de inclusão social, cidadã e produtiva para o desenvolvimento sustentável e solidário, construindo parcerias e sensibilizando a sociedade para a sua importância.
- 304** Lutar para que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar sejam instituídas como políticas de Estado.
- 305** Consolidar o Sistema Contag de Organização da Produção –SISCOP, como instrumento da organização social e produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, através da construção de sistemas cooperativos nas áreas de produção, crédito e assistência técnica, para práticas sustentáveis e solidárias na agricultura familiar.
- 306** Lutar pela valorização e promoção do trabalho digno e descente, que assegure a redução da pobreza, a ampliação e melhorias de proteção social e de inclusão social, impulsionando a melhoria da vida, do trabalho e da renda da categoria trabalhadora rural.
- 307** Defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado, combatendo a utilização predatória dos recursos naturais e fortalecendo as boas práticas e políticas ambientais.
- 308** Combater os impactos negativos da expansão dos agrocombustíveis, em especial do setor sucroalcooleiro, buscando a melhoria nas condições de trabalho, renda e vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos, a soberania territorial, a proteção do meio ambiente e a segurança e soberania alimentar e nutricional do País.
- 309** Propor e lutar por políticas públicas que ampliem a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Biodiesel, com aumento da renda, possibilitando aos agricultores e agricultoras a participação em todas as etapas da cadeia produtiva (fornecimento de matéria prima, de óleos vegetais e/ou biodiesel).
- 310** Ampliar as parcerias e alianças internacionais, para impedir acordos e negociações lesivos aos interesses das populações dos países e assegurar a proteção para a produção e o trabalho do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, do Brasil e dos outros países.
- 311** Participar de forma organizada e sistemática nos processos eleitorais, no combate à corrupção eleitoral e na luta pela importância do voto consciente e da ética na política, elegendo trabalhadores e trabalhadoras rurais e apoiando candidaturas comprometidas com o PADRSS e o MSTTR.

***COMISSÕES
TEMÁTICAS***

***PADRSS
TEMAS ESPECÍFICOS***

COMISSÃO TEMÁTICA 01

POLÍTICA AGRÁRIA

312 REFORMA AGRÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

313 Balanço da Política Pública de reforma agrária

314 O aprofundamento do padrão conservador de desenvolvimento rural vem amplificando as alterações produzidas pelo processo de modernização da agricultura e impactando, de forma ainda mais negativa, no modo de vida e trabalho, na malha fundiária, na conformação dos ecossistemas e na matriz tecnológica, fazendo com que o campo, cada vez mais, se transforme em um lugar sem gente, sem recursos naturais e sem produção de alimentos.

315 O modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio agrava outros limites que, historicamente, marcaram a ação do Estado na reforma agrária e impediram a sua efetivação de forma ampla, massiva e com qualidade. Além de elevar a concentração da terra e renda, violência no campo, degradação ambiental, exploração do trabalho e exclusão social e produtiva, o aumento do preço das terras e dos alimentos, produz um novo fenômeno conhecido por estrangeirização das terras devido à entrada indiscriminada de investimentos internacionais no campo.

316 A concentração da terra é evidente pela análise dos dados disponíveis sobre a estrutura fundiária que revelam que o Brasil possui uma área territorial de 850 milhões de hectares, onde estão localizados mais 3 milhões de imóveis rurais. Destes, menos 1,6% do total (69.123) ocupam uma área de 43,7% (183.463.319 ha) das terras. Por outro lado, as pequenas propriedades que representam 85,2% dos imóveis (3.611.429), ocupam apenas 20,1% da área. Além disso, cerca de 170 milhões de hectares são constituídos por posses irregulares em terras devolutas e 120 milhões de hectares compõem as grandes propriedades improdutivas. É importante, também, que as Unidades de Conservação ocupam cerca de 102 milhões de hectares; as terras indígenas 129 milhões de hectares; as águas territoriais internas, as áreas urbanas e as ocupadas por rodovias, outros 30 milhões de hectares. A área total de imóveis cadastrados no INCRA chega a 420 milhões de hectares., segundo levantamento do INCRA, datado de 2003.

317 É importante destacar que a ação do Estado no campo sempre foi determinada pela influência política da oligarquia rural, situação que também persiste sobre o governo atual que é pressionado à moldar as estruturas e políticas públicas para responder aos interesses do agronegócio. Isto fez com que problemas estruturais ou conjunturais não fossem enfrentados, a exemplo da não aprovação da Portaria Interministerial para atualização dos índices de produtividade agropecuária e nem a revogação da Medida Provisória que não permite desapropriações de terras ocupadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais.

318 Da mesma forma, os setores conservadores com influência no governo pressionaram pela indicação de pessoas contrárias à reforma agrária para assumirem cargos estratégicos na direção no INCRA. Na mesma esteira segue a atuação dos governos municipais, estaduais e dos poderes legislativo e judiciário que, majoritariamente, privilegiam o atendimento ao agronegócio e atuam para impedir a reforma agrária e criminalizar as organizações e lutas sociais pelo direito a terra.

319 Com isso, o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA se converteu em um instrumento restrito nas proposições e tímido nas ações não vislumbrando a reforma agrária como medida es-

tratégica para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Esta situação foi ainda piorada no 2º mandato do governo Lula com as orientações traçadas pelo “Programa Vida Digna no Campo”, que além de não definir metas para a reforma agrária, trata esta política com um caráter muito social do que estrutural. As ações continuam lentas, atomizadas e pontuais, não respondendo aos desafios que estão postos para o campo e para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, como ação complementar à reforma agrária,, não conseguiu cumprir as metas anuais, dependendo, principalmente, de desburocratização e melhor estrutura, em especial nas Unidades Técnicas Estaduais. Além do mais, a elevação dos preços das terras em algumas regiões afetou bastante a capacidade de compra de terras de melhor qualidade e com áreas maiores, fato que poderá acarretar riscos à capacidade de pagamento e à sustentabilidade econômica das unidades produtivas adquiridas.

320 Apesar destes problemas, avanços importantes foram conquistados, principalmente pelo reconhecimento do governo quanto ao papel das organizações sociais e de suas lutas pela terra. O processo permanente de pressão e negociação, construído pelo MSTTR e outras organizações sociais produziu o atendimento de demandas importantes. Dentre estas, destaca-se a ampliação dos recursos orçamentários para a Reforma Agrária com a criação, ampliação e qualificação de programas de ações governamentais, como: Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATEs; TERRASOL, PRONERA, melhorias nas condições de financiamento do Programa Nacional de Crédito fundiário e nova formulação da proposta de crédito para os assentamentos, buscando avançar na estruturação de um crédito sistêmico para as unidades produtivas.

321 Avanços significativos ocorreram, também, em atendimento às demandas das mulheres, pautadas no Art.189 da Constituição Federal, visando o acesso das mulheres a terra e a políticas públicas que lhes garantam condições de produzir e comercializar com autonomia. Destaca-se a Portaria 981/03 determinado à titulação conjunta da terra, a Instrução Normativa 38/06 normatizando o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, alterando os procedimentos e instrumentos para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e o Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação. Além disso, foi alterada a sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária com prioridade àquelas chefiadas por mulheres e uma nova modalidade de crédito para as assentadas. Foi ainda, criado o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora que, apesar de necessitar de ampliação e maior qualidade na gestão, amplia o acesso das mulheres às políticas públicas e o exercício pleno de sua cidadania.

322 Na luta pela terra é notória a participação da juventude, contudo o conjunto de normas/critérios de acesso à terra desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não contribui para o assentamento dos(as) jovens solteiros(as), que não são priorizados no processo de assentamento e dificilmente são beneficiados. Dentro do *Programa de Crédito Fundiário – PCF* foi instituída uma linha chamada de “Nossa 1ª Terra”, para responder a uma demanda apresentada pela juventude do MSTTR. Dentre os limites desta política, podemos identificar as demandas dos assentamentos por qualificação, no contexto da gestão e organização produtiva, além de melhores condições de assistência técnica.

323 É importante destacar que, apesar das dificuldades e limites à reforma agrária, os processos de obtenção das terras e de realização dos assentamentos representam medidas fundamentais para promover a inclusão social e produtiva de milhões de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros sem terra ou com pouca terra. Da mesma forma, sem democratizar os meios de produção e assegurar o pleno acesso das mulheres e na gestão da unidade familiar e do assentamento não será possível consolidar um desenvolvimento rural que seja incluyente, sustentável e solidário.

324 Balanço da Ação Sindical na reforma agrária

325 O MSTTR considera a atualidade e urgência da realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa como instrumento estratégico e essencial para implantar e consolidar um padrão de desenvolvimento rural, efetivamente sustentável e solidário. Da mesma forma, considera que os limites impostos à reforma agrária, especialmente pela investida do agronegócio, transnacionais e de setores do Estado, continuam demandando um processo permanente e intenso de lutas e resistência.

326 Estas bases políticas orientaram a ação da Contag na reforma agrária, que buscou fortalecer a organização sindical para assegurar o direito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de se mobilizar e pressionar o Estado para implantar políticas garantidoras do acesso seguro e sustentável a terra.

327 Foram priorizadas ações visando o fortalecimento, ampliação e articulação da ação sindical na luta pela terra e pela qualidade dos assentamentos, realizando diversas atividades nas FETAGS e STTRs e, também, nos acampamentos e assentamentos discutindo, avaliando e definindo estratégias para orientar a ação sindical e as lutas junto ao Estado. Neste processo, foi priorizada a criação dos coletivos estaduais, buscando ampliar o envolvimento das lideranças, qualificar as pautas de reivindicação e dar maior organicidade à ação do conjunto do MSTTR na reforma agrária.

328 Permaneceram ininterruptas as variadas ações de pressão como as marchas, trancamento de estradas, ocupações de prédios públicos, audiências públicas, dentre outras, cobrando agilidade e qualidade das ações do Estado. Os acampamentos e ocupações continuaram sendo as mais importantes e eficazes formas de luta pela terra e atualmente, mais de 90 mil famílias permanecerem organizadas em 700 acampamentos organizados pelo MSTTR. No entanto, constatou-se que houve uma redução no número de novos acampamentos e ocupações, principalmente pelo descrédito gerado entre os trabalhadores e trabalhadoras, em razão da morosidade do INCRA na conclusão dos processos de desapropriação.

329 A Contag e as FETAGs continuaram, também, com as ações buscando a ampliação e melhoria das ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, conquistando a ampliação do programa para todos os Estados, a redefinição nas condições de financiamento, reduzindo os encargos e ampliando prazos. Foi garantida, também, a renegociação das dívidas em atraso para os beneficiários do PNCF e, também, dos programas Banco da Terra e Cédula da Terra. Estes últimos, apesar de não terem sido mobilizados pelas FETAGs e Contag à época de suas operações, começaram a procurar o MSTTR para apoiá-los na solução das dívidas em atraso e de outros problemas que enfrentam na consolidação do desenvolvimento das áreas que adquiriram.

330 A Contag procurou, também, ampliar e fortalecer as alianças e parcerias com outras organizações sociais na luta pela reforma agrária. Neste sentido, intensificou sua intervenção junto ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que tem como atual ação estratégica a campanha pelo limite da propriedade da terra no Brasil. Também, construiu em conjunto com a UITA - União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura o planejamento para a Campanha Internacional contra a Violência no Campo que, apesar de não ter se concretizado integralmente, realizou ações importantes para denunciar a violência e a impunidade contra trabalhadores e trabalhadoras rurais. Foi destacada também, a participação da Contag importantes espaços de articulação e elaboração de políticas, em nível nacional e internacional. Como exemplo, destaca-se a participação na organização e realização da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR e na Conferência pela Soberania Alimentar, promovidas pela FAO e no Fórum Terra, Território e Dignidade e na Conferência Especial da Sociedade Civil, ambas realizadas em paralelo às conferências da FAO. Da mesma forma, tem sido destacada a par-

ticipação da CONTAG nas reuniões e grupos de trabalho da Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL – REAF e no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

331 Apesar de todos os avanços registrados na ação sindical, é preciso mencionar que nem todo o conjunto do MSTTR tem a luta pela reforma agrária. Este é um limite que precisa ser enfrentado, pois como preconiza o PADRSS, sem reforma agrária não há desenvolvimento sustentável e solidário e, sem luta, não se viabilizará a realização da reforma agrária ampla, massiva e participativa.

332 Plano de Lutas

333 A investida do agronegócio buscando se consolidar como modelo hegemônico para o campo, impõe maiores desafios à luta sindical pela reforma agrária, inclusive o de comprovar a sua necessidade e atualidade. Além do permanente processo de lutas e pressão, faz-se necessário aperfeiçoar as elaborações e proposições que façam frente à “guerra ideológica” travada contra a reforma agrária.

334 É fundamental, portanto, a construção de um projeto político contra-hegemônico para o campo e para o País, que potencialize a unidade da classe trabalhadora e estabeleça o diálogo com a sociedade em torno de uma proposta de desenvolvimento pautado na reforma agrária, soberania, sustentabilidade e qualidade de vida, como preconiza o PADRSS.

335 Buscando contribuir com este debate e orientar a ação estratégica e a articulação de sua prática política pelo direito a terra e pela qualidade dos projetos de assentamento, o MSTTR se propõe a construir as bases para um plano de reforma agrária neste Congresso. Estas bases gerais do Plano, que partem das orientações do PADRSS, deverão ser detalhadas na sequência, especificando e atualizando as proposições relativas à reforma agrária, que dialoguem com a realidade, as demandas da base e as diversidades regionais.

336 Neste sentido, as ações do MSTTR na reforma agrária devem se organizar e se articular a partir orientações estratégicas e políticas relacionadas a seguir.

337 Bases para o Plano Nacional de Reforma Agrária do MSTTR

338 Implantar no Brasil um novo Plano de Reforma Agrária que se efetive de forma ampla, massiva, de qualidade e participativa, democratizando o acesso à terra, à água e aos recursos naturais, garantindo os direitos dos povos e das comunidades ao modo de viver e de produzir de forma sustentável e solidária. Para tanto, é necessário qualificar o instrumento da desapropriação por interesse social como principal medida para obtenção de terras para a reforma agrária, assegurando efetiva punição aos proprietários de terras que não cumprem a função socioambiental, inclusive, ampliando o direito do Estado de expropriar estes imóveis, especialmente pela prática do trabalho escravo e pela utilização no tráfico de drogas. Qualificar, também, os instrumentos para agilizar e efetivar os processos da regularização fundiária das terras públicas, da União e dos Estados.

339 Implantar e consolidar os projetos de assentamentos e as unidades familiares de produção para se tornarem espaços efetivos de desenvolvimento sustentável e solidário, assegurando políticas públicas que garantam a produção prioritária de alimentos saudáveis em sistemas agroecológicos, o fortalecimento das culturas locais, a multifuncionalidade, geração de renda, preservação e conservação ambiental. Para tanto, assegurar a universalização da assessoria técnica adequada e gratuita, crédito sistêmico, tecnologias adequadas, programa para instalação de agroindústrias e infra-estrutura social e produtiva suficiente ao desenvolvimento dos projetos.

340 Institucionalizar espaços de participação social na gestão e controle social das políticas públicas de reforma agrária

- 341** Assegurar igualdade entre homens e mulheres no acesso à terra e na gestão dos Projetos de Assentamento e das unidades produtivas, estimulando a qualificação das assentadas para a sua organização produtiva.
- 342** Garantir o acesso de jovens solteiros(as) como beneficiários da reforma agrária.
- 343** Efetivar a exigência do cumprimento da função socioambiental da terra como condicionante ao direito de propriedade, incorporando nos seus critérios o limite máximo de 35 módulos fiscais para cada proprietário.
- 344** Aprimorar o Programa Nacional de Crédito Fundiário, como uma ação complementar de reforma agrária, possibilitando condições adequadas para um processo sustentável de obtenção de terras de qualidade e em quantidade suficiente para grupos organizados de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, minifundistas e pequenos proprietários que necessitem ampliar suas unidades produtivas, além de contemplar os filhos e filhas de agricultores familiares.
- 345** Efetivar o georeferenciamento, discriminação e regularização de todas as áreas públicas, garantindo a proteção possessória dos ocupantes de pequenas áreas, assegurando a participação social na definição de destinação das áreas.
- 346** Estabelecer regras limitadoras ao acesso às terras brasileiras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras seja pela compra ou por contratos de arrendamento e parceria, assim como ao investimento de capital financeiro nas empresas estabelecidas no campo, prevendo retomada das terras já adquiridas pelos estrangeiros.
- 347** Realizar o planejamento da reforma agrária, a partir do zoneamento agroecológico, identificando áreas prioritárias, definindo prazos para conclusão de cada etapa do processo, que devem ocorrer de modo sistêmico, integrado e diferenciado para atender às especificidades das regiões e garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental das áreas.
- 348** Aperfeiçoar a legislação, as políticas e os instrumentos públicos e assegurar recursos financeiros e humanos suficientes e adequados à realização das ações massivas de obtenção de terras e de implantação dos assentamentos com agilidade e qualidade.
- 349** Fortalecer a estrutura do INCRA para assumir as ações de reforma agrária, promovendo descentralização e articulação de políticas entre os órgãos do governo federal e estaduais.
- 350** Federalizar os crimes cometidos contra os defensores dos Direitos Humanos, agilizando o julgamento dos acusados de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas lideranças.
- 351 Bases políticas para orientar a ação sindical na reforma agrária**
- 352** Manter os processos de mobilização e as ações de pressão de modo a pautar a reforma agrária no centro da agenda política dos governos e da sociedade, lutando pela implementação do plano de reforma agrária do MSTTR;
- 353** Definir ações e mobilizações de pressão pela Reforma Agrária, junto aos governos estaduais e ao judiciário, responsabilizando também estes setores pelos conflitos fundiários.
- 354** Priorizar as ações coletivas contra o latifúndio e o agronegócio, pressionando o Estado à democratizar a propriedade da terra e consolidar assentamentos de reforma agrária sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e organizativo.
- 355** Ampliar a divulgação e o debate sobre os instrumentos que garantem o acesso das mulheres a terra e os programas de apoio a produção nos assentamentos;

- 356** Realizar um efetivo monitoramento da construção e efetivação dos instrumentos e programas para assegurar o acesso das mulheres a terra, à documentação, à assessoria técnica e ao crédito especial;
- 357** Ampliar e fortalecer os Coletivos nacional e estaduais de reforma agrária, dinamizando a participação das mulheres nestes espaços.
- 358** Realizar ações de capacitação que fortaleçam a participação sindical nos conselhos, comitês gestores e outros espaços de debate, planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas em execução, assegurando a participação das mulheres e da juventude.
- 359** Atuar no apoio à organização dos projetos de assentamento, estimulando e fortalecendo os processos associativos e cooperativos das famílias assentadas e a adoção de práticas de produção ambientalmente sustentáveis.
- 360** Ampliar e fortalecer as campanhas pelo limite de propriedade da terra e contra a Violência e Impunidade no campo no Brasil.
- 361** Realizar encontros regionais com jovens assentados, na perspectiva de estimular a organização política e econômica dos mesmos;
- 362** Construir no programa Jovem Saber um curso de “Gestão de Assentamento” voltado para jovens assentados

COMISSÃO TEMÁTICA 02

POLÍTICA AGRÍCOLA

363 BALANÇO DAS AÇÕES DE POLÍTICA AGRÍCOLA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS

364 As ações de política agrícola do MSTTR avançaram com base na organização social e produtiva e na geração e garantia de renda para a agricultura familiar, visa consolidar este modo de produção como modelo essencial ao desenvolvimento sustentável e solidário no meio rural brasileiro, com objetivo de garantir segurança e soberania alimentar, como pressupostos da implementação do PADRSS.

365 As reivindicações do MSTTR geraram resultados importantes, entre os quais merecem destaque: a proposição da política de garantia de renda para agricultura familiar que deu origem ao atual Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); o aumento dos recursos para o Pronaf Crédito e, em especial, para ATER; a negociação de Contratos de Cooperação Técnica e/ou Contratos de Compra e Venda de Oleaginosas com empresas produtoras de biodiesel no cenário nacional; o estímulo à organização do cooperativismo de crédito; e a participação efetiva na organização das demandas por habitação do campo.

366 Além destas ações o MTTR atuou fortemente junto ao Governo Federal a fim de promover a simplificação dos normativos do Pronaf Crédito cuidando para garantir a manutenção das conquistas alcançadas. Contribuiu na formulação da nova metodologia de *Financiamento Integral da Unidade Familiar de Produção* com objetivo de tornar o crédito um insumo sustentável na agricultura familiar. Da mesma forma, participou ativamente na formulação de propostas de negociação das dívidas rurais que resultou na Medida Provisória nº 432/08, beneficiando cerca de 1,8 milhões de agricultores/as familiares, somando um volume de R\$ 10 bilhões.

367 Atualmente, o principal desafio posto é o monitoramento da implementação dessas políticas públicas conquistadas, seja para aperfeiçoamento ou atualização das mesmas, de modo a garantir o fortalecimento e consolidação da agricultura familiar. Neste aspecto vale ressaltar a importância do Observatório Sindical da CONTAG, em implementação, que tem por objetivo avaliar o acesso do público do MSTTR às políticas públicas voltadas à produção, beneficiamento e comercialização da produção.

368 No contexto do acompanhamento e monitoramento de políticas públicas de acesso da agricultura familiar a apropriação, pelo MSTTR, do sistema de emissão eletrônica de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), desenvolvido pelo MDA, representa um forte avanço. São 3.822 pessoas cadastradas para Emissão de DAP no banco de dados do MDA representando 2302 Sindicatos. Este é o maior e mais completo banco de dados sobre a agricultura familiar, sendo que a CONTAG suas Federações e Sindicatos se constituem como a principal fonte de dados.

369 Para melhor organização, acompanhamento e monitoramento da implementação deste sistema foi criado um Grupo Gestor no MSTTR responsável pela atualização dos dados no Sistema de Cadastro de Entidades Emissoras de DAP (CED-Web), bem como pela prestação de contas sobre a emissão de DAP pelos Sindicatos.

370 Quanto a organização da produção a orientação estratégica do MSTTR passa pela **implementação do “Sistema CONTAG de Organização da Produção (SISCOP)”**. O SISCOP foi introduzido no MSTTR pelo 9º CNTTR e, segundo o Planejamento Estratégico da CONTAG, se estrutura a partir

dos seguintes eixos: 1) Na implementação de processos de organização da produção (...) visando a construção de políticas solidárias sustentáveis que potencializem novas relações sociais, políticas, econômicas e comerciais; 2) Na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar, com melhoria de renda e qualidade de vida; e 3) No fortalecimento, aperfeiçoamento e ampliação dos recursos do crédito, Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), pesquisa, produção e comercialização na agricultura familiar.

371 O SISCOP, por sua concepção, incorpora todas as experiências de cooperação da agricultura familiar e demais trabalhadores/as rurais, por meio de suas organizações associativas, cooperativas ou outras formas organizativas de produção, comercialização, crédito, ater, habitação etc., inclusive de atividades rurais não agrícolas, constituindo-se em um sistema nacional.

372 Após massiva campanha de divulgação e esclarecimento sobre a importância do SISCOP, seu formato político-organizativo – que resguarda autonomia de gestão e harmonia em relação à estrutura sindical – a expressão “Organização da Produção” passou a ser empregada amplamente pelas lideranças e técnicos do MSTTR e instituições parceiras.

373 Para o MSTTR a implementação do SISCOP deve contribuir para melhorar sua relação com a agricultura familiar, em especial. Atualmente, o SISCOP configura no cenário nacional como o sistema organizativo emergente mais importante no contexto da agricultura familiar. Abrange todas as Regiões do país e suas organizações compõem a base da União Nacional das Organizações da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

374 Uma importante ação do MSTTR na organização das Cadeias Produtivas foi o apoio no cadastramento das associações, cooperativas e outras formas organizativas de produção na agricultura familiar. Até o momento, em seu banco dados estão registradas cerca de mil organizações da agricultura familiar e economia solidária, sendo que destas mais de 500 são associações e 193 cooperativas de produção.

375 Na execução do projeto de levantamento e identificação das principais cadeias produtivas de atuação da agricultura familiar, pode-se identificar por ordem de prioridade a necessidade de focar os trabalhos do MSTTR nas cadeias do leite, café, ovino-caprino e outros produtos da Amazônia e Cerrado. A conclusão desta ação apontou a urgência de capacitar lideranças e técnicos para uma gestão eficiente e participativa destas organizações, garantindo transparência em todos os procedimentos administrativos.

376 Assim, é necessário que o MSTTR intensifique os trabalhos com relação as organizações produtivas da agricultura familiar a fim de poder contribuir efetivamente na qualificação de suas lideranças e avançar na certificação da produção e acesso a mercados.

377 Especificamente, sobre a cadeia produtiva do biodiesel, vale ressaltar que o MSTTR foi um dos principais atores da sociedade civil na construção do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Realizou ações de mobilização e capacitação de lideranças, técnicos e agricultores familiares em todo o território nacional; promoveu estudos de viabilidade sobre processos de esmagamento de oleaginosas para comercialização de óleo e subprodutos diretamente pela agricultura familiar; representou com eficiência os interesses da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel em diversos espaços de formulação, discussão e implementação do programa.

378 Nesse sentido, nas negociações com o Governo Federal, o MSTTR pautou questões importantes para a agricultura familiar como: o maior comprometimento do governo em relação à operacionalização das políticas de acesso ao crédito; ampliação da cobertura de zoneamento agrícola e inclusão de oleaginosas no PGPAF; garantia da manutenção dos leilões de biodiesel e adequação da legislação sobre o PNPB e criação de um fundo nacional para a promoção da agricultura fami-

liar no PNPB. Com isso o MSTTR é reconhecido como única entidade que efetivamente atuou em defesa dos interesses da agricultura familiar com relação ao programa.

379 Quanto as demandas de Ater da Agricultura Familiar o MSTTR vem articulando instituições prestadoras destes serviços por meio do Sisater (Sistema Siscop de Assistência Técnica e Extensão Rural). O Sisater é uma ferramenta imprescindível à implementação do PADRSS e já se definiu quanto à forma de funcionamento, da articulação das organizações de Ater apoiadas pelo MSTTR e parceiras, bem como na diferenciação metodológica que consiste no acompanhamento sistemático aos beneficiários do Pronaf. Entretanto, é preciso definir melhor a relação das prestadoras de serviços com as organizações da agricultura familiar na estrutura organizativa do SISCOP.

380 O Sisater tem outras limitações que precisam ser superadas, como: (i) definição do papel das organizações do MSTTR na implementação das políticas públicas, pois algumas Fetags e STTRs têm alterado seus estatutos sociais para serem executores de serviços de Ater; (ii) o Marco Referencial da Ater ainda não foi definido e a legislação vigente dificulta o repasse e utilização de recursos públicos para a Ater, o que compromete a qualificação da prestação de serviços devido à sua descontinuidade; e (iii) a existência de dois programas de assistência técnica, com órgãos gestores, públicos e orçamentos distintos (Ater – SAF/MDA e Ates – Inbra).

381 Outra ação do MSTTR, por meio do SISCOP, se dá com relação a organização do **Cooperativismo de Crédito**, sendo esta uma importante estratégia para consolidar a agricultura familiar.

382 Nesta ação o MSTTR busca ampliar e qualificar o acesso da agricultura familiar ao crédito possibilitando uma melhor apropriação das conquistas de recursos públicos, a exemplo do PRONAF. As cooperativas de crédito vêm para facilitar este processo, por serem entidades organizadas e administradas pela classe trabalhadora rural para lhes prestar serviços de acordo com suas necessidades, ofertando-lhes serviços como o crédito, a poupança e educação financeira.

383 Assim, no intuito de atender a reivindicação demandadas por sua base, o MSTTR vem apoiando a implementação do cooperativismo de crédito por meio do Sistema CREDITAG (Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

384 Em 2005, as metas do SISCOP foram reorientadas no sentido de expandir o cooperativismo de crédito da agricultura familiar. Atualmente, o CREDITAG conta com 27 cooperativas localizadas nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, São Paulo e Rondônia. Para oferecer suporte técnico e dinamizar o sistema nos Estados são constituídas cooperativas centrais de serviços sendo que há três em funcionamento e outras seis em processo de constituição. Com o crescimento do CREDITAG foi necessário constituir uma Coordenação Nacional para responder pelas demandas do sistema. Esta coordenação é composta por representantes desses 8 Estados.

385 Há, ainda, duas situações a considerar: na Região Sul há uma parceria do MSTTR com o Sistema CreSol Baser para que este estrategicamente cumpra a função do SISCOP no ramo crédito; na Região Nordeste há uma forte tendência de migração das Cooperativas de crédito de outros Sistemas para o CREDITAG, podendo, inclusive, avançar na unificação dos sistemas de cooperativas de Crédito da agricultura familiar da Região.

386 Outra ação estratégica adotada pelo MSTTR está na construção de uma agenda política sobre **habitação no campo**. Trata-se de uma luta fundamental, pois até então não havia política específica para atendimento às demandas de construção de moradias (novas, reforma ou ampliação das casas existentes), essencial para melhoria na qualidade de vida da população do campo.

387 O próprio governo reconhece que há um forte déficit habitacional, sendo necessária a cons-

trução de mais de 7 milhões de moradias novas e cerca de 10 milhões a serem reformadas. No meio rural esta demanda pode chegar a 1,75 milhão de moradias. Ter uma moradia digna é umas das condições imprescindíveis para a família e a habitação tem se tornado, cada vez mais, um dos fatores que contribuem para a continuidade da população no campo.

388 Como fruto das reivindicações e negociações com o Governo Federal, foram garantidos recursos para construção e reforma de 31.000 unidades habitacionais. Dessas, 6.486 unidades subsidiadas com recursos do FGTS foram destinadas para o MSTTR. A meta agora é ampliar esta ação. Para tanto, foi realizado levantamento das necessidades habitacionais, sendo diagnosticada pelo MSTTR uma demanda de mais de 500 mil unidades para agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais.

389 Com o objetivo de ampliar e melhorar o programa habitacional, o MSTTR está negociando com o Governo Federal, dentro da Política Habitacional um programa específico para o campo.

390 O MSTTR com a ação organizada das trabalhadoras vem investindo no debate sobre a atuação das **mulheres na agricultura familiar** e na visibilidade e reconhecimento da sua importância no processo produtivo. Isso implica em mudanças no tratamento dado à agricultura familiar e na ampliação da agenda política ao reconhecer a importância da participação das mulheres nos Coletivos de Política Agrícola e no Sistema Contag de Organização da Produção.

391 Algumas conquistas podem ser registradas como o crescente reconhecimento da importância da atuação das mulheres na agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional, nas práticas agroecológicas, em espaços institucionais de construção de políticas públicas, como o CONDRAF e o Comitê de ATER.

392 No plano dos programas e políticas públicas destaca-se a inclusão de demandas e reivindicações das mulheres nas pautas dos Gritos da Terra e das Marchas das Margaridas; a instituição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) conjunta; a inclusão das mulheres no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Pronater); as chamadas específicas para projetos de organizações de mulheres rurais e para a inserção das mulheres em processos produtivos nos territórios rurais; apoio à participação e à comercialização de produtos na Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária; ampliação do acesso das mulheres ao Pronaf Mulher e demais linhas do Pronaf; integração das mulheres em projetos de agregação de valor; e a recente criação do Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres, integrando diversos programas como o PAA e Economia Solidária.

393 Entretanto, são muitos os desafios para efetivar essas conquistas e mudar a realidade das mulheres na agricultura familiar e a participação qualificada nos espaços de concepção e gestão de políticas públicas.

394 O pouco espaço de participação dos jovens nas tomadas de decisão nas famílias também é percebido na agricultura familiar e vem sendo um dos ressentimentos mais constantes da **juventude rural**. Este é um dos fatores que tem desmotivado a permanência dos(as) jovens no campo.

395 Um instrumento conquistado pela juventude que visa sua inserção econômica na agricultura familiar foi a criação do “Pronaf Jovem”. Apesar da importância dessa linha específica de crédito, ela ainda está muito longe de atingir significativamente os(as) jovens agricultores(as) rurais por causa de critérios incoerentes com a sua realidade.

396 Plano de Lutas

397 Avançar nas ações de mobilização e articulação das organizações da agricultura familiar, em especial por meio das cooperativas de produção e comercialização, tendo por finalidade ampliar

a participação do MSTTR como instrumento de monitoramento e orientação política.

- 398** Garantir a participação efetiva das lideranças e técnicos do MSTTR na implementação da metodologia de financiamento integral das unidades familiares de produção da agricultura familiar para sua consolidação.
- 399** Reforçar o processo de organização da produção visualizando a cadeia produtiva de agrocombustíveis integrada à produção animal e/ou agroecológica de gêneros alimentícios.
- 400** Consolidar o Sisater como sistema para atendimento às demandas da agricultura familiar ligada ao Movimento Sindical.
- 401** Promover apropriação das discussões de Ater pelo conjunto MSTTR.
- 402** Qualificar e ampliar os recursos de Ater, tendo por referência o Sisater, para atender as demandas do PNPB.
- 403** Fortalecer a relação do MSTTR com as cooperativas de crédito da agricultura familiar, estimulando o processo de poupança e a aplicação adequada do crédito promovendo assim a educação financeira dos(as) agricultores(as) familiares.
- 404** Implantar o sistema de Emissão de DAP Eletronicamente em todos os STTRs.
- 405** Expandir e consolidar o Observatório Sindical como ferramenta imprescindível ao acompanhamento das políticas públicas para agricultura familiar.
- 406** Lutar pela aprovação de uma política habitacional com linhas e metodologia que considere as condições e especificidades do campo.
- 407** Criar um Comitê de Gestão do MSTTR para atuar perante o Programa Nacional de Habitação Rural e promover a capacitação de lideranças para sua operacionalização.
- 408** Expandir a política habitacional para o campo para contemplar a agricultura familiar e os assalariados e assalariadas rurais ligados ao MSTTR, com meta de pelo menos 100 mil unidades habitacionais por ano.
- 409** Garantir e ampliar a participação de mulheres, jovens, assalariados e assalariadas rurais no SISCOP.
- 410** Dar visibilidade às experiências agroecológicas construídas pelas mulheres do MSTTR e divulgar a importância da agroecologia, seus princípios e práticas, para a construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário sem desigualdades de gênero.
- 411** Lutar para tornar mais democrática as relações pessoais, de gestão e distribuição de renda da unidade familiar de produção.
- 412** Realizar encontros regionais para debater sobre a importância da juventude na agricultura familiar e para a superação dos problemas que impedem este público de acessar o Pronaf Jovem.

COMISSÃO TEMÁTICA 03

MEIO AMBIENTE

413 Política de Meio Ambiente

414 As questões ambientais vêm ocupando, cada vez mais, os espaços de discussão nos diversos setores da sociedade, e tem causado preocupação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que sentem a necessidade de conciliar a conservação e a recuperação ambiental com o uso sustentável no desenvolvimento das práticas na unidade familiar de produção.

415 Os anos de 2007 e de 2008 foram marcados pela divulgação de números preocupantes no que diz respeito ao meio ambiente. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês) deixaram claro que não é mais possível que o mundo mantenha os mesmos hábitos. Os estudos revelaram que há 90% de certeza de que o aquecimento global é causado pelas atividades humanas, que seus efeitos no clima já começaram e que continuarão pelos próximos séculos. A questão é especialmente delicada no Brasil, já marcado por extremos climáticos, o que implica em secas, enxurradas e vendavais, que devem se intensificar.

416 É verdade que crises ambientais já ocorreram em outros momentos da história da humanidade, mas nunca com essa dimensão planetária. O modelo atual de desenvolvimento e a pressão sobre os recursos naturais poderão causar o seu esgotamento, comprometendo o seu uso pela futura geração, pois a natureza não é um apanhado de recursos que se possa utilizar indiscriminadamente e nem uma máquina a serviço do ser humano.

417 Além da elevação constante e gradual da temperatura do planeta nas últimas décadas, consequência da emissão desenfreada de gases que provocam o efeito estufa, o planeta perde sua biodiversidade, com o desaparecimento estimado pelas pesquisas dos últimos anos, de aproximadamente 74 espécies por dia.

418 Estudos publicados por universidades brasileiras estimam a perda de solos por erosão, em cerca de 10 toneladas de solo por hectare/ano em nosso continente e a diminuição dos mananciais de água doce. Cerca de 190 bilhões de metros cúbicos de água são transferidos, anualmente, via irrigação, do continente para os oceanos.

419 A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no planeta. A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, da necessidade de preservar suas fontes, racionalizar seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

420 Hoje, com todo processo de degradação da água disponível, e considerando a realidade de 1,2 bilhão de pessoas sem acesso à água potável no planeta (dados da ONU), sendo 45 milhões no Brasil (dados do Ministério das Cidades), se exige uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível.

421 A agricultura já foi apontada, em documento da FAO, como a maior vilã da contaminação do planeta. Tal afirmação advém certamente das práticas agrícolas adotadas em escala mundial com o advento da mal denominada “revolução verde” que contribuiu para o quadro de degradação ambiental do planeta.

422 Neste quadro, a busca da sustentabilidade dos sistemas produtivos no campo constitui um grande desafio para o país neste novo século. A sustentabilidade implica em redução de custos, produção com produtividade estável e baixo impacto ambiental.

423 O trabalho e a pesquisa em ciências agrárias e as políticas de desenvolvimento no Brasil, estiveram por longo tempo dissociado dos princípios e dos conhecimentos acumulados pela ecologia. Este fato também explica porque a agricultura é hoje reconhecida como uma das principais causas e, ao mesmo tempo, como uma das principais vítimas dos problemas ambientais da atualidade.

424 Por outro lado, as políticas ambientais têm se preocupado essencialmente com a preservação dos ecossistemas naturais, com pouco interesse pelos sistemas produtivos. A ênfase dessas políticas tem estado mais centrada no conceito de preservação do que no uso sustentável dos recursos naturais, afirmada na criação de normativos restritivos às práticas agrícolas, mantidas por instrumentos de fiscalização e controle.

425 É necessário que o Estado reconheça a agricultura familiar como uma aliada na conservação dos recursos naturais e não como a responsável pelos problemas ambientais que causam a degradação dos ecossistemas. Dessa forma, será possível pautar estrategicamente as políticas públicas, ampliando as potencialidades da agricultura familiar como promotora do desenvolvimento sustentável.

426 Estas políticas públicas devem ter caráter preventivo e educativo e garantir condições de convivência entre a elevação da produtividade e a conservação ambiental. Uma dessas estratégias é a remuneração pelos serviços ambientais prestados pelas unidades familiares de produção, reconhecendo como necessária por toda sociedade brasileira que deve partilhar da responsabilidade pela manutenção dos ecossistemas e da conservação ambiental das áreas.

427 Outra estratégia que seguramente reafirmará a agricultura familiar como aliada na conservação ambiental é o desenvolvimento de um processo massivo de capacitação dessas famílias no campo brasileiro. Uma proposta que reconhece a importância desse segmento que historicamente garante a diversificação da produção nas suas propriedades e é o maior responsável pela segurança e soberania alimentar e nutricional no país.

428 Desafios estão postos em todos os biomas brasileiros. A Amazônia hoje vem sendo pensada como sendo um mero objeto de projeto de desenvolvimento que não a integra nacionalmente, apesar de representar mais 60% do nosso território. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal recolocou a região no mapa dos investimentos, visando incentivar a dinâmica de desenvolvimento regional, com a valorização da floresta partindo do discurso da responsabilidade empresarial social e ambiental como perspectiva para o desenvolvimento do bioma que traz mais uma vez o conflito entre desenvolvimento e preservação ambiental. Somam-se a esses, outros complicadores como a continuidade de práticas ilegais, de desmatamento, de saques, de conflitos da terra, além da negação de direitos aos povos locais, da ausência do Estado quando estão em jogo os interesses das populações amazônicas e de problemas fundiários até hoje não resolvidos.

429 Faz-se necessário um grande debate pelo MSTTR para que seja definida qual a importância que queremos dar ao bioma e qual a sua contribuição no fortalecimento do PADRSS. Qual o nosso papel nas diversas frentes de luta presentes em grandes debates e nas políticas públicas como as inovações trazidas pelo PROAMBIENTE com reconhecido destaque aos sistemas agroecológicos desenvolvidos nas unidades familiares de produção incorporadas nos seus 11 Pólos Pioneiros.

430 Os biomas cerrado e pantanal trazem fortemente o debate da intensificação dos efeitos negativos contra o meio ambiente provocados pelo agronegócio. O desmatamento ilegal, o aumento indiscriminado no uso de agrotóxicos e agroquímicos, o processo de desertificação, o assoreamento e a contaminação dos recursos hídricos, são impactos que podem comprometer, irreversivelmente, a biodiversidade e a sobrevivência da humanidade.

431 O aumento do desmatamento não se reflete somente na expansão da fronteira agrícola para a agropecuária está ligado, também, à produção siderúrgica, hidrelétricas, dentre outros empreendimentos. A afirmativa de que não haverá novos desmatamentos para a produção de cana-de-açúcar e de outras monoculturas, com o aproveitamento das áreas já degradadas não é verdadeira, pois não existem mecanismos legais que permitam o controle sobre o tipo e forma de produção nas propriedades privadas. Certamente, o que ocorrerá será a ampliação da área atualmente plantada sobre o que ainda resta de florestas no Cerrado e em outros biomas.

432 O desafio do MSTTR é garantir, junto ao Estado brasileiro, a definição de políticas estratégicas de articulação entre as ações dos órgãos públicos com vistas à implementação de ações voltadas para uma efetiva proposta de desenvolvimento rural sustentável, solidário e incluyente para assegurar a continuidade da vida e a dignidade no campo.

433 No Semi-Árido brasileiro, onde prevalecem os biomas caatinga e cerrado, 2,2 milhões de famílias estão espalhadas no meio rural (aproximadamente 13 milhões de pessoas), a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica (2 litros de água/pessoa/dia), nem com segurança doméstica (40 litros de água/pessoa/dia). Do ponto de vista ético, essa é a população prioritária no investimento público na questão da água.

434 O debate que predomina sobre todos os outros se refere ao Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, chamado anteriormente de Projeto de Transposição da Bacia do Rio São Francisco. A posição de apoio da CONTAG ao programa será mediante o cumprimento de condicionantes, já dialogadas com o Governo Federal, cujo debate deve ser amadurecido pelo MSTTR.

435 O caso do tratamento que o Estado tem dispensado a agricultura familiar no bioma Mata Atlântica por intermédio do indicativo de lançamento eminente do decreto de regulamentação da Lei da Mata Atlântica, sem a realização de processo amplo e transparente de discussão com a sociedade, colocam em risco diversos avanços que a Lei da Mata Atlântica traria à agricultura familiar. Com a publicação desse Decreto, diversas práticas agrícolas, inclusive de manejo florestal sustentável, que vinham sendo realizadas, serão inviabilizadas nas regiões onde predomina o bioma. Intervenções e propostas visando à adequação na normatização federal com tratamento diferenciado para a agricultura, resultado de debates específicos no MSTTR, foram encaminhadas e apresentadas pela CONTAG ao Governo Federal. Mas, ainda assim o instrumento não está em conformidade com a realidade das unidades familiares de produção.

436 Dentre outros normativos, o Código Florestal em conjunto com o novo Decreto de regulamentação da Lei de Crimes Ambientais que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente” se aplicado na forma da Lei, excluirá milhares de unidades familiares de produção. Terras planas com solos férteis de alta produtividade e de fácil manejo, às margens de rios, riachos e ribeirões ou em topos de morros, estarão sucumbindo a uma legislação florestal rigorosa que desconsidera as diversidades regionais.

437 É urgente e necessário que a legislação ambiental trate as especificidades da agricultura familiar, reconhecendo seus limites e potencialidades na regulação de seus processos produtivos e organizativos, de modo a preservar sua existência e fomentar seu desenvolvimento sustentável.

438 Lamentavelmente, a pressão sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo, por meio de punições e exclusão se fundamenta em um conjunto de legislação de proteção ao meio ambiente homogêneo e excludente que não reconhece as especificidades geográficas e ecossistêmicas das regiões brasileiras, a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas e culturais locais, dando tratamento igual aos diferentes. Podemos exemplificar com a comprovação de que 1/3 das unidades familiares de produção estão em áreas de APP (Áreas de Preservação

Permanente). Essas famílias serão excluídas do campo caso não seja encontrada uma saída que dê o tratamento diferenciado à agricultura familiar, considerando seu relevante papel social.

439 É preciso reconhecer as diversidades e especificidades dos biomas brasileiros e as diferentes formas de intervenções não somente para a conservação e preservação desses ecossistemas, como também para o uso sustentável dos recursos naturais associados.

440 Com o propósito de iniciar um debate orientador na construção da Política de Meio Ambiente do MSTTR, foi instituída no âmbito da CONTAG uma Comissão de Meio Ambiente, composta por diretores eleitos e contratada uma assessoria específica.

441 Em 2007 e 2008 foram realizados na CONTAG eventos sobre meio ambiente com a participação da Comissão de Meio Ambiente, do GT de Meio Ambiente constituído por representantes regionais indicados pelo Conselho Deliberativo da CONTAG e de representantes regionais das FETAG, além de dirigentes e assessores da CONTAG. Nesses espaços, foram aprovados os eixos estratégicos e definido um plano de ação já em fase de implementação.

442 As prioridades apontadas nesses encontros objetivam a construção de uma agenda política socioambiental, comum entre a CONTAG, as FETAG e os STTR que procura resgatar as elaborações e proposições acumuladas pelo conjunto do MSTTR e responder aos desafios apontados atualmente. Neste sentido, esta agenda política visa não somente à conservação e o equilíbrio entre as atividades das unidades familiares de produção e os ecossistemas brasileiros, mas a garantia de transformação do meio rural em espaço efetivo de sustentabilidade, com soberania e segurança alimentar, nutricional e hídrica, realização da reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, assegurando a permanência de trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo.

443 Neste sentido, a Política de Meio Ambiente do MSTTR deverá contribuir para implementar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável e solidário, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Deverá orientar as atividades do trabalhador e da trabalhadora rural e a sua relação com o meio ambiente, estimulando as boas práticas no campo com a conservação e a recuperação dos recursos naturais, garantindo rendimento satisfatório a um menor custo e proporcionando, ao mesmo tempo, a rentabilidade dos investimentos e a sustentabilidade da atividade produtiva nos ecossistemas.

444 O desafio de protagonizar a construção de um novo modelo de desenvolvimento a partir dos princípios estabelecidos pelo PADRSS passa também pelas ações da juventude rural. Neste contexto, percebe-se o crescente número de jovens que vem aderindo à produção agroecológica. Essa mudança na matriz produtiva revela uma visão sistêmica e holística da unidade familiar de produção, integradas com a proteção dos ecossistemas, visando melhorar a produção e produzir de modo mais sustentável, com menos impactos ambientais e sociais negativos e com menor utilização de insumos externos.

445 É fundamental também que a CONTAG, as FETAG e os STTR estabeleçam processos e ações articulados, entre si e com a sociedade, em torno de uma nova concepção do espaço rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário, a partir do estabelecimento de princípios e diretrizes que assegurem e apoiem ações específicas voltadas à construção da equidade socioeconômica e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão.

446 O tratamento das questões ambientais no MSTTR deverá ser precedido de uma política orientadora onde serão consolidados seus fundamentos. Para tanto, inicialmente, devem ser estabelecidos princípios e diretrizes visando uma concepção sustentável de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade.

447 PLANO DE LUTAS

- 448** Assegurar a transversalidade ambiental em todas as ações desenvolvidas pelo MSTTR.
- 449** Apoiar ações múltiplas e articuladas que viabilizem o desenvolvimento econômico eqüitativo e solidário, nas comunidades, levando em conta a dimensão ambiental.
- 450** Debater e encaminhar propostas efetivas de adequação da legislação ambiental às especificidades da agricultura familiar.
- 451** Promover parcerias para o trabalho em rede entre entidades públicas, organizações não-governamentais afinadas com o MSTTR e com credibilidade perante a sociedade, estimulando a elaboração, execução, monitoramento e avaliação participativa.
- 452** Incluir a variável ambiental nas fases de arrecadação, planejamento, implantação e gestão, norteando as diversas modalidades de acesso a terra.
- 453** Alocar e capacitar recursos humanos com o objetivo de instruir profissionais voltados para implementação da Política.
- 454** Utilizar o PADRSS como referência para orientação das ações do MSTTR.
- 455** Promover programa massivo de educação ambiental que levem o MSTTR a entender a sua relação com a natureza, trazendo o enfoque da legislação ambiental.
- 456** Incentivar a participação das representações das comunidades nas ações do MSTTR e nos colegiados estaduais e municipais que tratam das questões ambientais.
- 457** Incentivar a discussão sobre desenvolvimento agrário nos eventos sobre meio ambiente.
- 458** Priorizar as boas práticas nas negociações das políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar e nos processos de organização da produção.
- 459** Adotar como prioridade, ações de combate à desertificação.
- 460** Adotar como prioridade ações para a conservação e revitalização dos recursos hídricos.
- 461** Incorporar e promover práticas em defesa de um meio ambiente equilibrado, construindo e fortalecendo políticas sustentáveis como estratégia para consolidação do PADRSS, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
- 462** Impedir a criação de Unidades de Conservação da Natureza do Grupo de Proteção Integral que tenha em seu interior ou na sua área de amortecimento propriedades de agricultores familiares ou de assentados da reforma agrária.
- 463** Organizar o coletivo de meio ambiente do MSTTR.
- 464** Garantir que o MSTTR direcione recursos financeiros para a formulação e a implementação da sua política de meio ambiente.
- 465** Promover processos educativos e informativos Buscar recursos financeiros para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais recebam capacitação sobre processos produtivos com base nos sistemas agroecológicos.
- 466** Criar uma Rede Nacional de Jovens Agroecologistas visando desenvolver ações formativas, troca de experiências e ações políticas em defesa do meio ambiente com incentivo à agroecologia.

COMISSÃO TEMÁTICA 04

ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS

467 A exploração de mão-de-obra secular, conseqüência de uma cultura patronal autoritária nas relações com os trabalhadores e trabalhadoras, influenciou um longo período da história e ainda está presente nos dias de hoje.

468 Para construir uma prática diferenciada na relação capital/trabalho é fundamental considerar a dimensão do processo histórico das transformações, seus fatores determinantes e seus processos de inclusão e exclusão social.

469 As transformações na agricultura se mostram excludentes, provocando a precarização do emprego e das relações de trabalho. As discussões a respeito das mudanças no mundo do trabalho e suas implicações sobre os que trabalham impactam os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais, sobretudo, aquelas decorrentes das inovações tecnológicas, das práticas organizacionais e suas repercussões na saúde e no trabalho.

470 A conquista do direito à formalização das relações de trabalho, não eliminou a existência de precarização das relações contratuais, criando a necessidade de um conjunto de novas práticas no meio rural.

471 Ainda é possível constatar no meio rural a redução do emprego assalariado com vínculo, flexibilização de direitos trabalhistas e previdenciários, perdas de conquistas históricas, desigualdade de rendimentos entre, homens, mulheres e jovens assalariados (as) rurais, redução da quantidade de empregos, processo crescente da mecanização, exigência do aumento de produtividade, ritmo intenso do trabalho, jornadas extensas e intensas que geram superexploração de trabalhadores (as) rurais que adoecem ou morrem por exaustão.

472 A prática de trabalho escravo também ocorre com freqüência. Dentre as infrações mais comuns do trabalho escravo contemporâneo estão a servidão por dívida (cobrança de despesas com comida e transporte), o cerceamento da liberdade, o não pagamento de salários, jornadas exaustivas, não utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), condições degradantes dos alojamentos, da alimentação e transportes. Os aliciadores de mão-de-obra, conhecidos como “gatos” têm usado artimanhas para burlar a fiscalização.

473 São recorrentes os casos de trabalho escravo em estados como o Pará, Maranhão e Tocantins, nas áreas de fronteira agrícola em volta da Amazônia (Arco do Desmatamento), especialmente na pecuária. Um novo cenário se apresenta com a expansão da área da cana, que são casos de trabalho escravo em empresas sucroalcooleiras.

474 Outra questão importante é a migração de mão-de-obra que ainda é uma realidade no meio rural e atinge diretamente os trabalhadores (as) rurais, reforçada pela ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda e de políticas que possibilitem a permanência dos trabalhadores (as) rurais em seu local de origem. Há um significativo contingente de jovens, analfabetos ou com pouca escolaridade, com idade entre 18 e 32 anos, que são alvos dos aliciadores de mão-de-obra.

475 Todos esses elementos influenciam significativamente na realidade de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais carecendo da valorização dos direitos humanos e fundamentais.

476 Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE - 2006,

cerca de 4,7 milhões são assalariados e assalariadas rurais, dentre os quais 3,1 milhões não possuem carteira de trabalho assinada e apenas 1,5 milhão são empregados com carteira assinada. Há uma diferenciação da formalização das relações de trabalho quando observamos as regiões e a distribuição dos assalariados (as) rurais segundo registro em carteira de trabalho. O percentual de trabalhadores sem carteira assinada nas regiões é o seguinte: Norte (82,6%), Nordeste (80,2%), Sudeste (53,5%), Sul (59,1%) e Centro-Oeste (54,4%).

477 O Brasil é considerado como um dos países agrícolas com crescimento em sua estrutura produtiva. Diversas culturas estão em franca expansão, dentre as quais estão a soja, pecuária (bovinos), suínos, aves, cana-de-açúcar, algodão, laranja, milho, leite e café. As principais culturas para as exportações em 2007 foram soja e derivados, carnes, produtos florestais, açúcar e álcool e café. A cultura de grãos continua crescente, assim como o reflorestamento, a fruticultura e o monocultivo de cana-de-açúcar. Todo esse quadro significa o expressivo crescimento do agronegócio. E neste ambiente estão os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.

478 A expansão do setor sucroalcooleiro deve continuar favorável em virtude das perspectivas da demanda de álcool no mercado interno e externo, como também o aumento do preço do petróleo tende a influenciar no poder do etanol como um combustível alternativo. O posicionamento do MSTTR em relação ao modelo atual de produção do etanol e seus impactos foi tema dos Seminários Nacional e Estaduais e de várias discussões entre a CONTAG, FETAGs e DIEESE.

479 O debate sobre os impactos no trabalho e na vida dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais no processo de reestruturação produtiva, em especial a mecanização no campo, demanda criar alternativas de proteção social para estes trabalhadores e trabalhadoras rurais. Estudo do Instituto de Economia Agrícola/SP apontou que a cada 1% de mecanização na cana, 2.700 empregos são eliminados.

480 Não há previsão de ações com os trabalhadores que perderão o emprego em virtude deste processo. Porém essa expansão é uma oportunidade para discutir questões como saúde e segurança (alojamento, transportes, equipamentos de proteção individual - EPIs), elevação dos salários, fornecimento de alimentação, jornada de trabalho, trabalho por produção, insalubridade, qualificação e requalificação profissional e reinserção produtiva a partir de políticas públicas específicas, eliminação da terceirização, migração e organização por local de trabalho (OLT). Essa negociação deve ser tripartite onde governo, empregadores e trabalhadores tenham seus papéis definidos e que a política de expansão do etanol seja monitorada e avaliada.

481 De forma nenhuma, podemos apenas dar a chancela que o patronato quer, para demonstrar para o mundo que as condições de trabalho no país são de qualidade. Também é preciso dar oportunidades para a reinserção produtiva dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais, que perderão seus empregos, assegurar condições de trabalho dignas, remuneração adequada e desenvolver políticas públicas para compensar os impactos desta expansão no trabalho rural.

482 Mesmo com todos os avanços no combate à informalidade no campo ainda é passível de discussão o papel do Estado e da política de governo sobre as ações de fiscalização no campo. As ações efetivas de fiscalização na área rural, no âmbito das empresas rurais, devem ser integradas e diferenciadas considerando as especificidades sazonais.

483 Há um diferencial ao mencionarmos o trabalho realizado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (formado por auditores fiscais do trabalho, procuradores federais e policiais federais) em ações de combate à escravidão. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE apontam que desde 1995 foram libertados mais de 30 mil trabalhadores. Em 2007 foram 5.999 pessoas libertadas e só no primeiro semestre de 2008 foram 2.269 trabalhadores resgatados. Ocorreram ações em regiões de expansão do cultivo da cana e duas grandes operações resgataram trabalhadores

indígenas no estado do Mato Grosso do Sul.

484 O governo criou em 2004 o cadastro de empregadores mais conhecido como “lista suja” de empregadores que exploram trabalho escravo. A inserção no cadastro implica restrições de incentivos fiscais, de operações de crédito junto a instituições públicas federais e sanções por parte das empresas e associações signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Pecuaristas, usineiros e carvoeiros estão incluídos na “lista suja”.

485 A Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT/MTE definiu parâmetros comuns para a fiscalização de trabalho escravo e degradante, dando uniformidade de tratamento para esses casos. Emitiu notificação preventiva para todas as usinas de álcool listando o que deve ser cumprido pelas mesmas. As ações de repressão ao trabalho escravo e degradante sempre começam a partir de denúncias e isso é fundamental que o MSTTR faça para erradicar esse tipo de exploração criminosa.

486 É urgente reestruturar, fortalecer e melhorar a gestão das Superintendências (antigas Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs) e das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego (antigas Subdelegacias do Trabalho), qualificando a estrutura operacional, capacitando o corpo técnico e realizando concurso público. Mesmo com as modificações ocorridas, o quadro crônico das Superintendências é um problema de fundo que tem impacto direto na sua gestão e nas ações de fiscalização em diversos estados.

487 Todo este contexto lido até aqui traz profundas modificações no cenário das relações trabalhistas, na negociação coletiva de trabalho, na capacidade de mobilizar e organizar os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.

488 A luta por políticas públicas para os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais é um dos alicerces na geração de emprego e renda. Uma política de renda não se restringe as questões salariais. Deve ser instrumento de políticas públicas que promova o desenvolvimento. A geração de emprego e renda interfere diretamente na criação de novos postos de trabalho de modo a reduzir o desemprego, criando melhores condições de vida, trabalho e melhores salários.

489 É preciso estar vigilante diante de todas essas questões, pois as mesmas influenciam sobremaneira o mundo do trabalho rural, como também o universo dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais, desafiando o MSTTR a propor ações que modifiquem essas práticas, que implementem e fortaleçam o PADRSS, fazendo contraponto à lógica hegemônica da relação capital/trabalho.

490 Elementos que fortalecem o PADRSS na ação sindical com os assalariados (as) rurais

491 A ação sindical em torno das questões relacionadas aos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais, busca a implementação de políticas específicas de inclusão social produtiva e de elaboração de propostas que possibilite a melhoria das condições de vida, trabalho e renda dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.

492 Para tanto, torna-se necessário assimilar novas concepções e reformular conceitos, aperfeiçoando nossas proposições e ações em torno do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

493 As bases essenciais deste projeto são a realização da ampla e massiva reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. É estratégico que os assalariados e assalariadas rurais tornem-se protagonistas de fato deste projeto de desenvolvimento e para tanto, ainda se faz necessário realizarmos ações firmes e conectadas ao PADRSS, e acumularmos a discussão sobre o

papel destes trabalhadores e trabalhadoras para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – DRSS.

494 Discutir e implementar instrumentos que possibilitem aos assalariados e assalariadas rurais deixarem de estar à margem e participarem como protagonistas no DRSS requer um olhar sobre o que este público representa de fato para o MSTTR. Temos na história do movimento acúmulos das lutas dos assalariados (as) rurais, seu papel e suas demandas específicas. Precisamos ampliar a nossa concepção e estratégia para trabalhar com este público, potencializar os espaços específicos para refletir as demandas de organização deste segmento, pois eles continuarão existindo.

495 O MSTTR precisa assumir a luta política dos assalariados (as) rurais, mobilizando-os por melhores condições de vida e trabalho, valorizando seu trabalho, sindicalizando e qualificando a ação sindical junto a estes trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não se pode esquecer que uma parcela significativa dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais também contribui efetivamente para a sustentabilidade financeira do MSTTR.

496 Lidamos ainda com um conjunto de questões que são polêmicas e desafiadoras como: o desconhecimento da legislação trabalhista e previdenciária, o debate da relação agricultura familiar e assalariados (as) rurais, a articulação da discussão sobre a forma de organização dos assalariados (as) rurais, a dificuldade de alguns STTRs e dirigentes sindicais em reconhecer a existência de assalariados (as) rurais e de identificar suas demandas específicas.

497 Outro problema é o desenvolvimento, por parte de alguns STTRs, de campanhas salariais de forma isolada, levando à falta de qualidade nos processos de negociação coletiva de trabalho, gerando acordos e convenções coletivas de trabalho não satisfatórios aos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.

498 Há também uma lacuna enorme sobre as questões das mulheres assalariadas e dos jovens assalariados (as) rurais. Assim como em outros segmentos, as mulheres assalariadas também sofrem a invisibilidade social, com dupla jornada de trabalho e outras adversidades. Quanto aos (as) jovens é preciso não só encontrar solução para a frágil inserção dos (as) mesmos (as) no mundo do trabalho, mas também proporcionar a estes (as) jovens trabalho de qualidade e remuneração justa.

499 Precisamos também considerar os assalariados (as) rurais como público potencial na inserção da luta pela terra, não devemos restringir o debate/direito a educação apenas à formação e qualificação profissional e por fim devemos reivindicar políticas públicas específicas para os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.

500 Também temos avanços importantes que impulsionaram debates e ações no MSTTR. A partir das deliberações do 9º CNTTR e da elaboração do Planejamento Estratégico da CONTAG estabeleceu-se metas para o mandato 2005/2009, considerando limites e potencialidades para realização do trabalho com os assalariados e assalariadas rurais. As ações da Secretaria de Assalariados (as) Rurais da CONTAG integradas com as Secretarias das FETAGs são fundamentais para a articulação e fomento deste trabalho.

501 O Coletivo Nacional de Assalariados (as) Rurais é um instrumento potencializador. Existe, porém, uma lacuna, pois alguns estados não criaram os seus Coletivos. O Grito da Terra Brasil é um bom momento para (re)negociação da pauta de assalariados (as) rurais, entretanto, ainda há necessidade de monitoramento para cumprimento do que foi negociado com o Governo Federal.

502 As campanhas salariais e as negociações coletivas de trabalho são pontos de destaque. Estes processos estão sendo qualificados e ampliados a partir da capacidade do MSTTR em realizar efetivamente campanhas salariais e negociações coletivas de trabalho, mobilizando dirigen-

tes, assessoria e trabalhadores (as) rurais. A participação da CONTAG por meio da Secretaria de Assalariados (as) Rurais, nas assembleias, na preparação e durante as rodadas de negociações, tem sido um diferencial. O suporte do DIEESE com subsídios econômicos e avaliação do setor é fundamental.

503 Estas ações têm gerado a articulação e fomento para a realização de convenções coletivas regionais, acordos e convenções coletivas de trabalho articulados e integrados por cadeias produtivas, acompanhamento dos processos de negociação coletiva de trabalho nos estados e das campanhas salariais e capacitação em negociação coletiva de trabalho abordando as questões pertinentes aos assalariados (as) rurais.

504 A capacitação de dirigentes e assessoria nestes processos qualifica a intervenção e o trabalho visando a integração das políticas para os assalariados (as) rurais. As campanhas salariais e as negociações coletivas de trabalho continuam sendo instrumentos educativo, formativo e de politização que fortalecem os territórios e promovem o desenvolvimento local sustentável e solidário. Mesmo assim, ainda há um elevado grau de descumprimento das convenções e acordos coletivos de trabalho que precisa ser constantemente monitorado.

505 A luta em prol dos assalariados (as) rurais deve manter ações articuladas com as várias frentes de luta do MSTTR, ampliando inclusive discussões que ainda não foram realizadas. Nas Políticas Sociais é preciso aprofundar o debate sobre educação do campo e sobre a previdência rural para os assalariados (as) rurais, frente à regulamentação da Lei 11.718/2008; na Formação e Organização Sindical é a apropriação da Política Nacional de Formação - PNF e do Projeto Político Pedagógico – PPP nos processos de formação e nas ações de capacitação voltadas para os assalariados (as) rurais; como também na questão da organização sindical (registro e organização sindical) para as homologações e depósito dos acordos e convenções coletivas de trabalho na Superintendência Regional do Trabalho.

506 Na Reforma Agrária e Meio Ambiente é preciso discutir de forma articulada sobre a potencialidade dos assalariados (as) rurais serem incluídos nos processos de reforma agrária e incluir a temática de meio ambiente nas discussões com este segmento.

507 Realizar um trabalho articulado com as Comissões Nacionais de Mulheres e de Jovens Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais é um desafio para que possamos elaborar estratégias e proposições de políticas para mulheres assalariadas e jovens assalariados (as) rurais, inclusive identificando as demandas específicas.

508 O Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais - PNFES é um instrumento importante a ser utilizado nos processos de capacitação com os (as) dirigentes das FETAGs que trabalham com assalariados (as) rurais.

509 No campo das Relações Internacionais estabelecer intercâmbio para discutir assuntos relacionados à área dos assalariados (as) rurais onde a CONTAG e FETAGs possam trocar experiências com entidades internacionais é uma forma de ampliar a nossa ação sindical, inclusive pela necessidade de atuarmos sobre as questões e demandas dos trabalhadores das fronteiras agrícolas.

510 Elementos que fortalecem o PADRSS na construção de políticas públicas para os assalariados (as) rurais.

511 As políticas públicas têm papel central e estratégico para enfrentar os impactos e problemas a partir das transformações no mundo do trabalho e por consequência no trabalho rural. Neste sentido, as questões abordadas neste texto nos mostram as dificuldades para a organização sindical dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais e a fragilidade em defesa de seus interesses

e direitos. Há uma carência enorme por políticas públicas específicas tornando imprescindível nossa reivindicação pela mesma. Essas políticas devem ser de Estado e não de governo. Assim, essas políticas devem considerar este público que está à margem e sem a devida proteção social.

512 A garantia do Seguro-Desemprego para os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais em situações atípicas, nas questões climáticas desfavoráveis ou inesperadas, com contrato de safra e em virtude de falência ou migração das empresas e uma política efetiva de proteção social estendendo o Programa de Integração Social – PIS para os mesmos, são reivindicações de políticas públicas antigas do MSTTR e que faz parte das negociações e encaminhamentos do Grito da Terra Brasil.

513 As questões relacionadas à saúde e segurança do trabalhador (a) rural são de extrema relevância para os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais na promoção da conscientização sobre os processos de gestão da prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e deve perpassar em várias ações políticas e de capacitação, incluindo nesta abordagem as questões de gênero e geração como também em proposições e negociações de políticas públicas.

514 Precisamos monitorar o cumprimento da Norma Regulamentadora – 31 e capacitar o nosso público para entender o que significa e qual a importância desta norma, e também reivindicar a ratificação e o cumprimento efetivo da Convenção 184 sobre Segurança e Saúde na Agricultura da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

515 Na área rural as ações de fiscalizações são um fio condutor para a manutenção das formalizações das relações de trabalho. As denúncias de irregularidades das relações de trabalho no meio rural, a solução de conflitos e dos problemas em relação à fragilidade entre a Superintendência e a FETAG em alguns Estados devem ser pautadas.

516 As ações efetivas para erradicação do trabalho escravo e degradante através do Plano Nacional e dos Planos Estaduais, a participação nas reuniões da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE e a reafirmação da importância do trabalho do Grupo Móvel de Fiscalização no combate ao trabalho escravo congregam elementos fundamentais que fortalecem quaisquer políticas públicas a serem criadas.

517 A Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário pode ser indutora de uma política pública que gere trabalho decente. As políticas públicas para os trabalhadores (as) assalariados e assalariadas rurais devem fortalecer e construir qualidade de vida e nas relações de trabalho.

518 Plano de Lutas

519 Assegurar que os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais sejam protagonistas e se envolvam na construção e implementação do PADRSS.

520 Potencializar os espaços específicos dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais para refletir as demandas de organização deste segmento.

521 Garantir a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais (homens, mulheres e juventude).

522 Fomentar o processo das campanhas salariais e das negociações coletivas de trabalho no campo.

523 Incluir cláusulas específicas nos acordos e convenções coletivas de trabalho que atendam as demandas das mulheres assalariadas e dos jovens assalariados (as) rurais.

- 524** Identificar e dar visibilidade às condições das mulheres assalariadas rurais, e traçar estratégias para conquistar vida digna, cidadania e acesso às políticas públicas.
- 525** Construir um programa nacional de elevação da escolaridade dirigido aos jovens assalariados (as) rurais.
- 526** Ampliar a participação de jovens assalariados e assalariadas rurais, no Programa Jovem Saber criando grupos de estudos no âmbito das empresas rurais.
- 527** Reivindicar a criação de uma política nacional de emprego e geração de renda.
- 528** Propor e negociar políticas públicas específicas para os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais (homens, mulheres e juventude) que promovam o desenvolvimento rural sustentável e solidário.
- 529** Combater a informalidade das relações de trabalho no campo.
- 530** Contribuir para a erradicação do trabalho escravo e degradante.
- 531** Fortalecer a Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário.

COMISSÃO TEMÁTICA 05

POLÍTICAS SOCIAIS

532 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL

533 Nos últimos anos o campo de atuação do MSTTR nas áreas sociais foi ampliado. Além da Previdência Social, conquistaram-se avanços importantes nas políticas de Educação do Campo e, mais recentemente, as condições para atuar nas políticas voltadas para a saúde pública e a proteção infanto-juvenil foram ampliadas. Essas mudanças estratégicas têm demandado maior investimento na construção de parcerias e articulação com outros movimentos sociais e sindical e contratação de assessorias específicas. Neste sentido, avalia-se que o PADRSS tem se fortalecido com a atuação do MSTTR. No entanto, tem exigido também a ampliação e o fortalecimento das ações do Movimento tanto em nível nacional, e especialmente nos níveis estaduais e municipais.

534 Dentre as principais conquistas e avanços na construção de políticas estratégicas para os povos do campo, destacam-se a garantia das condições de acesso à Previdência Social, principalmente para os assalariados(as) rurais e o progresso significativo na educação do campo com o reconhecimento e compreensão por parte do governo federal das políticas defendidas pelo MSTTR. Na área da saúde a construção da Política nacional para os povos do campo e da floresta representa um reconhecimento não só das necessidades, mas também da importância de assegurar políticas específicas para o campo. Na área da Proteção Infanto-Juvenil destacamos a retomada da parceria e do diálogo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, que tem possibilitado ao MSTTR aprofundar e debater questões estratégicas assegurar os para as crianças e adolescentes do campo, considerando as pessoas como sujeitos de direito que precisam ser protegidas para que se alcance maior nível de desenvolvimento.

535 Para o fortalecimento e consolidação do PADRSS as parcerias são estratégicas e fundamentais. Neste sentido, as parcerias construídas em torno das políticas sociais que vem sendo trabalhadas pelo MSTTR são valiosas, mas é preciso ampliá-las, pois elas possibilitam também construir e fortalecer tais políticas, além de serem fundamentais para que as políticas públicas sejam efetivamente asseguradas às pessoas do campo. Assim, podemos destacar a ampliação da relação com as Universidades, principalmente as públicas que tem atuação e compromisso com o campo; a relação com o Congresso Nacional – Câmara e Senado - com quem o MSTTR travou um intenso diálogo para a aprovação de novas leis consideradas estratégicas para a implementação das políticas no campo; as negociações e a abertura de diálogo com os Ministérios a partir das mobilizações nacionais como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas e Festival da Juventude; e ainda, outras relações com as mais diversas instituições da sociedade civil que tem ajudado na consolidação e construção de ações estratégicas e necessárias ao PADRSS.

536 Vale destacar que muitos avanços conquistados se devem à ampliação das relações com as FETAGs que tem assumido o compromisso de efetivar no Estado, embora ainda com algumas dificuldades, as políticas negociadas e conquistadas nacionalmente. Isso se deve ao trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de construir e retomar parcerias estratégicas em âmbito local. Percebe-se que o comprometimento das FETAGs na compreensão e atuação nas políticas sociais cresceu muito, demonstrando a importância do PADRSS na efetivação de direitos na base, para quem de fato precisa: os homens, mulheres, jovens, crianças, adultos e pessoas da terceira idade no campo.

537 Entretanto, ainda muitos desafios precisam ser enfrentados, dentre os quais destacamos

a necessidade de melhorar as estruturas em algumas FETAGs e na maioria dos sindicatos para que as políticas sociais sejam articuladas entre as várias secretarias evitando assim o isolamento e o enfraquecimento da atuação sindical. É fundamental ter assessorias para encaminhar as temáticas. Também se faz necessário uma maior articulação entre os projetos e as ações vinculados às políticas sociais as ações das demais secretarias.

538 PREVIDÊNCIA SOCIAL

539 No contexto das políticas públicas na área social, a Previdência Social tem se mostrado uma política importante e estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico e para a estabilidade do processo democrático brasileiro. Ela tem sido fundamental enquanto política de distribuição de renda e de diminuição das desigualdades regionais potencializando a economia de mais de 60% dos municípios brasileiros, além de significar melhorias das condições de vida de milhares de famílias rurais, inclusive tem ajudado a financiar o próprio sistema de produção da agricultura familiar.

540 Apesar desses aspectos positivos, a permanência e o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a Previdência Social não tem sido fácil. Alguns setores mais conservadores da sociedade, inclusive com o apoio da grande mídia, pressionam por reformas estruturais com o argumento de que o sistema é deficitário e que por isso se constitui num entrave para o crescimento do país. Essa questão foi amplamente debatida no âmbito do Fórum Nacional da Previdência Social, criado pelo Presidente Lula em 2007, do qual a CONTAG participou representando e defendendo os interesses dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, sobretudo pela permanência dos rurais no Regime Geral da Previdência Social.

541 Após oito meses de intensos debates, os representantes dos diversos segmentos sociais presentes no Fórum reafirmaram que a Previdência não pode ser uma política desarticulada do Sistema de Seguridade Social, e referendaram a constituição de um Conselho Nacional de Seguridade Social, de caráter deliberativo, com gestão quadripartite - composto por representantes do governo, trabalhadores, empregadores e aposentados -, que articulem as três políticas que compõem o sistema: previdência, saúde e assistência social.

542 Foi consenso também no Fórum a importância em preservar os critérios diferenciados de contribuição e de acesso dos segurados especiais aos benefícios previdenciário e ainda da necessidade de criar novos mecanismos de inclusão previdenciária para os assalariados rurais. Não ficou excluída, no entanto, a possibilidade de realizar, em breve, uma reforma do sistema previdenciário, sobretudo no que tange às mudanças nas idades das aposentadorias.

543 A outra questão a ser destacada, são os obstáculos que os trabalhadores e trabalhadoras rurais vêm enfrentando nesses últimos anos para terem seus direitos previdenciários reconhecidos. Grande número de processos represados; indeferimentos de benefícios sem fundamentação plausível; poucos servidores no INSS para fazer o atendimento; recursos do INSS contingenciados; dificuldades dos trabalhadores(as) de acesso às Agências do INSS devido às longas distâncias; pouca compreensão dos componentes das Juntas de Recursos da Previdência Social na análise e julgamento dos processos de benefícios rurais; etc., são problemas recorrentes que tem ocupado a agenda do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais -MSTTR e as pautas de negociações com o governo.

544 Em razão dessas negociações, algumas medidas importantes vêm sendo executadas pelo INSS como as forças tarefas realizadas em vários Estados para resolver os problemas mais graves. Novas medidas de gestão também vêm sendo implementadas, a exemplo do protocolo e do agendamento eletrônico dos processos de benefícios, inclusive, com a adequação do sistema para que

o Sindicato faça o agendamento coletivo para o atendimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas agências do INSS. Isso assegura aos trabalhadores/as rurais o direito de receber seus benefícios desde a data do protocolo, e permite ao sindicato coordenar e organizar melhor a ida dos trabalhadores nas agências do INSS para fazer a entrevista.

545 Em meio a essas condições adversas, há algo que merece ser comemorado e que é reflexo de uma articulada e persistente ação sindical do MSTTR. Trata-se da aprovação, pelo Congresso Nacional da Lei n.º11.718, de 23/06/2008, que estabelece novas regras para o acesso dos assalariados(as) rurais e dos segurados(as) especiais aos benefícios da Previdência Social e institui novos mecanismos para formalizar as relações de trabalho de curto prazo na área rural. Foram mais dez anos de luta do MSTTR, que elaborou e apresentou uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular com mais de 1 milhão de assinaturas, organizou inúmeras mobilizações e fez intensas negociações com o governo, com os parlamentares e lideranças dos partidos políticos no âmbito do Congresso Nacional e com outros movimentos sociais, até que se concluísse a votação do texto final que resultou na referida Lei.

546 É de se destacar, que o êxito alcançado com a aprovação da Lei se deve também ao compromisso e ao empenho do Presidente Lula que já no seu primeiro ano de mandato, por ocasião das negociações do Grito da Terra de 2003, determinou que fosse constituído um grupo de trabalho interministerial para negociar com a CONTAG as propostas possíveis de serem acatadas. No transcorrer das negociações, diversas propostas de medidas legais foram sendo editadas como o Projeto de Lei n.º 6.852/2006, as Medidas Provisórias 312/2006, 385/2007 e 410/2007 e, por fim, a Lei n.º 11.718/2008.

547 Paralelo às proposições negociadas em torno da Lei, outra questão que vem avançando nas negociações entre o MSTTR e o Governo Lula é a adequação do sistema para realizar o cadastramento dos segurados(as) especiais e de todos os membros que compõem o respectivo grupo familiar na Previdência Social. Com o cadastro, poder-se-á saber quantos são os segurados especiais e onde os mesmos estão situados no imenso território nacional. Além disso, as informações cadastradas serão convalidadas de tempo em tempo por meio de cruzamento de dados e informações diminuindo assim o número de documentos a serem apresentados na hora do encaminhamento dos benefícios. Isso vai facilitar o reconhecimento dos direitos previdenciários dos trabalhadores(as) rurais no futuro.

548 Diante das questões postas, alguns desafios são colocados para o MSTTR nos próximos anos, dentre os quais se destacam:

549 A necessidade discutir, desde já, como fazer o enfrentamento de uma provável reforma da previdência social que venha afetar negativamente as regras de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;

550 É preciso melhorar ações do MSTTR e preparar suas lideranças e assessorias, para que possam atuar de forma qualificada na defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais junto à previdência, inclusive, para buscar melhor atendimento nas agências do INSS;

551 É fundamental que todos os sindicatos sejam informatizados com computador, internet, etc., e tenham pessoas capacitadas de modo a possibilitar a atuação no cadastramento dos segurados especiais(as) perante a previdência e ainda para poder ofertar um padrão de serviços que atenda às demandas desses trabalhadores(as);

552 É fundamental assegurar a efetividade da Lei n.º11.718/2008, no que tange à formalização dos contratos de trabalho na área rural envolvendo os(as) assalariados(as) que trabalham em atividades de curta duração. Essa é uma questão que demanda uma ação firme do MSTTR para que

os assalariados(as) rurais possam, no futuro, ter seus direitos previdenciários garantidos.

553 Plano de Lutas

554 Ampliar os espaços de discussão sobre a política de previdência rural junto a outras instituições e segmentos sociais visando qualificar o debate sobre essa política, inclusive para fins de defesa das regras diferenciadas para o acesso à aposentadoria. Além disso, é necessário firmar parcerias com universidades, Ipea, Dieese, e outras instituições, para a realização de mais estudos sobre as condições de trabalho e as perspectivas de vida no campo;

555 Estruturar um sistema de articulação e de capacitação permanente de lideranças e assessorias sindicais na área previdenciária para que possam prestar informações e serviços mais qualificados aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como, para que possam atuar nas Juntas e no Conselho de Recursos da Previdência Social. É preciso também dar continuidade ao processo de capacitação conjunta com o INSS.

556 Intensificar o diálogo entre os sindicatos com as agências de atendimento do INSS, Juntas e Conselho de Recursos da Previdência Social, visando resolver os problemas cotidianos que afetam os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

557 Estabelecer todas as garantias possíveis para que os assalariados e assalariadas rurais tenham acesso a seus direitos previdenciários sem dificuldades. Nesse sentido, é necessária uma ampla campanha de esclarecimento sobre as mudanças das regras estabelecidas na Lei 11.718/2008; é necessário estruturar os sindicatos e capacitar as lideranças e assessorias sindicais para atuarem de forma sistemática na implementação do contrato de trabalho de curto prazo. É fundamental também que os sindicatos auxiliem os agricultores familiares, que demandam mão-de-obra de terceiros por curtos períodos, a formalizarem a relação de trabalho.

558 Negociar com o poder público e com a iniciativa privada parcerias e apoios para que todos os Sindicatos vinculados ao MSTTR possam dispor de infra-estrutura básica com computador, internet banda larga e pessoal capacitado para fazer o processo de cadastramento dos segurados especiais e dos assalariados rurais, bem como, para prestar serviços de forma mais ágil aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

559 ASSISTÊNCIA SOCIAL

560 A assistência social, a partir da Constituição de Federal de 1988, passou a integrar o Sistema de Seguridade Social como política pública não contributiva. Portanto, é direito do cidadão e dever do Estado.

561 Sua regulamentação ocorreu com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742-1993), que estabelece as diretrizes, princípios, organização e a forma de gestão dessa política, assegurando a proteção social aos portadores de necessidades especiais e aos idosos acima de 65 anos.

562 No Governo Lula, a política da assistência social ganhou maior relevância e prioridade, na medida em que passa a ser uma política ampla integrada por outras políticas na área social como as de transferência de renda e de combate à fome.

563 Foi fundamental para essa integração a criação, em janeiro de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), órgão responsável por promover o desenvolvimento social, tendo como centralidade a articulação e a execução do Programa FOME ZERO e a implementação de políticas e programas estratégicos para enfrentar o problema da fome e da

exclusão social. Cita-se, como exemplo, o programa Bolsa-família, o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

564 Em 2005, a Assistência Social foi organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único da Assistência Social (SUAS), onde a relação entre a União, os Estados e os Municípios, que antes se firmava pela via de convênios, vem sendo substituída por repasses automáticos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos fundos estaduais e municipais de assistência social, e garantindo o financiamento pelos três níveis de governo.

565 Entretanto, o controle social das políticas assistenciais ainda é muito precário na medida em que os movimentos sociais enfrentam enormes dificuldades, criadas muitas vezes pelo poder executivo, para participar do processo de gestão dessas políticas. Um exemplo são os comitês gestores do Programa FOME ZERO que eram instrumentos importantes de controle social e contribuíam para ampliar os espaços de discussão e aprofundar o debate sobre o modelo de gestão e o novo perfil da política nacional da assistência social. Ocorre que os referidos comitês foram extintos, sendo que os atuais espaços de controle social estão limitados aos Conselhos de Assistência Social, onde a participação do MSTTR não é universalizada.

566 Dessa forma, o que ainda muito se vê, é a Assistência Social sendo tratada como política assistencialista em que a atenção às populações desfavorecidas sempre foi ofertada como uma ajuda ou favor do poder público e não como um direito do cidadão e dever do Estado. Pelo assistencialismo, o que sempre se vislumbrou foi a possibilidade dos cidadãos assistidos retribuírem eleitoralmente a atenção recebida, sendo essa uma prática de dominação que impede as pessoas de expressarem suas demandas políticas como sujeitos de direito.

567 Por isso, superar os problemas inerentes às políticas da Assistência Social, tais como a fome, a pobreza e as desigualdades ainda é um grande desafio. Isso exige um trabalho integrado e articulado do MSTTR, tanto internamente quanto externamente, para que possa se apropriar e participar dos mecanismos de gestão, inclusive, como forma de assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais o pleno acesso a tais políticas.

568 Outro aspecto importante, no contexto das políticas assistenciais, é fazer com que as famílias que se beneficiam de tais políticas possam gerar renda, o que lhes permitiria alcançar um melhor patamar das suas condições de vida.

569 Plano de Lutas

570 Ocupar os espaços de deliberação e implementação das políticas assistenciais, como conselhos, câmaras técnicas, entre outros, atuando para a melhoria da gestão e do pleno acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a essas políticas.

571 Atuar de forma articulada com outros segmentos sociais em favor de uma Política Nacional de Assistência Social que assegure a proteção social de forma abrangente a todos aqueles que não conseguem ser protegidos socialmente pelo mecanismo da previdência social.

572 Atuar no desenvolvimento de projetos e em defesa da criação de linhas de crédito especiais para famílias vinculadas aos programas assistenciais, como forma estimular a geração de renda e a integração ao mercado de trabalho.

573 SAÚDE

574 Este ano o SUS – Sistema Único de Saúde comemora 20 anos. Apesar dos esforços empre-

endidos por diversos setores da sociedade brasileira, inclusive do MSTTR, este patrimônio coletivo ainda está em construção.

575 Passados duas décadas, ainda hoje existem dois distintos projetos em disputa: o Projeto de Reforma Sanitária/SUS e o Projeto de Saúde articulado ao mercado. O primeiro coloca o Estado como principal provedor das políticas de saúde e reconhece, através do princípio da universalidade e equidade, o direito à saúde de todos cidadãos e cidadãs - respeitando-se as diversidades dos sujeitos - entre estes as populações do campo e da floresta. O segundo projeto reduz a responsabilidade do Estado, mercantiliza o direito à saúde entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, e apresenta como alternativa a focalização da atenção básica para a população pobre.

576 Esse contexto de disputa agrava-se ainda mais se consideramos que o financiamento do SUS está sob graves ameaças. O Congresso Nacional não aprovou a renovação da CPMF - Contribuição sobre movimentação financeira. Como alternativa, o Governo Federal apresentou a CSS – Contribuição Social para a Saúde, que é um tributo de caráter permanente cuja arrecadação será destinada ao financiamento exclusivo da saúde. Na CPMF a alíquota sobre as movimentações financeiras era de 0,38%, enquanto que na CSS poderá ter alíquota de 0,1%, ficando isento o assalariado com renda mensal menor que R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

577 Esse cenário, em certa medida, explica porque os trabalhadores e trabalhadoras rurais enfrentam tantos problemas para acessar os serviços e ações do Sistema Único de Saúde. Essa situação tem gerado um elevado grau de insatisfação junto às populações rurais, e motivado o MSTTR e demais movimentos sociais a apresentarem um conjunto de reivindicações para consolidar um sistema público e universal no campo e na floresta.

578 Em resposta às reivindicações do MSTTR e demais movimentos sociais do campo e floresta, o Governo Federal adotou diversas medidas e iniciativas. A mais significativa foi a criação do Grupo da Terra – GT Terra que tem por finalidade estabelecer diálogos entre usuários, gestores e trabalhadores da saúde e propor medidas e políticas voltadas para atender as demandas das populações rurais. A maior vitória do GT Terra foi a formulação da **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**, em novembro de 2006.

579 Neste sentido, tem sido de extrema importância a atuação da CONTAG, FETAGs e STTRs nos conselhos, conferências, comissões intersetoriais de saúde e nos espaços de articulação dos usuários.

580 Vale ressaltar que no âmbito nacional a CONTAG vem participando das articulações do Fórum dos Usuários, do Fórum Social Mundial de Saúde no Brasil e do GT Terra, coordenado pela Secretaria de Gestão Participativa e Estratégica do Ministério da Saúde.

581 Como resultado dessas articulações e participações, a CONTAG integrou a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Saúde; exerceu influência para que o tema central da conferência abordasse a saúde como uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável; acompanhou conferências estaduais; mobilizou o segmento dos usuários do campo e floresta e indicou o presidente da CONTAG para participar do painel temático sobre controle social.

582 A negociação da pauta da Marcha das Margaridas 2007 e da pauta do Grito da Terra Brasil de 2008 junto ao Ministério da Saúde resultou na assinatura da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo de Floresta pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, bem como na sua aprovação pelo pleno do Conselho Nacional de Saúde, em agosto de 2008.

583 Instrumento importante para a luta do MSTTR, essa política pode se tornar uma prioridade nacional porque se articula com diversos programas e planos do Ministério da Saúde, em especial àqueles que propõem serviços e ações de saúde para os municípios e populações rurais.

584 Vale destacar, contudo, que se não houver uma política de financiamento permanente para o SUS, esta e outras tantas políticas específicas poderão ficar restritas a um conjunto de boas intenções.

585 Diante do exposto, o MSTTR deve fortalecer as lutas em defesa da Reforma Tributária e pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 junto ao Senado Federal, que define as despesas relacionadas ao setor saúde e assegura fontes efetivas de financiamento do SUS.

586 Deve também refletir sobre a forma de intervenção do MSTTR nos espaços formais e não-formais de gestão e controle das políticas públicas de saúde. E ainda indicar alternativas para se construir processos político-pedagógicos com participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais usuários do SUS com o propósito de identificar e analisar o real significado, alcance, limite e possibilidades das políticas de saúde em curso no país, em especial no campo e na floresta.

587 Por fim, é preciso aqui destacar que em relação ao programa para a recuperação e prevenção da saúde do trabalhador, o mesmo não atende a contento as demandas dos trabalhadores rurais. O MSTTR precisa intensificar as negociações junto ao Ministério da Saúde para a implementação e estruturação efetiva dos CEREST – Centro de Referência e Saúde do Trabalhador, sobretudo nas cidades com menos de 100.000 habitantes.

588 Plano de lutas

589 Fortalecimento e ampliação das ações e lutas voltadas para a conscientização e mobilização das populações do campo e floresta pelo direito à saúde através de ações de massa, atividades formativas e atividades de articulação política;

590 Fortalecimento da participação do MSTTR nos espaços de controle social voltados para a implementação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e Floresta;

591 Formulação da Política de Saúde do MSTTR definindo concepção, diretrizes, prioridades, estratégias e ações que orientem a prática sindical em todas as instâncias;

592 Lutar pela pactuação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta em todas as esferas de gestão (Federal, Estadual e Regional, Municipal) e por condições para sua efetiva implementação. Esta política precisa estar articulada com as demais políticas de saúde, em especial a de saúde do trabalhador.

593 Pautar a discussão sobre a implementação efetiva e estrutural dos CEREST - Centro de Referência e Saúde do Trabalhador em todos os espaços políticos.

594 Promover uma campanha dirigida a juventude rural para esclarecimento sobre a importância do uso de preservativo sobre os danos causados a saúde pelo uso abusivo de bebida alcoólica.

595 As coordenações municipais de jovens devem desenvolver parcerias com as Secretarias de Saúde dos municípios para realizar atividades educativas com a juventude rural sobre as questões da Saúde Reprodutiva, DSTs / AIDS e Planejamento Familiar.

596 EDUCAÇÃO DO CAMPO

597 Pesquisas e estudos têm demonstrado que a educação é um elemento estratégico para o processo de desenvolvimento e elevação da renda. Assim, debater sobre educação e desenvolvimento é discutir valores, concepções de mundo, de sujeito e de sociedade que queremos construir, reafirmando a importância da terra, da produção, das relações sociais como processos de construção das identidades dos sujeitos do campo, sobretudo com diálogo, respeito, solidariedade e troca de saberes entre as pessoas.

598 Neste sentido, o MSTTR tem investido na proposição de políticas públicas de educação do campo que assegurem princípios político-pedagógicos tendo as pessoas no centro da prática educativa, mobilizando e dialogando com o Estado para que consolide uma política nacional de educação do campo. Alguns passos importantes foram dados ao longo das lutas e debates em diversos espaços e em Congressos da categoria. A construção do PADRSS foi fundamental nesta definição possibilitando ao MSTTR compreender a importância da educação para o desenvolvimento e fortalecer o MSTTR para mobilizar, reivindicar e monitorar políticas de educação do campo.

599 De forma mais ampla a educação do campo tem possibilitado também ao MSTTR refletir sobre as questões de gênero, geração, raça e etnia, contribuindo para construir melhores relações sociais entre as pessoas e referenciais políticos pedagógicos para uma educação que não exclua e não discrimine as mulheres, os jovens e as pessoas da terceira idade. Compreende-se também, que as atividades esportivas e culturais assumem um papel importante no contexto rural, pois promovem aos homens e mulheres do campo maior sociabilidade, saúde e o fortalecimento da sua identidade cultural.

600 Por outro lado, a ausência de políticas públicas no campo, especialmente na educação, deixou marcas nas condições da educação escolar do campo, tais como altos índices de analfabetismo e defasagem escolar. A incidência de analfabetismo no campo, que segundo a PNAD, em 2004, 29,8% da população adulta da zona rural permanecia analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa era de 8,7%, demonstra ainda a fragilidade da educação na área rural.

601 Outro elemento a ser considerado é o quanto ainda se gasta com o transporte escolar deslocando alunos(as) do campo para a cidade. Em 2005, 42,6%, dos alunos(as) do ensino fundamental (1º ao 5º ano) utilizaram o transporte escolar. Nos anos finais (6º ao 9º ano) foram 62,4% e no ensino médio 93,5% dos jovens utilizaram o transporte escolar para sair de suas comunidades para estudar nas escolas da cidade.. A situação do transporte (paus de arara, ônibus superlotados e sem condições adequadas, além de longas distâncias percorridas) demonstra que este ainda é um grande desafio a ser enfrentado no campo. Por outro lado esta forma de organização escolar contribuiu para o fechamento de mais de 10 mil escolas na zona rural nos últimos anos. Além dessa situação a falta de condições de trabalho e formação específica e defasagem nos salários dos professores e ainda uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo apontam as contradições da educação que defendemos no PADRSS.

602 A situação da juventude no campo, também requer também análise, pois a pesquisa “A voz do (a) adolescente e jovem rural” realizada pela CONTAG, registrou que a maioria dos (as) entrevistados (as) - 52% - não completou o ensino fundamental, isso demonstra o restrito acesso da juventude à escola de qualidade nas áreas rurais. Segundo dados da PNAD 2006 apenas 25,6% de jovens do campo freqüentavam o ensino médio e apenas 4,0% dos jovens rurais freqüentam o ensino superior.

603 A ausência de uma política de estado que respeite as demandas por uma educação do e

no campo, desponta como um dos principais motivos para não permanência dos/as jovens rurais na escola, soma-se a isso as limitações de ordem financeira da família, que na maioria dos casos nem consegue custear as condições mínimas de acesso a educação. Essas limitações tiram os (as) jovens da escola e os levam a sair do campo para buscar trabalho nas grandes cidades. Por isso a luta do MSTTR tem buscado fortalecer a importância da Construção de uma Política Nacional de Educação do Campo.

604 Internamente o MSTTR tem-se realizado um grande investimento na formação de lideranças, dirigentes sindicais, jovens e mulheres, para atuar no debate da educação do campo e desenvolvimento possibilitando ampliar sua atuação nacional e nos estados, especialmente numa parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Agrária/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Este processo tem fortalecido as ações do MSTTR na educação do campo, ampliando assim sua intervenção social e o acesso às políticas construídas em âmbito nacional.

605 Do ponto de vista da construção de políticas públicas avançou-se com a aprovação das Diretrizes Estaduais de Educação do Campo pelo Conselho Nacional de Educação, com a criação Coordenação Geral de educação do campo no MEC. Estes espaços políticas têm contribuído para fortalecer o que defendemos para a educação do campo, embora se reconheça que ainda temos muitos desafios.

606 Em relação aos avanços, destaca-se especialmente uma melhor compreensão e intervenção sindical na atuação política da educação do campo, que ao longo dos anos tem se transformado em pauta estratégica no diálogo com os gestores públicos e na organização e atuação sindical. No entanto, ainda somos desafiados a elaborar mais sobre o que fazemos, a intervir mais nas conquistas, a pesquisar e sistematizar sobre as boas experiências e práticas desenvolvidas pelo MSTTR na educação do campo.

607 Por outro lado avalia-se que o governo federal demorou a compreender a pauta da educação, especialmente no primeiro mandato do governo Lula. No entanto, tem-se percebido um grande avanço na construção de políticas estratégicas em nível Federal, programas como Projovem Campo: Saberes da Terra (destinado a jovens agricultores(as) familiares para elevação da escolaridade – anos finais do ensino fundamental e médio – articulada a formação profissional), Licenciatura do Campo (PROCAMPO – formação em nível de graduação para professores(as) do campo da rede pública de ensino, educadores e jovens que tem atuação do campo).

608 Outras conquistas podem ainda ser destacadas, tais como: a) a inclusão da educação do campo no Plano de Desenvolvimento da Educação, b) a garantia de valores diferenciados para os alunos(as) matriculados nas escolas do campo no FUNDEB (Fundo Nacional de valorização da Educação Básica), c) o programa a Caminho da Escola, resultado da negociação do GTB com o objetivo de assegurar o deslocamento dos(as) alunos(as) dentro do próprio campo e d) o apoio para estados e municípios na implementação de políticas no campo, como construção de escolas, realização de Ensino Médio Integrado com formação profissional e a construção de referenciais para a educação infantil. Por fim destacamos o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), embora este tenha sofrido uma pressão muito forte pela mídia e pelos órgãos de controle de políticas públicas, a exemplo do TCU. A atuação do Governo Federal nos territórios da cidadania possibilitou também o fortalecimento da educação no campo.

609 Muitos desafios ainda precisam ser enfrentados, faz-se necessário e urgente fortalecer a atuação nos espaços políticas estaduais e municipais a exemplo dos Conselhos, na parceria com

as Instituições públicas de ensino superior, organizações e instituições parceiras. É preciso, por exemplo, superar a idéia construída na sociedade de que não é papel do Movimento Sindical de trabalhadores rurais atuar na educação do campo. Tem-se identificado resultados positivos nesta luta, no entanto muitas questões ainda precisam ser fortalecidas na atuação do MSTTR e na construção e consolidação da Política Nacional de Educação do Campo.

610 Plano de Lutas

611 Assegurar uma Política Nacional de Educação do Campo, consolidando-a no Plano Nacional de Educação, na elaboração de políticas para o Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e técnico integrado especialmente no campo, em diálogo com as UNDIME (União nacional dos Dirigentes Municipais em Educação) e CONSED (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação);

612 Potencializar o MSTTR para fortalecimento interno das ações políticas da educação do campo e da atuação do MSTTR na construção, execução e fiscalização das políticas públicas para a educação do campo em nível estadual e municipal.

613 Ampliar e fortalecer os processos de formação de dirigentes, lideranças, jovens e mulheres para atuação na linha de Desenvolvimento sustentável e Educação do Campo;

614 Fortalecer a articulação interna no MSTTR (interfaces), definindo um espaço político entre as áreas temáticas para a construção de estratégias de atuação nas políticas de educação do campo.

615 Mobilizar, articular e acompanhar política e pedagógica as ações da Educação de Nível Superior, especialmente aquelas que têm envolvimento e demanda do campo;

616 Ampliar e qualificar a atuação do MSTTR no Programa Nacional de Educação para as áreas de Reforma Agrária (PRONERA), do Programa Residência Agrária e na Política Nacional de Desenvolvimento Territorial.

617 Criar Bolsa de Estudo para Jovens Rurais. Na tentativa de atenuar essa situação de dificuldade material e motivar os (as) jovens a permanecer no campo estudando, propõem-se que o governo federal, crie uma Bolsa de Estudo no valor de R\$ 150,00 mensais, voltada para os(as) jovens que residem em áreas rurais e que estejam devidamente matriculados e freqüentando um estabelecimento de ensino público (cursando o nível fundamental, médio ou profissionalizante, e até mesmo integrando turmas de alfabetização).

618 Que os governos municipais, estaduais e Federal construam um pacto em favor do esporte, cultura e lazer nas áreas rurais, na perspectiva de construir equipamentos públicos (centros poliesportivos, cinemas e etc.) e programas, que valorizem as tradições culturais locais.

619 Criar Programa de crédito destinado à produção cultural de jovens trabalhadores(as) rurais, que garanta sua qualificação técnica e viabilize projetos de produção artística e cultural protagonizados pela juventude.

620 PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL

621 A luta pela Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil desencadeou-se no Brasil nos anos 90, quando governo e sociedade preocupados com a situação das crianças e adolescentes brasileiros articularam-se em diversos espaços públicos e privados buscando implementar estratégias que tiveram como resultado uma nova forma de olhar a criança e o adolescente.

622 O MSTTR participou da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, em 1998, realizou encontros regionais, estaduais e nacionais de meninos e meninas trabalhadoras rurais, foi um dos principais parceiros na implementação do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC no Brasil e teve papel fundamental na implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

623 Apesar dos esforços, em 2005, o suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) mostrou que após 14 anos de contínua queda, o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho aumentou em relação a 2004, na faixa etária de 05 a 14 anos e passou de 11,8% para 12,2% na faixa etária de 5 a 17 anos. O aumento do trabalho infantil se deu principalmente pelo aumento do trabalho para o próprio consumo e pelo trabalho não remunerado na atividade agrícola. O efeito desses dados tem recaído principalmente sobre a agricultura familiar que tem sofrido muita pressão de alguns setores do governo, da sociedade e de organizações nacionais e internacionais, que lutam pela não utilização de mão-de-obra infanto-juvenil na cadeia produtiva.

624 No entanto, os dados apresentados sobre o trabalho infantil no campo são insuficientes para se analisar o problema da inserção precoce no mercado de trabalho. Quando se analisa as atividades exercidas na agricultura é imprescindível que se faça a distinção entre as atividades da agricultura familiar e as atividades do trabalho assalariado, pois são realidades diferenciadas. Enquanto na agricultura familiar a participação das crianças e adolescentes tem conotação educativa, de aprendizagem, desde que não prejudique seu desenvolvimento físico, mental e social, no trabalho assalariado essa participação ganha outro significado, de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, o que traz conseqüências diversas para o desenvolvimento. A exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, a longo prazo, pode impactar negativamente a sucessão familiar, uma vez que estimula o êxodo rural dos jovens em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

625 A partir do 9º. Congresso, o MSTTR ampliou o debate para a proteção infanto-juvenil no campo, por entender que a proteção integral exige não só a erradicação do trabalho infantil, mas também uma gama de ações articuladas e integradas que envolvam governo e sociedade com o objetivo de fortalecer as redes de proteção infanto-juvenil. Assim, foram definidas ações de sensibilização, mobilização e formulação de políticas públicas voltadas para a proteção infanto-juvenil, dentre elas a realização do Seminário Nacional sobre Políticas de Proteção Integral às crianças e adolescentes, coordenado pela CONTAG em 2006, trazendo no debate muitas perspectivas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes no campo. Para o MSTTR, a proteção infanto-juvenil no campo é uma estratégia positiva, um investimento para a agricultura familiar, uma vez que ao se garantir direitos como: educação, saúde, segurança, seguridade social, etc, se garante também a formação de adultos autônomos, qualificados e com condições de atuarem no campo com possibilidades de sucesso e vida digna.

626 O MSTTR avançou consideravelmente no que se refere à proteção infanto-juvenil no campo. Destaca-se assim a construção junto às FETAGS de linhas de ação para a defesa da proteção infanto-juvenil no campo, bem como a formação de multiplicadores da temática entre as lideranças sindicais. A inserção da temática nos planejamentos e a criação de grupos de trabalho sobre proteção infanto-juvenil dentro das FETAG's também foi outro passo importante. A *Campanha Proteção Infanto-juvenil no Campo: uma colheita para o futuro* também representa uma estratégia importante adotada pelo MSTTR para a sensibilização e mobilização das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre a importância da proteção infanto-juvenil, no entanto é preciso ainda ampliá-la. A reflexão que o MSTTR tem realizado sobre o que é trabalho educativo, trabalho infantil e piores formas de trabalho infantil também tem contribuído para o fortalecimento da temática no âmbito do MSTTR, o debate aponta que:

626.1. o trabalho infantil para o MSTTR é aquela tarefa executada por criança e/ou adolescentes no campo, e o que distingue se é educativo ou não, é o tipo de tarefa, a intensidade com que é executada, e o nível de comprometimento de seu desenvolvimento integral;

626.2. o trabalho educativo caracteriza-se por atividades de convivência e compreensão de valores com foco na convivência familiar, sem a transferência da responsabilidade dos adultos para as crianças e adolescentes não os expondo a riscos, respeitando seus limites físicos, psicológicos, etc e;

626.3. o trabalho infantil é considerado explorativo/piiores formas quando é obrigatório, com fins lucrativos, expondo a criança e o adolescente a riscos e a carga horária excessiva, transgredindo sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento físico, mental e social.

627 Entretanto, faz-se necessário ainda ampliar o debate, a participação e a co-responsabilidade do MSTTR nos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos demais espaços do sistema de garantia de direitos. Além disso, ainda é preciso buscar: a) a construção da transversalidade da temática proteção infanto-juvenil com as diversas frentes de luta do MSTTR e; b) o mapeamento da real situação das crianças e adolescentes do campo, a fim de identificar a necessidade de maior intervenção na garantia de melhores condições de vida para crianças, adolescentes e suas famílias.

628 No âmbito das políticas públicas, o MSTTR tem participado de espaços de debate, articulação, mobilização e elaboração de políticas públicas como: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI e Comissão Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI. Embora o MSTTR tenha avançado no fortalecimento de ações participativas e democráticas com vistas à efetivação dos direitos e deveres pertinentes à cidadania de crianças e adolescentes no campo, alguns desafios ainda persistem: a) garantir o acesso das políticas públicas de geração de renda, acesso à terra, acesso a bens básicos às populações rurais, serviços que potencializam a proteção infanto-juvenil; c) buscar a integração das políticas públicas que vão para o campo em todos os níveis de articulação; c) exercer o controle social das políticas públicas existentes no campo como forma de garantir sua efetiva implementação e; d) defender a implementação da jornada escolar integral como forma de proteção infanto-juvenil.

629 Plano de Lutas

630 Defender a Educação como ponto de partida nas ações de fortalecimento da formação integral de crianças e adolescentes do campo.

631 Buscar a efetivação do acesso ao ensino infantil no campo.

632 Intensificar o debate sobre a proteção infanto-juvenil à luz do PADRSS, garantindo o envolvimento do MSTTR no controle social dos programas e políticas voltados para a proteção das crianças e adolescentes.

633 Contribuir para a definição de políticas públicas em espaços nacionais que potencializem a proteção infanto-juvenil no campo.

634 Defender uma articulação político-institucional que mobilize e insira o MSTTR nos espaços de controle social das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

635 Defender e garantir a proteção integral dos trabalhadores e trabalhadoras adolescentes no meio rural, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários.

COMISSÃO TEMÁTICA 06

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

636 RELAÇÃO ORGANIZAÇÃO-FORMAÇÃO

637 A formação concebe a organização sindical como espaço estratégico, que por meio do qual, as ações se efetivam, devendo potencializar o desenvolvimento de estratégias articuladas e dinamizar os processos formativos, assim como sinaliza o PADRSS.

638 O 9º CNTTR, visando consolidar a relação formação-organização, decidiu pela retomada da formação político-sindical e pela constituição de uma Escola de Formação com atribuição de construir e desenvolver processos formativos articulados nacionalmente.

639 Estes processos articulam e são articulados pela missão do MSTTR: “ser referência na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por melhores condições de vida e trabalho, através da construção, implementação e consolidação do PADRSS”. Esta missão orienta a formação desenvolvida pela Escola, quando nas reflexões sobre as políticas de interesse da categoria, associa a prática sindical à realização do PADRSS, o exercício da democracia que valorize e respeite as várias idéias e os diversos sujeitos políticos que formam a categoria trabalhadora rural.

640 As reflexões indicam como pressuposto a realização de ações articuladas, a necessidade de aprofundamento da organicidade entre as instancias CONTAG, Federações e Sindicatos. Compreende-se que a implementação de políticas para a categoria só se efetivam se as lideranças sindicais tomarem para si a responsabilidade pela sua realização. Portanto, refletir sobre o perfil das lideranças e, sobre o papel formação e organização sindical para responderem aos desafios da luta sindical, tem levado as lideranças, que vivenciaram a experiência formativa na ENFOC, a fazerem autocrítica como conduzem o MSTTR e como fazem à gestão das entidades sindicais.

641 A efetividade das políticas deliberadas nos congressos requer diversificação e descentralização das ações, exercício de gestão compartilhada, aprofundamento da democracia interna, articulação direção-base e investimentos em processos formativos. Lideranças comprometidas com o projeto político da categoria constroem entidades sindicais fortes, democráticas, transparentes e inovadoras.

642 A estrutura organizativa do MSTTR favorece o desenvolvimento de ações articuladas devido sua capilaridade (presença em quase todo território brasileiro) e capacidade mobilizadora. Ampliação das direções com criação de Secretarias Específicas, Comissões e Coletivos, revitaliza, essa estrutura e amplia espaços potencialmente formativos.

643 Os Pólos e Regionais, Delegacias e Conselhos de Base, são instâncias que compõem a estrutura organizativa da Contag, Federações e Sindicatos. São estratégicos para a formação devido ao seu perfil organizativo, dinamismo e proximidade com a base sindical, aglutinando instituições sindicais, associações, e grupos organizativos diversos, com isso, fortalecem e potencializam a organização sindical do MSTTR.

644 Com a Escola o MSTTR constitui um espaço de caráter estritamente formativo, crítico, reflexivo, potencializa a luta sindical e os demais espaços formativos existentes na Contag, Federações e Sindicatos. A ENFOC, embora guarde autonomia quanto ao fazer pedagógico, se efetiva politicamente pelos espaços deliberativos do MSTTR como conselhos e congressos. A vivência escola estimula outras formas organizativas, também horizontais, como redes de educadores e educadoras, de colaboradores e colaboradoras e de parceiros institucionais, que potencializam a ação

formativa numa perspectiva transformadora e dinamizadora da ação sindical.

645 Para que a formação tenha êxito no seu propósito político de fortalecer as entidades e a luta sindical, é preciso que a prática sindical de dirigentes e assessorias do MSTTR seja orientada por princípios políticos comuns. Que a partir de referenciais políticos e pedagógicos comuns, sejam capazes de desenvolver as estratégias nacionais, no âmbito dos estados, municípios e nas comunidades de base.

646 Formação político-sindical

647 No texto geral do PADRSS, descrevemos as bases da Política Nacional de Formação – PNF, a concepção e princípios, papel da formação no MSTTR e os espaços formativos pelos quais as ações formativas são desenvolvidas. Neste momento faremos breve balanço avaliativo-projetivo do trabalho desenvolvido pela área, evidenciando os processos desencadeados, e em que contribuíram para consolidação da ENFOC - Escola de Formação Político-Sindical da CONTAG, da Rede de Educadores/as e para o fortalecimento dos demais espaços formativos. Indicaremos ao mesmo tempo, alguns desafios que precisam ser superados nos períodos que seguem.

648 Desenvolver um processo formativo que tenha como referência a orientação estratégica “formação sistêmica e continuada, libertadora e transformadora” assim como propõe o planejamento estratégico gestão 2005-2009, orientado pelas deliberações do 9º CNTTR, desafiou a CONTAG em vários aspectos: na construção de entendimentos sobre o papel da Secretaria de Formação junto às outras Secretarias; na construção de uma estratégia formativa que responda ao alcance da orientação estratégica; e, no entendimento sobre a própria orientação estratégica. Ou seja, o que significa para a CONTAG, formação “sistêmica continuada, libertadora e transformadora”.

649 Os diálogos que ocorreram nesta perspectiva foram ajudando a definir os caminhos, a estratégia e o trabalho na Secretaria, que constou basicamente de constituição da ENFOC - Escola Nacional de Formação político-sindical da CONTAG; reflexões e sistematização do Projeto Político Pedagógico - PPP e da Política Nacional de Formação – PNF.

650 A agenda política da Secretaria de Formação e Organização Sindical voltou-se num primeiro momento para o trabalho interno, o que buscou refletir sobre trajetórias formativas do MSTTR, construir os fundamentos e os princípios metodológicos orientadores da formação que se desejava desenvolver. Os momentos externos foram grandes laboratórios de troca de experiências sobre as mais diversas práticas formativas desenvolvidas pelas Federações e Sindicatos. Neles a diversidade de conteúdos e de abordagens expressa o quanto o MSTTR também é diverso na forma, nos ritmos e tempos do processo de ensino aprendizagem. O ENAFOR – Encontro Nacional de Formação, espaço inaugurado nesta gestão como de grande importância para a formação da CONTAG, foi revelador dessa diversidade.

651 O ENAFOR tratou de questões pedagógicas e metodológicas relacionadas às diversidades de práticas formativas do MSTTR para, a partir delas, indicar alguns pressupostos e princípios a serem assumidos articuladamente pelo MSTTR em seus diversos espaços formativos. Refletiu sobre a Escola Sindical do MSTTR e sugeriu um desenho institucional compatível ao caráter, papel e atribuições da Escola. Sugeriu também, a constituição de equipes multidisciplinares para construir e desenvolver uma estratégia formativa capaz de articular as demandas do MSTTR às perspectivas do PADRSS.

652 As orientações do ENAFOR foram aprofundadas por um Grupo de Trabalho – GT da Formação, que formulou as orientações pedagógicas e metodológicas, a estratégia formativa e

desencadeou um itinerário formativo que foi dando fisionomia a Escola. Este GT também formulou, com base na trajetória do MSTTR, as diretrizes, os fundamentos para a Política Nacional de Formação – PNF.

653 A constituição da ENFOC se deu nesta caminhada, pois ao mesmo tempo em que o itinerário formativo era desenvolvido, desencadeava outros processos que iam redefinindo a estratégia e as condições para o funcionamento da Escola. Foram definidas as coordenações políticas (presidência, secretaria de formação, finanças e geral) e pedagógicas (um/a assessor/a de cada secretaria da CONTAG, como também o Comitê Político Gestor com representação das 5 regiões da CONTAG.

654 A primeira turma revelou significativo interesse do MSTTR pela Escola. Das 27 Federações, participaram 24, com trabalhadores e trabalhadoras rurais, de direções de STTRs e Federações. Com a Escola a CONTAG inaugura um novo momento para a formação, trazendo o diferencial entre formação pontual e processos formativos continuados. Os desdobramentos do itinerário nas regiões e estados e município/comunidade, articulados às iniciativas das Federações comemoram saldos positivos. Muitas Federações, além de assumirem as atividades da Escola, realizaram também outras atividades como Encontros de Formação com estratégia e metodologia similar a vivenciada no ENAFOR. Estão constituindo Escolas de Formação e revitalizaram e/ou constituíram Coletivos de Formação, organizaram equipes pedagógicas para desencadear processos formativos junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da base. Estas iniciativas sinalizam para consolidação de novos espaços formativos - redes e coletivos -, e para apropriação dos referenciais políticos e pedagógico-metodológicos comuns como a PNF e o PPP.

655 A Escola se constitui como espaço formativo pelo qual a pluralidade de idéias se expressa e as contradições se afloram. As pessoas são convidadas a “desaprender para aprender novamente” sob um olhar crítico para as vivências individuais e coletivas para o que necessitamos aprofundar e o que precisamos nos despedir. Um processo formativo que se propõe desconstruir práticas excludentes e discriminatórias, valores preconceituosos carregados de desvalor, precisa, sobretudo, refletir sobre os sujeitos políticos, os conflitos e as contradições.

656 Ao abordar as diferenças e as relações sociais, deve também trazer para o centro das reflexões os espaços coletivos que, por meio dos quais, estes sujeitos políticos constroem a luta e o PADRSS, que é ao mesmo tempo, orientador e resultado da luta política. Refletir em que bases e com que perspectiva essa luta se constrói, é tarefa imprescindível para a Escola. Fazer o diálogo da igualdade, do respeito às diferenças, a construção de uma sociedade plural, justa, solidária e democrática, tendo como referência, o vivido e o desejado, contribuiu para compreender o papel que a formação deve exercer na ação e na organização sindical.

657 O MSTTR ao deliberou pela constituição de uma Escola “orgânica”, ao mesmo tempo, atribuiu a ela a tarefa de ser “crítica” do próprio movimento. Essa dualidade desafia a Escola em dois aspectos: contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais - que dirigem este movimento - sejam críticos da sua própria prática, e ser crítica ao movimento do qual é orgânica.

658 Assumir este papel significa desencadear processos formativos que contribuam para o crescimento e fortalecimento do MSTTR em bases democráticas e respeitadas, e para o desenvolvimento de ações políticas capazes de alterar os padrões econômicos e sociais, estabelecidos secularmente no Brasil. Isto pressupõe tomar para si, a prática do MSTTR, refletir sobre ela, aprofundar aspectos e reorientar outros. Assim o PADRSS deve ser o seu principal fundamento, agregando os princípios metodológicos e outras dimensões da história dos trabalhadores e trabalhadoras, das concepções sindicais, das formas de organizações, da gestão, dentre outros.

659 Refletir sobre o PADRSS como prática sindical efetiva significa abstrair da ação sindical pro-

priamente dita, para transformá-lo em “objeto” de reflexão na ação formativa. É o que a Escola procura fazer nos processos formativos que desencadeia. Utiliza-se para reflexão as seguintes questões: se o PADRSS está em permanente construção no cotidiano sindical, de que maneira esse cotidiano tem contribuído para uma efetiva implementação do PADRSS? A reflexão crítica sobre a ação sindical cotidiana tem contribuído para alterar práticas conservadoras? As políticas públicas e sociais protagonizadas pelo MSTTR estão construindo efetivamente o desenvolvimento baseado nas diretrizes do PADRSS? Como monitoramos essas políticas?

660 Este conjunto de questões refletidas sinaliza potencialidades e fragilidades quanto à implementação do PADRSS. Os educandos e educandas, embora destacando as mudanças que o PADRSS imprimiu à dinâmica sindical, com o redimensionamento das ações do MSTTR e formulação de políticas importantes para o trabalhadores/as rurais, reconhecem que ainda existem dificuldades em ter o PADRSS como orientador da prática sindical. A base do MSTTR conhece pouco o PADRSS e ainda são poucos os casos em que as direções se apropriam politicamente do PADRSS.

661 Vislumbram-se, dessa caminhada, muitos desafios. Fazer com que os trabalhadores/as rurais que estão nas direções das Federações e STTRS se apropriem do PADRSS e interajam com os trabalhadores rurais na base, se apresenta como o mais urgente. Afinal fazer formação é acima de tudo refletir sobre os sujeitos, suas necessidades, seus espaços, sua diversidade, sua complexidade, as políticas de interesse da categoria e os impactos por elas produzidos na vida dos trabalhadores e trabalhadores rurais.

662 Daí a importância da construção e/ou consolidação de espaços horizontais (redes, grupos de estudo) para reflexões sobre as políticas gerais do MSTTR aprimorando e potencializando os GES - Grupos de Estudos Sindicais da ENFOC. Esses grupos de estudos acontecem nas comunidades e municípios e devem configurar-se como instrumentos de reflexões sobre o cotidiano sindical, sobre os desejos e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

663 Ressalta-se como relevante a iniciativa da CONTAG e Federações de constituição do Fundo Solidário para autofinanciamento das ações formativas da Escola. O MSTTR realiza, com esta iniciativa, significativos investimentos numa formação sindical, inovadora, independente, crítica capaz de orientar e fortalecer a ação sindical. 26 Federações e 1.167 Sindicatos já estão contribuindo com o Fundo Solidário. No entanto, para que o Itinerário Formativo da Escola alcance a capilaridade sindical e ao mesmo tempo, atenda a sua diversidade política é necessário haver adesão ampla (STTRs, Federações e CONTAG), pois investimentos desta natureza não se efetivam somente por meio de projetos pontuais.

664 Mas, ainda que consigamos abranger todos os Sindicatos, os recursos do Fundo Solidário são insuficientes para a manutenção de todas as atividades da Escola.

665 A estratégia política, pedagógica e metodológica da ENFOC demanda amplitude em sua abrangência, consistência de abordagens e conteúdos, rotina pedagógico-metodológica na sua operacionalização. Somente assim, será possível alcançar as comunidades e municípios, espaços onde as políticas negociadas nacionalmente se efetivam.

666 Plano de Lutas

667 Estimular reflexões permanentes sobre organização sindical relacionando-a à implementação do PADRSS e à missão do MSTTR.

668 Construir mecanismos e instrumentos que contribuam eficientemente no cumprimento das deliberações congressuais e no sentido da superação de práticas conservadoras, excludentes e antiéticas.

- 669** Aprimorar a organização sindical visando o planejamento e execução de ações organizativas que a tornem mais eficiente e propositiva.
- 670** Desencadear processos formativos que alcance às comunidades de base, e reflita sobre o PADRSS como estratégia política dos trabalhadores e trabalhadoras na construção de políticas de desenvolvimento.
- 671** Construir estratégias formativas que atendam as especificidades dos diversos segmentos da categoria trabalhadora rural.
- 672** Incorporar na agenda sindical das Federações a Política Nacional de Formação – PNF e, a estratégia formativa da Escola
- 673** Estimular junto às Federações, a construção de processos formativos que envolvam os educadores e educadoras que vivenciaram a formação na ENFOC.
- 674** Consolidar a estratégia de constituição de Redes de Educadores e Educadoras do MSTTR como forma de conjugar e potencializar ações educativas que atendam a diversidade de demandas formativas e, que fortaleçam as organizações e a luta sindical.
- 675** Aprofundar discussões sobre a importância do autofinanciamento da formação sindical de modo a ampliar investimento no Fundo Solidário incentivando a adesão ampla das entidades sindicais do MSTTR.

COMISSÃO TEMÁTICA 07

SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA

676 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES SINDICAIS - PNFES

677 O Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais - PNFES criado e aprovado em 2005 pelo Coletivo Nacional de Finanças tem como foco central o fortalecimento das nossas entidades sindicais na consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

678 O PNFES tem como principais instrumentos: uma Gestão Política, Sindical e Financeira integrada ao PADRSS; o Coletivo Nacional de Finanças e os Coletivos/Comissões Estaduais de Finanças; o Sistema de Arrecadação e Repasse sustentável para todos os níveis do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR; Campanhas Nacional e Estaduais de Sindicalização; e o Plano de Contas Padronizado - PCP.

679 Dentre as ações formativas do PNFES está à capacitação de lideranças e técnicos em política de gestão e finanças sindical, em âmbito nacional, estadual e pólos/regionais sindicais. Os cursos e debates realizados nos pólos/regionais proporcionaram a formação de um maior número de dirigentes sindicais capazes de avaliar e propor políticas que visem melhorar a sustentabilidade política e financeira do MSTTR. É preciso dar continuidade a essas ações para que possamos efetivamente promover o fortalecimento das nossas entidades sindicais.

680 Como um dos principais instrumentos do PNFES a gestão política, sindical e financeira demandam mudanças na prática sindical dos dirigentes para construir uma política de finanças transparente com base nos princípios que norteiam a gestão sindical: democracia interna; participação dos associados e associadas na vida política da entidade; prestação de contas; organicidade das entidades; descentralização do poder; eficácia, eficiência e efetividade dos processos políticos e gerenciais.

681 Para modificar a prática sindical dos nossos dirigentes é preciso compreender que a política de sustentabilidade financeira das entidades sindicais não é tarefa exclusiva dos secretários e secretárias de finanças e sim do conjunto do MSTTR. Para enfrentar esse debate o PNFES, por meio de suas ações formativas, vem reafirmando que a sustentabilidade financeira da entidade sindical é responsabilidade de todos e todas que foram eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da base, pois todos os recursos arrecadados têm como finalidade aplicação em políticas voltadas para garantir uma melhor condição de vida para aqueles que fazem parte da classe trabalhadora rural.

682 O Coletivo Nacional de Finanças é um dos principais espaços para discussão e construção de políticas voltadas para o fortalecimento de nossas entidades sindicais. Esse espaço tem possibilitado a realização de debates francos e participativos sobre a política financeira sustentável para as entidades.

683 O PNFES vem reafirmando e consolidando a necessidade de se fortalecer os Coletivos ou Comissões Estaduais de Finanças, e torná-los um lugar de avaliação, construção e definição de políticas voltadas para a sustentabilidade financeira do MSTTR.

684 As Campanhas Nacional e Estaduais de Sindicalização são instrumentos que fortalecem

a sustentabilidade financeira das entidades sindicais. Toda campanha de sindicalização tem que ter como eixo central a sindicalização enquanto instrumento de cidadania para o trabalhador e trabalhadora rural, seja homem, mulher, jovem, pescadores artesanais, artesãos, pessoas da 3ª idade e idosas. Somente com a sindicalização o trabalhador e trabalhadora rural se integram a um projeto político.

685 Partindo da compreensão da importância da realização de campanhas de sindicalização, o MSTTR optou por realizar Campanhas Estaduais de Sindicalização e não mais uma única Campanha Nacional de Sindicalização, sob a argumentação de que devem ser respeitadas às especificidades regionais. Essa nova forma de realizar as campanhas de sindicalização tem contribuído para uma maior sindicalização e conseqüentemente um aumento na arrecadação.

686 Uma das grandes conquistas do MSTTR é a criação do Plano de Contas Padronizado - PCP, elaborado pelos contadores (as) da Contag e por um contador (a) representante de cada região do país. O PCP foi debatido nos encontros nos pólos/regionais sindicais, por meio da cartilha "Contabilidade Sindical" e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Contag. A principal função do PCP é possibilitar uma maior transparência na gestão administrativa e financeira dos recursos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de padronizar os Demonstrativos Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

687 Contudo, para que se possa implementar o Plano de Contas Padronizado se faz necessário dar continuidade aos processos formativos nos pólos/regionais sindicais, visando sensibilizar os dirigentes sobre sua importância, visto que transparência traz consigo credibilidade e respeitabilidade por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais junto a entidade que os representa.

688 O 9º CNTTR deliberou pela criação de um sistema via internet de arrecadação que integrasse as contribuições dos aposentados (as), sindical e confederativa. Para se cumprir esta deliberação foi necessária a realização de dois Cursos de Capacitação em Informática voltados aos Técnicos (as) das Federações, que avaliaram e identificaram os problemas existentes e propuseram novas alterações no novo sistema de arrecadação e distribuição das contribuições. Além dos cursos realizados em nível nacional, foi elaborada uma cartilha intitulada "Informática e o Novo Sistema de Arrecadação", que além de tratar sobre o funcionamento do novo sistema trouxe noções básicas de como utilizar a informática a serviço do MSTTR.

689 Entretanto, apesar de termos um sistema integrado de arrecadação capaz de atender a todos no MSTTR, apenas 15 (quinze) federações utilizam o sistema de arrecadação e repasse da Contag, enquanto 12 (doze) federações utilizam seus próprios sistemas, envolvendo a contribuição sindical, confederativa e contribuição social. A única contribuição que é integrada ao Sistema Contag é a contribuição social dos aposentados (as) e pensionistas, visto que é fruto do Convênio celebrado entre a Contag e o INSS.

690 Portanto, continua o desafio da padronização e centralização de um sistema único de repasse e arrecadação das contribuições que sustentam o nosso sistema confederativo, envolvendo todas as contribuições que promovem a sustentabilidade das nossas entidades sindicais.

691 Um dos problemas que persiste a respeito da sustentabilidade financeira do MSTTR é a unificação do percentual da Contribuição Social em pelo menos 2% (dois por cento) do salário mínimo. É um desafio a ser perseguido, visto que em alguns sindicatos ainda cobra-se um valor de referência menor que 2% (dois por cento), ocasionando assim, uma desigualdade entre os sócios (as) em atividades e os sócios (as) aposentados (as). Esta desigualdade promove uma injustiça com os aposentados (as) que contribuem com um valor superior sustentando sozinhos toda a estrutura sindical que beneficia a todos.

692 A criação de um bloco padrão de cobrança único de arrecadação das mensalidades sociais aprovadas no 9º CNTTR, com uma via para a Federação e a Contag, e a criação de uma comissão para regulamentar a padronização do referido bloco foi uma das propostas que o MSTTR ainda não implantou. Somente as Federações do Maranhão e Tocantins implantaram o bloco padrão de arrecadação.

693 A Contag realizou o 1º Encontro dos Conselheiros e Conselheiros Fiscais das Federações, que contou com a participação de 03 (três) representantes do conselho fiscal de cada Federação. Um dos pontos centrais desse evento foi discutir qual o papel político e atribuições do conselho fiscal no Sindicato, Federação e Confederação.

694 Conclui-se que a função do conselheiro e da conselheira fiscal não se limita apenas a fiscalizar a gestão financeira da entidade sindical, mas de ajudar a diretoria a encontrar uma melhor forma de aplicação dos recursos da entidade. No entanto, para que se possa internalizar esta concepção, é preciso dar continuidade a formação e capacitação dos conselheiros (as) fiscais das Federações e Sindicatos.

695 A sustentabilidade financeira do MSTTR é garantida pelas contribuições sociais (balcão e dos aposentados (as) e pensionistas por meio do convênio com o INSS), sindical, confederativa e taxa assistencial. Dentre as contribuições acima especificadas a contribuição social dos aposentados (as) é a principal fonte de arrecadação do MSTTR, seguida pela contribuição sindical.

696 O MSTTR vem investindo na cobrança da contribuição sindical, pois está prevista em lei, possui natureza tributária e caráter compulsório, sendo devida por todos aqueles que fazem de uma determinada categoria profissional ou econômica em favor do sindicato que os representa. Já a confederativa depende de aprovação e fixação pela assembleia, sendo cobrada apenas dos filiados (as) ao sindicato.

697 Apesar de investir na cobrança da contribuição sindical o MSTTR sabe que a contribuição social é a que revela o nível de confiança e credibilidade que os trabalhadores e trabalhadoras rurais possuem no sindicato. De todas as contribuições que garantem a sustentabilidade financeira, a mensalidade social dos aposentados (as), confederativa e parte da contribuição sindical passam pelo sistema de repasse da Contag, o que não acontece com a mensalidade social de balcão, apesar de ter sido aprovado no 9º CNTTR os percentuais de distribuição envolvendo as três instâncias do MSTTR.

698 O 9º CNTTR aprovou que os percentuais de distribuição do Novo Sistema de Repasse das mensalidades sociais (balcão e dos aposentados) fossem distribuídos da seguinte forma: 5% (cinco por cento) para CONTAG, 15% (quinze por cento) para as Federações e 80% (oitenta por cento) para os Sindicatos. Existe a compreensão de que essa forma de repasse assegura um maior percentual da arrecadação às entidades que atuam diretamente nos sindicatos. Entretanto, observou-se alguns problemas com essa deliberação, tanto para os sindicatos, no que diz respeito ao repasse das contribuições sociais pagas no balcão, como para as federações no repasse das contribuições sociais dos aposentados (as).

699 Visando uma discussão mais democrática envolvendo uma maior participação dos dirigentes nos estados, o Conselho Deliberativo da Contag aprovou que o novo sistema de repasse não se aplicaria à contribuição social paga diretamente aos sindicatos (balcão). Esta deliberação foi apresentada na 2ª PNTTR que encaminhou a discussão para o 10º CNTTR.

700 Considerando todas as dificuldades enfrentadas para efetivar tal deliberação, é preciso assegurar que no 10º CNTTR possamos avaliar qual a melhor forma de distribuição e repasse da contribuição social que viabilize seu cumprimento, assim como apontar novos rumos para a efeti-

va sustentabilidade financeira das nossas entidades sindicais, buscando ampliar, fortalecer a luta sindical e consolidar o PADRSS.

701 Plano de Lutas

702 Assegurar a continuidade do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES através de suas ações formativas no âmbito nacional, estadual e nos pólos/regionais sindicais, visando implementar uma política de sustentabilidade financeira vinculada à ação política e ao projeto político do MSTTR (PADRSS);

703 Fortalecer o Coletivo Nacional de Finanças e os Coletivos Estaduais de Finanças, reconhecendo-os como um espaço político importante de construção de políticas eficientes e eficazes para o fortalecimento das nossas entidades sindicais por meio de uma participação democrática das federações e dos sindicatos;

704 Consolidar a compreensão de que a sustentabilidade financeira é responsabilidade do conjunto do MSTTR e não apenas dos secretários (as) de finanças;

705 Assegurar a continuidade das Campanhas Estaduais de Sindicalização permanentemente, respeitando as diferenças regionais e locais, estimulando as campanhas por pólos/regionais sindicais visando aumentar a arrecadação articulada a uma gestão eficaz, eficiente e efetiva;

706 Implementar o Plano de Contas Padronizado - PCP em todos os níveis do nosso sistema confederativo (Contag, Fetags e Sindicatos);

707 Manter o sistema de arrecadação e repasse centralizado na Contag, ficando facultativo para as Federações que já possuem sistemas próprios, envolvendo todas as contribuições que promovem a sustentabilidade das nossas entidades sindicais;

708 Unificar o percentual da Contribuição Social em pelo menos 2% (dois por cento) do salário mínimo;

709 Implementar a criação do bloco padrão ou sistema informatizado padrão de cobrança único de arrecadação das contribuições sociais, com a distribuição da arrecadação para as federações e a confederação;

710 Estimular os Sindicatos, Fetags e Contag a adquirirem equipamentos de informática para serem utilizados a serviço do MSTTR;

711 Garantir a formação dos conselheiros (as) fiscais no âmbito das federações e sindicatos;

712 Definir uma forma de percentuais de distribuição do Sistema de Repasse das mensalidades sociais (balcão e dos aposentados (as)) que possam efetivamente ser cumpridas por todos que fazem parte do nosso sistema (Contag, Fetags e Sindicatos). A Contag, as Federações e os Sindicatos terão o prazo de até 2 (dois) anos para implementarem o Novo Sistema de Repasse, contados a partir da sua aprovação no 10º CNTTR.

COMISSÃO TEMÁTICA 08

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

713 CONSTRUINDO A POLÍTICA

714 As relações internacionais do MSTTR têm importância estratégica para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil. Contribui para consolidar seu projeto político centrado na reestruturação sindical e na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário -PADRSS.

715 O MSTTR vem implementando as deliberações do 9º Congresso no sentido de fortalecer e expandir sua política de relações internacionais, e de acordo com as suas orientações estratégicas. Portanto, a construção da política de Relações Internacionais do Movimento sindical requer uma eficiente articulação da CONTAG, FETAGs e STTRs no cenário político nacional e internacional.

716 Na política externa, o MSTTR busca permanentemente a cooperação técnica, a parceria e a solidariedade, indispensáveis para consolidar sua política de Relações Internacionais. Neste processo, o fortalecimento do Coletivo Nacional de Relações Internacionais é estratégico enquanto instrumento para qualificar o debate interno e formatar a política do MSTTR. Para tanto há um esforço de articulação e integração de todas as frentes de luta e instâncias do MSTTR com significativo avanço da inserção das mulheres e da juventude rural na agenda internacional.

717 Para internalizar os temas pertinentes da política internacional, o MSTTR tem realizado diversos investimentos: na sensibilização e capacitação de suas lideranças e técnico; nas ações e relações que mantém externamente com governos, organismos multilaterais e organizações da sociedade civil; no debate sobre os acordos de comércio internacional e a integração regional na vida dos(as) trabalhadores(as) rurais; na publicação de materiais, organização e divulgação de documentos sobre os referidos temas; na promoção da participação de dirigentes sindicais e técnicos nos fóruns, conferências e seminários nacionais e internacionais, com a qualificação de sua incidência nos espaços de diálogo político de elaboração de políticas públicas.

718 Relações Internacionais do MSTTR

719 A cooperação, a parceria e a solidariedade são elementos necessários para o MSTTR consolidar sua política internacional e enfrentar os desafios no cenário mundial, sobretudo, no enfrentamento dos efeitos negativos do atual modelo agrícola e dos acordos de comércio no mundo globalizado.

720 Neste sentido, o MSTTR deu passos importantes ao fortalecer e ampliar suas relações com setores de governos e da sociedade civil. Promoveu e participou de várias reuniões, seminários e conferências internacionais em diversas partes do mundo (África, Ásia, Europa e Américas) em que temas pertinentes ao conjunto dos(as) trabalhadores(as) rurais foram debatidos. Sempre que foi possível, a exemplo dos Fóruns Social Mundial, apresentou e defendeu o PADRSS enquanto proposta-base para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Também participou e ajudou a organizar grandes mobilizações e manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, as negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC e o poder das transnacionais no comércio nacional e internacional.

721 Sem perder sua autonomia, o MSTTR vem fortalecendo relações com algumas organizações multilaterais das Nações Unidas (IICA, FAO, FIDA, OIT), que atuam em espaços institucionais

de diálogo político para o desenvolvimento rural e combate à pobreza. Neste sentido vem colaborando com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, nas conferências regionais e internacional, constituindo-se como referência para os assalariados rurais (Ponto Focal) na América Latina e Caribe, na elaboração de propostas de desenvolvimento sustentável, soberania e segurança alimentar.

722 Atualmente, o MSTTR está presente no Fórum Mundial de Campesinos, que se reúne em Roma, com o compromisso de apresentar propostas de políticas públicas ao Conselho de Governadores(formado por 165 países) do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura-FIDA. Com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, busca a elaboração de estudos técnicos e de propostas de políticas públicas de desenvolvimento rural. Nas conferências da Organização Internacional do Trabalho - OIT, vem contribuindo para a consolidação das leis e convenções internacionais para o trabalho assalariado rural e, sobretudo, nas ações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil. Manter relações institucionais com estas agências multilaterais é importante e estratégico para o MSTTR, o que exige uma atuação qualificada de seus dirigentes e assessores nas instâncias e espaços de diálogo criados por estas organizações.

723 Nos últimos anos, as Organizações Não Governamentais - ONGs passaram a assumir destacada participação nos espaços de diálogo e de articulação política para a cooperação técnica e financeira, tanto na sociedade brasileira, como na esfera mundial. O MSTTR fortaleceu e ampliou suas alianças estratégicas com as ONGs que têm compromisso e afinidade com o movimento sindical. Junto às ONG's atua com mais força e qualificação nas áreas da agricultura, meio ambiente, acesso a mercados, mercado justo e solidário, gênero, geração e em outros temas importantes para o desenvolvimento sustentável, tais como agrocombustíveis, soberania e segurança alimentar.

724 Cabe ressaltar a relação de parceria e cooperação estabelecida com a Oxfam e Actionaid na defesa da agricultura familiar e dos assalariados rurais nas negociações dos acordos de comércio internacional. Da mesma forma, merece destaque a parceria com a Fundação Francesa Charles Leopoldo Mayer e a Coalizão do Café da Holanda que entre outras organizações têm favorecido a participação do MSTTR em diversos espaços internacionais para divulgar e buscar apoio para a implementação do PADRSS.

725 No mundo sindical, o desafio do MSTTR é fortalecer e ampliar sua relação com organizações sindicais que tenham afinidade, sensibilidade e solidariedade com os problemas dos (as) trabalhadores (as) rurais. O amadurecimento das relações do MSTTR com outras organizações sindicais é estratégico e fundamental para afirmação da ação sindical e fortalecimento da sua proposta política.

726 Dentre as organizações com as quais o MSTTR mantém boa relação, pode-se destacar: a União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Tabacos e Afins - UITA, à qual a CONTAG é filiada; a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da África Subsaariana - ROPPA; as organizações da Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do MERCOSUL Ampliado - COPROFAM. Atualmente busca construir relações com a recém criada Central Sindical das Américas - CSA.

727 A filiação da CONTAG a UITA foi um passo importante para o MSTTR, pois ele é a referência da UITA no campo brasileiro. Atualmente a UITA desenvolve várias ações importantes para o fortalecimento da luta dos (as) trabalhadores (as) rurais ao divulgar as mobilizações e as conquistas do Grito da Terra Brasil e promover a Campanha Internacional de Combate a Violência no Campo no Brasil. Além disso, denuncia as ações exploratórias das grandes transnacionais que afetam as

condições de vida e trabalho dos (as) assalariados (as) rurais.

728 No MERCOSUL, o MSTTR vem fortalecendo suas relações com as organizações filiadas da COPROFAM, onde a CONTAG, atualmente, desempenha papel estratégico de articulação e coordenação política. A CONTAG mantém relação com a Secretaria de Relações Internacionais da CUT, que possibilita sua intervenção no Fórum Consultivo Econômico e Social - FCES do MERCOSUL. Neste espaço também são tratados temas relacionados com agricultura familiar e assalariados rurais. Vem também estreitando as relações com a Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP, principalmente com as organizações que fazem parte do Grupo Técnico que defende a agricultura familiar nos processos de negociação dos acordos de comércio internacional.

729 Comércio Internacional

730 A cada dia os governos se movem para ampliar ou conquistar novos mercados e comercializar seus produtos. Promovem Tratados de Livre Comércio - TLC com o propósito de desregular os mercados regionais entre países ou blocos de países. Da mesma forma, buscam liberalizar o comércio internacional com regras desenhadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC. Na maioria das vezes estas regras se traduzem em risco quando restringem o espaço para políticas públicas. Na recém fracassada Rodada de Doha da OMC estavam em jogo, por exemplo, o Plano Nacional da Reforma Agrária, o PRONAF e o PAA, o que comprova a interferência dos acordos de comércio internacional na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

731 Apesar do fracasso da Rodada, é preciso manter a vigilância, já que novos acordos de comércio podem colocar em risco as conquistas da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, afetando em maior ou menor intensidade a produção, o comércio e a segurança alimentar do país. O comércio internacional sempre representará riscos e oportunidades para o Brasil. O grande desafio para o MSTTR é acompanhar e entender o que está em jogo nos acordos de comércio internacional. É preciso identificar os possíveis impactos decorrentes destes acordos e apresentar propostas que protejam a produção e o trabalho do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros.

732 O MSTTR deve seguir atento e defendendo os interesses da categoria, apresentando propostas para a construção de regras justas e equilibradas para o comércio internacional, mediante a utilização de instrumentos capazes de disciplinar o comportamento predatório das grandes empresas transnacionais que atuam no comércio internacional. Deve defender o Tratamento Especial e Diferenciado para os países em desenvolvimento em todos os acordos de comércio internacional (multilateral ou bilateral), utilizando mecanismos de proteção da agricultura familiar por meio de Produtos Especiais e Mecanismos de Salvaguarda Especial, enquanto bases para a soberania e segurança alimentar.

733 Integração Regional

734 A integração regional é muito mais ampla e ultrapassa a questão comercial. Entretanto, o êxito da integração da América Latina e Caribe depende diretamente dos interesses e das metas comerciais que se estabelecem entre os países envolvidos, da mesma forma que o volume de comércio depende da amplitude em que se dá a integração regional. Nas negociações existem problemas e conflitos, por isso as crises na integração são recorrentes. Na maioria das vezes, estas crises são estimuladas por fenômenos da conjuntura global. A solução das mesmas depende da capacidade diplomática dos países envolvidos ao buscarem uma solução para os problemas, em cada momento das negociações.

735 Nos acordos de integração regional, a CONTAG defende a redução das assimetrias (diferentes níveis de desenvolvimento) existentes entre os países. Para tanto defende a adoção de ações e a implementação de programas amplos e eficientes, por parte dos países mais ricos em favor dos mais pobres, como forma de superar o subdesenvolvimento que afeta milhões de famílias e compromete a verdadeira e efetiva integração entre os povos da região.

736 Na América Latina e Caribe, o Brasil participa de várias iniciativas de integração regional. Entretanto, prioriza o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, a União das Nações Sul-Americana - UNASUL e a Associação Latinoamericana de Desenvolvimento e Intercambio - ALADI. Tendo como foco o MERCOSUL, as economias dos países envolvidos nesta integração passaram por muitas dificuldades e os países menores (como o Paraguai e Uruguai) experimentaram um sentimento de frustração, por não terem alcançado os benefícios da integração. O Brasil vem apostando fortemente no MERCOSUL, por considerar este um bloco mais sólido e estruturado. Além disso, ele é hoje um instrumento político fundamental dos países da Região frente a outros países e blocos econômicos, tanto para proteger suas economias (intra-bloco) como para aumentar o volume de comércio, gerando mais investimentos, emprego e renda.

737 A iniciativa do Governo Lula, com o lema “MERCOSUL somos nós” e com a criação do “Programa MERCOSUL Social e Participativo” possibilitou maior participação da sociedade civil organizada nas decisões do Bloco Regional. A adesão da Venezuela na condição de membro efetivo vem dar nova dinâmica ao Bloco.

738 A criação do Parlamento e as eleições diretas para os deputados do MERCOSUL em 2010 representam um passo importante para a democracia e uma oportunidade para o MSTTR eleger representantes comprometidos com o desenvolvimento rural.

739 Todas essas iniciativas e espaços simbolizam amadurecimento político das instituições que integram o bloco, fazendo com que as sociedades envolvidas se sintam parte deste projeto comum.

740 A criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar - REAF foi uma grande vitória para a agricultura familiar, campesina e indígena do MERCOSUL. Este espaço de diálogo político com os governos do MERCOSUL, defendido pelo MSTTR, se consolidou e se tornou uma referência regional e internacional. O MSTTR deve seguir fortalecendo a REAF, apresentando propostas de políticas públicas com a perspectiva de que estas sejam recomendadas pelo órgão superior do MERCOSUL e implementadas pelos Estados Parte.

741 O MSTTR é uma referência para as organizações sindicais e para os próprios governos dos países do Bloco, por ter um projeto político e uma história de luta e de conquistas de políticas públicas para o conjunto de homens, mulheres e jovens trabalhadores(as) rurais no Brasil. O PRONAF, o PNRA, o PAA, os Programas de Previdência Social, Saúde e Educação do Campo são exemplos que hoje motivam as organizações sindicais que participam da REAF-MERCOSUL a reforçarem suas lutas para conquistarem as políticas necessárias para atender as demandas da agricultura familiar, campesina e indígena. Neste contexto, o MSTTR com sua experiência deve ser mais do que uma referência e prestar solidariedade e cooperação técnica as organizações irmãs no MERCOSUL.

742 O MSTTR vem atuando nos espaços de diálogos da REAF (Seção Nacional e Regional e nos Grupos Temáticos, Nacional e Regional), com destacada e qualificada participação das Mulheres e Jovens, respectivamente, nos temas de Gênero e juventude rural, como também nos temas da Reforma Agrária, Facilitação de Comércio e outros. Nesses espaços têm focalizado a situação atual e dado maior visibilidade à inserção produtiva e lugar ocupado pelas mulheres jovens em cadeias produtivas na agricultura familiar e no comércio local, regional e internacional. Também têm

proposto a realização de intercâmbios bilaterais e regionais e ações voltadas para a construção e ampliação de políticas públicas para as mulheres e jovens rurais do MERCOSUL.

743 A inserção da Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiar do MERCOSUL Ampliado -COPROFAM nas negociações do MERCOSUL representou outro grande avanço nas relações entre os países do bloco. Também evidencia o grande esforço do MSTTR em coordenar, por intermédio da CONTAG, as metas e ações políticas desta organização na defesa dos agricultores familiares no âmbito do MERCOSUL e da América Latina.

744 O MSTTR tem o compromisso de seguir com a COPROFAM propondo políticas no âmbito da REAF-MERCOSUL ou em outras instâncias de diálogo, que agreguem as necessidades da agricultura familiar, contemplando as demandas das mulheres, da juventude e da terceira idade, respeitando, no seu contexto, a transversalidade ambiental e cultural. No âmbito da Coprofam, as mulheres, os jovens e as jovens rurais do MSTTR estão construindo uma articulação com as demais organizações sindicais visando a construção da política de gênero e juventude da Coprofam. Neste processo de troca de informações e intercâmbios de experiências, fortalecem e qualificam suas incidências nos espaços institucionais, ou não, de diálogos para construção de políticas públicas.

745 O MSTTR deve ampliar sua referência no âmbito internacional com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS capaz de superar a exclusão social e produtiva de milhões de famílias que vivem e trabalham no campo. Para tanto, deve ampliar e afirmar sua representatividade política, sua capacidade de proposição e mobilização social. Neste sentido, cabe a CONTAG aprofundar o debate interno, integrando todas as demandas do MSTTR por intermédio de suas secretarias e coletivos. Esta atuação deve estar associada ao diálogo no âmbito internacional de modo a propiciar o aperfeiçoamento do PADRSS enquanto proposta política que responda às necessidades do universo de agricultores familiares, camponeses, indígenas e assalariados rurais. Assim, podem-se realizar as dimensões da solidariedade e sustentabilidade preconizada pelo PADRSS, que passa pela integração dos povos.

746 O PADRSS, nessa perspectiva se fortalece como instrumento para a incidência qualificada do MSTTR nos espaços de diálogo de políticas internacionais capaz de superar as desigualdades econômicas e sociais, a degradação ambiental, o desrespeito aos direitos humanos e as subordinações de gênero, geração, raça e etnia. Também, ser capaz de aumentar sua capacidade de luta para enfrentar o atual modelo agrícola, os desafios e os impactos decorrentes dos acordos de comércio internacional e da integração regional.

747 Assim o PADRSS pode se consolidar como orientação segura para fortalecer em cada trabalhador e trabalhadora o sentimento de confiança e de transformação necessários a uma organização sólida e uma atuação efetiva.

748 Plano de Lutas

749 Fortalecer o Coletivo de Relações Internacionais com a efetiva participação e articulação das Federações e secretarias da CONTAG para construir proposições políticas sobre os temas da agenda internacional e qualificar a intervenção dos dirigentes, mulheres e jovens.

750 Ampliar a articulação política do MSTTR e fortalecer as relações com as organizações da COPROFAM para uma incidência qualificada no Fórum Mundial Camponês do FIDA - Roma, na Aliança Social Continental, no Fórum Consultivo, Econômico e Social, na REAF no MERCOSUL e em outras instâncias de diálogo político para construção de políticas públicas.

751 Mobilizar e denunciar todos os acordos de integração regional ou de comércio (bilateral

ou multilateral) que produzam impactos negativos e que afetem as condições de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais.

752 Propor regras justas e equilibradas nos processos de integração regional e nos acordos de comércio internacional, defendendo o tratamento especial, diferenciado e o direito dos países em desenvolvimento de protegerem suas agriculturas de base familiar.

753 Ampliar e fortalecer as relações internacionais do MSTTR com outras organizações da sociedade civil em busca da cooperação técnica, da parceria e da solidariedade internacional, defendendo o PADRSS nos espaços institucionais e da sociedade civil onde são formuladas políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

COMISSÃO TEMÁTICA 09

JUVENTUDE RURAL

754 PROTAGONISMO DA JUVENTUDE RURAL

755 Quem são os/as jovens rurais?

756 Segundo dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2006, os/as jovens com idade entre 15 e 24 anos representam aproximadamente 18% da população rural do Brasil. Mais que isso, a juventude rural representa a possibilidade de continuidade da agricultura familiar, alicerçada pelos princípios da sustentabilidade. Embora este segmento seja estratégico para a construção de novos padrões produtivos e sociais para o meio rural brasileiro, é ele que mais sofre com a ausência e políticas públicas no campo e com as condições desiguais no âmbito da inserção produtiva e política.

757 De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a evolução da população rural total entre 1996 e 2006 na faixa de idade entre 0 e 29 anos, diminuiu em termos absolutos, foram contabilizadas cerca de 3 milhões a menos de pessoas no campo. Enquanto isso a faixa de idade de 30 a 60 anos aumentou, embora em níveis modestos.

758 Quando analisamos o fluxo migratório de jovens rurais para as cidades a partir do enfoque de gênero, percebemos que são as jovens mulheres que mais saem do campo. Esse dado nos leva a crer, que as moças são altamente penalizadas por dupla discriminação, que se caracteriza pelo lugar de desvalorização do trabalho feminino e de invisibilidade da sua condição juvenil.

759 O que chama a atenção é que as pessoas que migraram para as cidades, especialmente as cidades de médio porte, assumem ocupações relacionadas às atividades agrícolas. Há ainda um número elevado de pessoas que mesmo tendo voltado a exercer atividades na área rural, permanecem residindo nas cidades devido às condições melhores de infra-estrutura e oferta de serviços, como: comércio, transporte, comunicação, saúde e educação. Outra característica migratória identificada é o deslocamento sazonal da população que sai a procura de emprego nos períodos de safra agrícola de outras regiões. Estes dados comprovam o argumento de que os/as jovens rurais migram não por um ideal de vida urbano, mas sim na tentativa de atender as suas necessidades básicas, uma vez que as políticas públicas ainda são precárias no campo.

760 É desse contexto que surge a categoria juventude rural, segmento que tem dificuldade de acesso à terra, possui restrito poder de decisão no contexto da unidade familiar, tem poucas oportunidades de estudo e de gerar renda. Soma-se a esses fatores o lugar de invisibilidade destinado aos jovens, entendido socialmente como seres “em formação”.

761 Para a juventude, definir entre ficar e sair do espaço rural, não passa exclusivamente pela construção de vínculos familiares/comunitários e de identidade com a terra, mas fundamenta-se pela possibilidade de permanecer sob condições de vida melhores, o que inclui perspectivas de geração de renda, de lazer, educação e saúde. Para tanto, o investimento na diversificação das atividades econômicas na área rural, sejam estas agrícolas ou não-agrícolas, apresenta-se como uma importante estratégia para construção de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural brasileiro. Nesta perspectiva, emerge a demanda por uma política de estado que fortaleça a agricultura familiar, em detrimento ao agronegócio.

762 Nesta conjuntura, torna-se desafiador definir a categoria juventude rural, devido as diferentes representações sociais assimiladas ao longo de gerações e a complexidade com que se

transforma as relações no campo. Contudo, o MSTTR optou por fazer um recorte etário, que se estende dos 16 aos 32 anos. Esta escolha não é aleatória, ela é justificada pelo aumento da expectativa de vida da população rural.

763 A definição da faixa etária juvenil, apresenta - se como recorte estratégico para a promoção de maior equidade na inserção social, política e econômica da juventude. Contudo, sabemos que esse debate se apóia na percepção das diversas formas de ser jovem, contextualizada a partir dos diferentes lugares sociais, culturais e econômicos que marcam a trajetória desse segmento de população.

764 Juventude rural e o contexto sindical

765 A juventude rural sempre esteve presente na trajetória de luta e organização do MSTTR, entretanto foi a partir dos Congressos 8º e 9º, que este segmento consolidou estruturas específicas no âmbito das instâncias sindicais, na perspectiva de romper com o cenário de desigualdades por que passa os/as jovens do campo.

766 Dentre os avanços percebidos no âmbito do MSTTR, podemos destacar a estruturação da Coordenação e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, das 24 Coordenações Estaduais de Jovens Rurais, das 20 Comissões Estaduais e várias Coordenações e Comissões municipais de jovens criadas pelos STTRs. A cota de no mínimo 20% de jovens nas direções sindicais desponta como outra importante vitória da juventude rural, pois tem gerado condições justas de participação juvenil, além de possibilitar a renovação de quadros e de práticas políticas no contexto da ação sindical. Isso representa um importante passo para a construção de um sindicalismo democrático e participativo, porém a meta da juventude do MSTTR é que estes compromissos sejam assumidos por todas as FETAGs e STTRs espalhados pelo Brasil.

767 Estas medidas têm conseguido tirar do lugar da invisibilidade os sujeitos jovens, na medida em que se discute e formula ações que venham superar a situação de vulnerabilidade por que passa a juventude rural, especialmente no contexto da inserção produtiva e social.

768 Um importante marco na trajetória de organização juvenil foi a realização do Festival Nacional da Juventude Rural em 2007, que mobilizou cerca de 5 mil jovens em Brasília. Esta ação de massa é resultante de um processo de debates estaduais em torno dos temas Esporte, Cultura e Educação do Campo. As discussões e todo o processo de negociação junto aos governos municipais, estaduais e federal, representam o anseio da juventude por melhores condições de vida no campo, que passa necessariamente pela garantia de direitos e pelo acesso a políticas públicas coerentes com a realidade das populações do campo. Tendo em vista o grande impacto desta ação para a organização e incidência da juventude rural na esfera das políticas públicas, queremos que o Festival Nacional seja incorporado à agenda do MSTTR, como ação estratégica para o conjunto da classe trabalhadora rural.

769 O Programa Jovem Saber é outra iniciativa da Coordenação da Comissão Nacional de Jovens Rurais da CONTAG, que acontece nos 27 estados brasileiros a partir da parceria com a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O Programa busca a partir de um processo de educação a distância, que incorpora em sua metodologia atividades presenciais voltadas para jovens rurais na faixa etária de 16 a 32 anos, valorizar a experiência e o conhecimento do mundo dos/as jovens rurais, na perspectiva de engajá-los politicamente na sociedade e em particular na ação sindical. A proposta passa por despertar uma consciência crítica e transformadora, que se viabiliza através de um processo de ensino-aprendizagem comprometido com uma leitura de mundo contextualizado.

770 Com o objetivo de colocar a disposição dos grupos de estudos instrumentos didáticos diferenciados e de garantir uma comunicação mais eficiente, o Programa Jovem Saber passou por um processo de informatização no ano de 2008. Para participar do Programa, diante desta inovação, é preciso inscrever um grupo (de no mínimo 5 e no máximo 10 jovens) pela página www.contag.org.br/jovemsaber, depois de inscrito o grupo recebe da CONTAG um login e uma senha, são esses dados que garantirão o acesso, pela internet, às cartilhas e ao manual de orientações. Toda a capacitação é dividida em 06 módulos e os grupos de estudo só passam de um módulo para outro mediante o estudo de uma cartilha e da realização de uma tarefa.

771 Dentre as atividades presenciais desenvolvidas a partir do Programa Jovem Saber, pode-se destacar: as 14 oficinas estaduais realizadas em 2005, que envolveram mais e mil jovens, na perspectiva de aprofundar os temas abordados nas cartilhas, avaliar e sugerir mudanças no programa; e os 15 Festivais Estaduais do Jovem Saber, que reuniu em 2006 aproximadamente 1.500 jovens rurais, para debaterem temas como esporte, cultura e educação do campo.

772 Em seus 04 anos de existência o Programa Jovem Saber vem construindo uma grande rede de jovens rurais que hoje possui 27.000 integrantes em 820 sindicatos/municípios de todos os estados brasileiros, esses números mostram como esta ação vem estreitando a relação da CONTAG e das FETAGs com a base. Através da juventude rural, o debate sobre o PADRSS vem ganhando mais força nas comunidades rurais e qualificando a intervenção da juventude nos espaços políticos dos STTRs, Conselhos, Associações e Unidades familiares.

773 Para além dos espaços internos do MSTTR, a Coordenação da Comissão Nacional de Jovens da CONTAG tem integrado instâncias nacionais e internacionais de debate sobre juventude. Nesse sentido, merece destaque a participação no Conselho Nacional de Juventude, no Grupo de Trabalho de Jovens Rurais da REAF (Reunião Especializada da Agricultura Familiar), nas ações protagonizadas pela juventude da COPROFAM (Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado) e no Coletivo Nacional de Jovens da CUT. Vale reforçar ainda que as ações de massa desenvolvidas nos níveis nacional e estadual, a exemplo da Marcha das Margaridas, do Grito da Terra Brasil e dos Festivais Estaduais e Nacional da Juventude Rural, despontam como espaços estratégicos de afirmação e negociação de políticas públicas específicas para o segmento juvenil.

774 Juventude rural e políticas públicas

775 O cenário das políticas públicas de juventude assume contornos precisos a partir de 2005, quando foram constituídos no âmbito do governo federal, espaços de gestão e consulta voltados ao segmento juvenil, a exemplo da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional da Juventude (do qual a CONTAG faz parte). Antes mesmo da constituição dessas estruturas, a juventude rural já havia protagonizado lutas em favor de políticas públicas específicas, tendo como resultado a criação das linhas de crédito do Pronaf-jovem e do “Nossa Primeira Terra”- Crédito Fundiário no ano 2004.

776 Embora sejam identificados avanços representativos, essas ações ainda não respondem as múltiplas demandas da juventude rural, que vão desde as necessidades produtivas (acesso à terra e condições dignas de trabalho) até de acesso aos direitos sociais, como educação, esporte, cultura e saúde.

777 Sabe-se que os números de acesso ao Pronaf-jovem vem crescendo ano após ano, entretanto seus critérios e burocracia impedem a aquisição do crédito por parte de muitos jovens rurais. Grande parte deste problema reside na visão restrita dos agentes financeiros, que reconhecem no jovem um cliente de alto risco. Outro aspecto que inviabiliza o acesso por parte da juventude

interessada refere-se aos critérios extremamente rígidos, a exemplo da documentação e das 100 horas/aula de qualificação exigida.

778 Com relação ao Crédito Fundiário, podemos admitir uma intensa inserção da juventude rural, não só na linha específica (Nossa Primeira Terra), mas nas diferentes modalidades de acesso. Embora a juventude esteja se beneficiando dessa política fundiária, os seus assentamentos ainda vivenciam dificuldades em se tratando de assistência técnica. Além disso, são recorrentes as demandas por formação nas áreas de gestão de assentamento e organização produtiva.

779 A CONTAG juntamente com 19 FETAGs, realizou duas edições do “Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros”, a primeira delas no ano de 2006 e a segunda em 2007, beneficiando dessa forma mais de 4 mil jovens rurais com idade entre 16 e 24 anos. O Consórcio é uma política pública financiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem por objetivo garantir melhores condições de trabalho e renda para juventude através de um processo de formação política e profissional. Embora em seu nascedouro o Programa Consórcio da Juventude tenha sido idealizado para beneficiar exclusivamente os jovens das regiões metropolitanas, o MSTTR aceitou o desafio de reconstruir o programa de forma a atender aos anseios da juventude do campo. Nesse sentido, podemos afirmar que o Consórcio Rita Quadros possibilitou uma maior participação dos/as jovens na vida da sua comunidade e nas decisões da unidade familiar, promoveu a geração de renda, estimulou organização juvenil através da criação de Cooperativas e Associações e principalmente tornou-se porta de acesso à universidade e as políticas de crédito.

780 No ano de 2007, o governo federal lançou as 4 modalidades do Projovem, na perspectiva de construir uma política de juventude integrada, que atendesse as diferentes demandas juvenis. Nesse sentido, as ações do Consórcio Social da Juventude e do Saberes da Terra, passam a se denominar Projovem Trabalhador e Projovem Campo, respectivamente. Além dessas duas modalidades existem também o Projovem Adolescente e Projovem Urbano. Embora essas ações se apoiem na formação profissional e na elevação da escolaridade, como mecanismos de enfrentamento das dificuldades de inserção produtiva da juventude, elas apresentam interfaces com políticas de estado, voltadas a ampliação de postos de trabalho.

781 Com o Projovem Campo, o governo vislumbra beneficiar milhares de jovens rurais. Diante do montante de recursos disponibilizados para atender as metas do Projovem, espera-se uma ampla adesão por parte dos governos municipais e estaduais. Este fato coloca para o MSTTR um grande desafio: exercer maior controle social sobre as experiências desenvolvidas por estados e municípios, na intenção de exigir o uso transparente dos recursos destinados ao Programa e a inclusão de jovens rurais que estiverem em situação de vulnerabilidade.

782 Entendemos ainda que o Projovem, não responde a demanda urgente da juventude rural por melhores condições de ensino e infra-estrutura nas escolas do campo, bem como ao direito a uma educação contextualizada, em seus diferentes níveis. Contudo, não queremos negar a importância de políticas voltadas à formação profissional e elevação da escolaridade, mas sim afirmar a permanente defesa do MSTTR pela educação do campo, como mecanismo estratégico para a mudança das relações de desigualdade existentes no meio rural brasileiro.

783 Plano de Lutas

784 Realizar no ano de 2010 o “2º Festival Nacional da Juventude Rural”.

785 Criar grupos de estudo do jovem saber nas Escolas Públicas rurais, visando atingir 100.000 jovens e difundir o PADRSS.

- 786** Reivindicar junto ao governo federal o financiamento de computadores a baixo custo para os (as) jovens participantes do programa jovem saber.
- 787** Criar “**Sala do Jovem Saber**” com computador conectados a internet em 1000 sindicatos que possuam grupos de estudo do programa.
- 788** Construir um “**Programa Nacional de Fomento ao Empreendedorismo de Jovens Rurais**” visando a formação profissional, no âmbito da gestão e organização produtiva, e acesso ao crédito (recurso financeiro a fundo perdido), para desenvolver seu empreendimento individual ou coletivo, em atividades agrícolas e não agrícolas.
- 789** O Projovem Trabalhador deverá apontar metas concretas para o acesso dos(as) jovens rurais. Para tanto, o governo federal deve debater com os movimentos sociais as formas de execução desta política, no intuito de garantir que suas ações sejam coerentes com a realidade e demandas da juventude do campo.
- 790** Realizar uma pesquisa nacional sobre “Juventude e Sucessão Rural: Causas e Conseqüências”, visando obter um perfil nacional sobre o processo migratório da juventude rural e identificar políticas que possam melhorar a qualidade de vida desses jovens.
- 791** Promover uma Campanha Nacional para garantir a constituição das Coordenações e Comissões de Jovens e o cumprimento da cota de no mínimo 20% de jovens nas direções dos Sindicatos que ainda não as tenham.
- 792** Assegurar melhores condições de funcionamento às Coordenações e Comissões de Jovens Rurais, nas FETAGs e STTRs, através da disponibilização de recursos financeiros, físicos e humanos (assessoria), bem como a partir da remuneração/liberação de seus (suas) Coordenadores(as).

COMISSÃO TEMÁTICA 10

ORGANIZACAO E LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

793 As mulheres trabalhadoras rurais vêm construindo uma longa trajetória de resistência e lutas que remontam o Brasil Colônia e passam por Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas, para citar alguns, fortalecendo as lutas gerais da classe trabalhadora. Entretanto, é no MSTTR, a partir da década de 80, que as mulheres conquistam visibilidade ao construírem articulações e organização próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e desigualdades, para a afirmação de sua identidade de trabalhadora rural, para os direitos sociais e pleno exercício de sua cidadania. A partir de então, as trabalhadoras rurais do MSTTR abraçam o desafio de articular sua agenda específica com as lutas gerais, a exemplo da luta pela reforma agrária e a luta pelo acesso das mulheres a propriedade da terra.

794 Vários temas ganharam força política e caráter permanente na agenda sindical das trabalhadoras rurais como o combate a todas as formas de violência contra as mulheres e a participação em todas as instâncias do MSTTR com a garantia do cumprimento da cota de no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção. O ideal de paridade na participação de mulheres e homens nas instâncias do MSTTR, em todos os espaços e atividades, persiste como meta essencial para a construção da igualdade e do desenvolvimento verdadeiramente sustentável e solidário. Assim, o entendimento é de que a cota é o mínimo e a igualdade é o máximo que precisa ser alcançado.

795 A concepção do PADRSS em meados dos anos 90 marca o início de um novo período na vida política sindical das mulheres ao expressar o compromisso do MSTTR com a transformação das relações sociais de opressão e desigualdade de gênero, e, sobretudo, das estruturas patriarcais que as sustentam. A adoção da categoria de gênero possibilitou a compreensão das desigualdades vividas pelas mulheres no interior do MSTTR e na sociedade, bem como a identificação de outras formas de opressão articuladas às desigualdades de gênero, como as de raça, etnia e geração. Disso resultou o fortalecimento dos novos atores políticos do MSTTR, as mulheres, a juventude, homens e mulheres da terceira idade, em toda a sua diversidade, refletida nas formas organizativas, nas atividades de formação, nas mobilizações e ações de massa.

796 As mulheres trabalhadoras rurais tiveram destacado protagonismo na construção do PADRSS e seguem com toda a garra e persistência demonstrando que as transformações almejadas se constroem em processos que requerem articulações, parcerias, e amplas e qualificadas interlocuções com diferentes esferas da sociedade civil e do Estado.

797 Em sua trajetória sindical as mulheres trabalhadoras ampliaram e fortaleceram as estratégias e formas organizativas e transformaram o perfil do sindicalismo rural. Brasileiro. As Comissões de Mulheres na Contag, Fetag's e STTR's constituem-se em espaços fundamentais para o debate de questões específicas das mulheres e o planejamento estratégico de suas ações, e enquanto tal, devem ser permanentemente qualificadas e fortalecidas.

798 Outra forma de articulação sindical das mulheres trabalhadoras rurais, de grande importância, é a Plenária Nacional realizada a cada 04 anos. Seu objetivo principal é debater e avaliar a política sindical e as políticas públicas para as mulheres do MSTTR, propor diretrizes e qualificar a intervenção das trabalhadoras rurais no processo de preparação e realização dos Congressos da categoria.

799 A Marcha das Margaridas realizada a partir de 2000 é um exemplo da capacidade políti-

ca, articulatória, de organização, mobilização, interlocução e construção de políticas públicas das mulheres do campo e da floresta. Reconhecida como um importante marco da trajetória sindical e feminista, por traduzir o crescente amadurecimento político das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, a Marcha das Margaridas, em 2007, acumulou o desafio de atualizar e qualificar sua pauta política e se consolidou como agenda permanente do MSTTR.

800 A crescente participação da juventude e dos homens na Marcha das Margaridas revela a capacidade de ampliar a mobilização e o debate sobre as desigualdades de gênero e as possibilidades concretas de avançar no combate à fome, a pobreza e a violência sexista e na construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

801 O desafio de construir pautas para o executivo e legislativo e uma carta à sociedade, como expressão das reivindicações do conjunto das organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2007 foi abraçado com a vontade política de transformar a realidade social e econômica das trabalhadoras do campo e da floresta. O resultado desse processo de interlocução e construção parceira está bem expresso no temário político da Marcha, que articula bandeiras históricas, como a reforma agrária, a questões do contexto atual: Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Trabalho, Renda e Economia Solidária; Garantia de Emprego e melhores condições de vida e trabalho das assalariadas; Política de Valorização do Salário Mínimo; Previdência Social Pública e Solidária; Saúde Pública e defesa do SUS; Educação do Campo Não Sexista; Combate a Violência contra as Mulheres.

802 A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais demonstrou seu crescimento político nos debates e elaboração dos documentos políticos da Marcha, dentre eles a Pauta Interna dirigida ao MSTTR. Divulgada e entregue aos dirigentes sindicais em reunião do Conselho de Representantes da CONTAG, a Pauta Interna da Marcha das Margaridas, dentre outros pontos, reitera a necessidade do cumprimento da cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTTR. Outro ponto em destaque na referida pauta diz respeito ao compromisso que o MSTTR deve efetivamente assumir no combate aos atos de violência cometidos contra as mulheres e que ainda são realidade nas relações no interior do MSTTR.

803 Nos debates sobre participação política das mulheres a Comissão Nacional encaminhou a realização das ações do 8 de Março com o tema Mulher, Participação, Poder e Democracia, que resultou na Campanha Nacional, em processo de implementação. O entendimento é de que um país sem fome, sem pobreza, sem violência e verdadeiramente democrático só é possível se as mulheres trabalhadoras rurais estiverem fortalecidas em sua autonomia e participação política. Para isso se faz necessário que as mulheres ocupem efetivamente os espaços de poder e representação política, nos âmbitos municipal, estadual e federal, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades de gênero.

804 No mês de agosto de 2008 as mulheres do campo e da floresta retornaram à cena pública com a Jornada das Margaridas, articulando as dimensões simbólica e política, ao marcar os 25 anos do assassinato de Margarida Alves, e cumprir uma vasta agenda que incluiu o monitoramento e atualização de itens prioritários da pauta da Marcha 2007. Persistentes, revelaram o caráter permanente e processual das lutas das trabalhadoras e retomaram a interlocução organizada com diferentes esferas do Governo e do Legislativo.

805 Outro campo de ação sindical das mulheres do MSTTR que requereu da Comissão Nacional um grande empenho na formulação de proposições e diálogo com diferentes organizações de mulheres e com o governo, se refere à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada nos dias que antecederam a Marcha das Margaridas. Dessa conferência resultou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As dirigentes da Comissão Nacional de Mulheres

Trabalhadoras Rurais abraçaram o desafio de participar de todo o processo de construção da Conferência nos municípios e estados, simultaneamente à mobilização e construção da Marcha das Margaridas. Isso só foi possível com a capacidade política das mulheres trabalhadoras rurais em todo o país de construir ações estratégicas e parcerias.

806 As ações voltadas para a construção de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais implicam na implementação de projetos e na participação em diversos espaços de interlocução com o governo, como GT's – grupos de trabalho, comissões e comitês gestores.

807 Em relação aos projetos implementados pela CNMTR destacam-se aqueles voltados para a área produtiva e autonomia econômica das mulheres, para o combate à violência e prevenção do câncer de mama e colo do útero e o Projeto Saúde e Gênero. Esses projetos se constituem em referência importante para a formulação de políticas adequadas à realidade das trabalhadoras rurais.

808 O Projeto “Saúde e Gênero no Campo”, desenvolvido pela CONTAG e FETAGs em 16 estados e no DF, num total de 127 municípios vem proporcionando mudanças expressivas no MSTTR. O resultado desse esforço coletivo tem sido o fortalecimento da mobilização e do controle social e a recente aprovação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta – PNSIPCF pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde. O projeto também vem contribuindo para o debate e o enfrentamento dos conflitos existentes nas relações sociais de gênero, geração, raça e etnia; para ampliar a compreensão e exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, em especial a descriminalização do aborto, a livre expressão da orientação sexual e outros, como também para ampliar o debate e as estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e na floresta.

809 A participação em espaços de concepção e gestão de programas e políticas requer a intervenção qualificada das trabalhadoras rurais e se constitui em grande desafio para uma atualização permanente sobre as políticas públicas. Para isso é necessária a construção de interfaces com as demais secretarias do MSTTR e a interlocução qualificada com outros movimentos e gestores públicos. Nesse contexto destacam-se a participação das mulheres no Condraf, no Comitê de Ater, no Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, Comitê Gestor do Programa Nacional de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; no GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia; no Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

810 É importante registrar a incidência da CNMTR em espaços internacionais, dentre os quais a REAF – Reunião Especializada da Agricultura Familiar. No âmbito da REAF, as mulheres têm atuado de forma determinante nas sessões nacionais, como nos GT's de Gênero, Reforma Agrária e de Comércio. Com essa atuação têm contribuído efetivamente na composição e desenvolvimento da agenda política que integra, dentre outros: a identificação e análise sobre a situação atual, legislação e políticas de acesso à terra pelas mulheres; a produção de estatísticas que dêem visibilidade à inserção produtiva e lugar ocupado pelas mulheres em cadeias produtivas, na agricultura familiar e no comércio; a proposição de intercâmbios bilaterais e regionais e ações voltadas para a construção e ampliação de políticas públicas para as mulheres rurais.

811 O Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado em 2007, é resultado das negociações da Marcha das Margaridas. Dele participam as organizações parceiras da Marcha e outros movimentos de mulheres rurais com o esforço de fazer chegar ao campo e à floresta políticas que realmente combatam todas as formas de violência contra as mulheres.

812 Como resultado, também, das negociações da Marcha das Margaridas, a CNMTR assu-

miu representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

813 Segue, entretanto, como grande desafio para a CNMTR o trabalho político organizativo com as mulheres assalariadas rurais. Estas sofrem com a dupla jornada de trabalho, e diversas formas de discriminação e violência aprofundadas por seu baixo nível organizativo. Trata-se de dar visibilidade às condições das assalariadas e traçar com elas uma estratégia organizativa para que possam efetivamente conquistar vida digna, cidadania, políticas públicas e o cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais.

814 Outro segmento que requer atenção especial é o das mulheres acampadas, que na luta pela reforma agrária vivem com seus filhos situação de vulnerabilidade social, desprovidas que são de recursos e das condições para o atendimento das suas necessidades pessoais e sociais.

815 Com todos os avanços realizados na organização e luta das trabalhadoras rurais, ainda são muitos os desafios que devem ser enfrentados para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário com igualdade para as mulheres e sem discriminações de gênero.

816 Plano de Lutas

817 Construir interfaces com as Secretarias (Agrária, Meio Ambiente, Agrícola, Assalariados, Políticas Sociais, Juventude, Formação e Organização Sindical e Políticas Internacionais) para o enfoque de gênero e construção de projetos e políticas que atendam a realidade das mulheres trabalhadoras rurais.

818 Implementar a política transversal de gênero, geração, raça e etnia do MSTTR.

819 Fortalecer e qualificar as Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais nos STTR's, FETAG's e Contag.

820 Garantir e monitorar do cumprimento da cota de no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção em todas as instancias do MSTTR.

821 Monitorar o cumprimento da pauta interna da Marcha das Margaridas 2007, com estratégias de interlocução e construção de interfaces com as secretarias específicas.

822 Fortalecer a participação das mulheres nas ações de massa no MSTTR (8 de Março, Grito da Terra, Marcha das Margaridas e outros).

823 Desenvolver na ENFOC temáticas relacionadas às mulheres e as relações de gênero articuladas à ação sindical e ao PADRSS.

824 Apoiar a inserção e protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais nos territórios rurais com estratégias e ações que viabilizem e qualifiquem sua participação nos colegiados territoriais e outros espaços de proposição e gestão de políticas.

825 Atualizar a Campanha Mulher, Participação, Poder e Democracia, de acordo com o contexto sócio político local, estadual e nacional.

826 Estimular o lançamento de candidaturas de mulheres trabalhadoras rurais aos cargos eletivos em níveis municipal, estadual e federal.

827 Ampliar o acesso das Mulheres às Políticas de Saúde e Educação do Campo.

828 Implementar ações para a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres e todas as formas de discriminação no MSTTR e na sociedade em geral.

829 Fortalecer a inserção das mulheres no processo produtivo por meio do fomento aos grupos produtivos, à organização da produção e qualificação para o acesso às políticas de apoio à produção e comercialização.

830 Adotar estratégias para a atuação qualificada das mulheres nos diversos espaços de debate, monitoramento, concepção e gestão de projetos, programas e políticas públicas.

831 Fortalecer a política de parcerias no âmbito nacional e internacional.

COMISSÃO TEMÁTICA 11

PESSOAS DA TERCEIRA IDADE E IDOSAS RURAIS

832 Atualmente, não se pode mais dizer que o Brasil seja um país jovem já que população com idade acima de 60 anos é a que mais cresce em termos proporcionais. Segundo os indicadores sociais apresentados pelo IBGE, em 2007, já havia no país cerca de 19 milhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo que as projeções para o ano de 2025 apontam aproximadamente 32 milhões de brasileiros e brasileiras com essa mesma faixa etária ou mais. Os idosos representam perto de um quinto da população brasileira (19%). Como nos outros países, no Brasil também eles protagonizam uma reviravolta nas áreas demográfica, política, social e econômica.

833 Essa transição demográfica vem ocorrendo de maneira diferente da que aconteceu nos países desenvolvidos cujo processo de envelhecimento se deu de modo lento e com a grande maioria da população da terceira idade nos centros urbanos. No Brasil, ao contrário, um contingente significativo das pessoas da terceira idade e idoso está vivendo na área rural, sendo que essa transição demográfica vem ocorrendo de forma muito rápida. Estas projeções trazem para o centro do debate no MSTTR a preocupação do envelhecimento do campo e os impactos da sucessão rural, já que as estatísticas mostram um significativo êxodo da juventude do meio rural.

834 Nesse sentido o processo de envelhecimento pelo qual vem passando a população brasileira, sobretudo a rural, demanda um olhar atento às peculiaridades desse segmento etário, por parte do poder público, da família, da sociedade e do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, pois é necessário adotar diversas estratégias, ações, proposições e implementação de serviços e políticas públicas que respondam às necessidades de atenção, proteção e defesa dos direitos dessas pessoas.

835 No campo legislativo, como resultado das lutas promovidas ao longo dos anos conquistou-se uma ampla proteção, na qual podemos destacar a lei nº. 8.842, de 4 de Janeiro de 1994, que traz a Política Nacional do Idoso e a Lei nº. 10.741 que efetivou o Estatuto do Idoso, transformação em lei que significa dignidade, respeito à vida e a cidadania um importante passo na construção de uma sociedade justa e igualitária.

836 Em quatro anos de vigência, o Estatuto do Idoso trouxe melhoras significativas, depois de aprovado e sancionado em 2003, o artigo 15º que trata da Saúde foi regulamentado pelo Ministério da Saúde com a Política Nacional de Saúde das Pessoas Idosa através da Portaria 2.528 e o Art. 40º foi regulamentado com a concessão do Direito ao Transporte Interestadual através de resolução nº. 1692 da Agência Nacional de Transporte terrestre, no entanto devido à contestação desse direito na justiça, faz se necessário imprimir maior pressão da sociedade civil para que o Superior Tribunal Federal proceda ao julgamento do mérito da questão.

837 No âmbito municipal a Constituição Federal garante o direito de acesso ao transporte público municipal para as pessoas acima de 65 anos, e o Estatuto do idoso prevê que a contemplação das pessoas entre os 60 anos até 65 anos necessita de legislação municipal específica, no entanto o transporte público do rural para o urbano não vem tendo esta garantia também há a necessidade da legislação municipal específica, e poucos municípios tem a avançado nesta perspectiva, com relação ao transporte intermunicipal alguns Estados já operam com leis Estaduais que garante o acesso, seguindo o que determina o Estatuto do Idoso.

838 Este pouco avanço na regulamentação dos direitos garantidos no estatuto do idoso advém pelo fato do mesmo ainda ser um documento pouco conhecido pelos gestores públicos, pelas

peças da terceira idade e pela sociedade em geral, no entanto é preciso que, o que está escrito torne-se realidade, com a efetivação das políticas que viabilizem o que foi determinado pelo Estatuto.

839 No campo da Seguridade social, ressalta-se que em 2008, a Previdência Social comemorou 85 anos, e vem se destacando como um importante instrumento de distribuição de renda em nosso País. O cadastramento realizado recentemente pelo Ministério da Previdência identificou 25 milhões de aposentados e pensionistas no país sendo que o Nordeste é a região com maior proporção de aposentados, 72,2%, dos diversos benefícios previdenciários a que os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm acesso, a aposentadoria por idade constitui-se como a principal renda, especialmente para as pessoas idosas, já que segundo o IBGE, esse tipo de benefício corresponde a 54% do total de renda das pessoas consideradas chefes de família onde 65,3% dos idosos são considerados chefes do domicílio familiar.

840 A aposentadoria deixou de ser um momento de descanso e recolhimento, pois as pessoas idosas que possuem apenas a aposentadoria no valor de um salário mínimo, como renda principal, vivem em dificuldades econômicas, traduzindo uma mudança profunda no contexto sócio econômico do país, especificamente na área rural os Trabalhadores e Trabalhadoras rurais ao se aposentar, continuam trabalhando na agricultura familiar, participando ativamente do processo de desenvolvimento do país.

841 As políticas públicas assistenciais tem sido fundamentais para garantir a inclusão sócio-econômica das pessoas idosas desprovidas do mínimo necessário para a sobrevivência. Atualmente, a Política de assistência social, voltado para as pessoas idosas se resume na implantação de ILPI – Instituições de Longa Permanência, no Benefício de Prestação Continuada - BPC estabelecido no art. 20 da LOAS e nos centros de referência da assistência social.

842 É preciso salientar que as pessoas idosas da área rural não estão contempladas com as mesmas, pois as realidades são diferentes. O grande desafio vem no sentido de que o governo implemente Programas que atendam diretamente as pessoas da terceira idade e idosas que moram no meio rural, efetivando políticas de atenção integral, promovendo a integração dessas pessoas num quadro amplo das políticas sociais.

843 Um grande avanço trazido pelo Governo Lula foi o Programa de Crédito Consignado autorizado pela lei 10.820, em 17 de dezembro de 2003, autorizando operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas, onde de 2004 a Dezembro de 2007 foram mais de 30.645 bilhões de reais em empréstimos para aposentados e pensionistas em 23,635 milhões de operações de empréstimos. Conclui-se que dos 19 milhões de aposentados e pensionistas aptos para acessar o empréstimo consignado, 50% já o acessaram e estão devendo suas respectivas parcelas.

844 No entanto o volume de denúncias de irregularidades e assédios aos idosos feito por representantes de financeiras, além da obtenção exorbitante de lucros destas instituições que operam o crédito consignado, tem feito com que um benefício se torne um pesadelo para aposentados e pensionistas, suas famílias e as instituições que os representam.

845 Neste período houve um aumento no número de pessoas idosas inadimplentes no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, cujo percentual em 2004 era de 2,89% e em 2007 esse percentual subiu para 3,32%. Não obstante a isso os aposentados e pensionistas passaram a ser vítimas de fraudes e golpes envolvendo os empréstimos, que em muitas vezes são desnecessários, só as reclamações de empréstimos efetuados nos benefícios sem o conhecimento e autorização do aposentado e pensionista já responde a 16,8% das reclamações registradas na Ouvidoria do Ministério da Previdência, sabemos que o número de vítimas destas fraudes e golpes são muito maior, pois muitos casos foram registrados no campo judiciário onde as maiores vítimas são pes-

soas com baixa escolaridade e vulneráveis.

846 A atuação do MSTTR tem sido fundamental para combater tais irregularidades orientando e denunciando os casos identificados. Como parte desta estratégia a CONTAG, as FETAGs e STTRs vem desenvolvendo a Campanha “ Dinheiro Fácil !!! CUIDADO “ com o objetivo de esclarecer e orientar os trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre os empréstimos consignados entre as estratégias adotadas vale também salientar as negociações do Grito da Terra Brasil 2008 cujas negociações foram incorporadas na Instrução Normativa 28 do INSS que promove mudanças fundamentais nas regras do programa bem como traz novos mecanismos para coibir as fraudes das Financeiras.

847 O Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde da pessoa idosa em 2006 garantindo atenção a saúde da pessoa idosa, enfatizando o envelhecimento familiar, saudável e ativo, fortalecendo o protagonismo das pessoas idosas no Brasil, com a efetivação da distribuição de medicamentos considerados essenciais e a implantação da internação domiciliar entre outras ações.

848 No entanto é um grande desafio garantir a efetivação destas conquistas no âmbito local, especialmente que cheguem aos idosos do meio rural.

849 E para as pessoas idosas, a moradia e o ambiente são particularmente importantes devido a fatores como a acessibilidade e a segurança, é fato reconhecido que uma moradia saudável pode trazer benefícios para a saúde e o bem estar, portanto é preciso que as políticas e programas de habitação possam contemplar o acesso para as pessoas idosas.

850 A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 2006, foi um marco na historia da organização das pessoas idosas no Brasil. Com a participação de mais de 700 pessoas, o resultado da conferência demonstrou o compromisso político do governo brasileiro e das organizações que representam as pessoas idosas bem como dos Conselhos de direitos de idosos, de implementar e estruturar uma Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Estes compromissos serão ampliados e reafirmados na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em Outubro de 2008.

851 O Conselho Nacional do Idoso - CNDI tem se configurado enquanto um espaço importante de garantia dos Direitos das pessoas idosas possui caráter deliberativo, congrega instituições governamentais, organizações de trabalhadores, organizações de empregadores, organizações de aposentados entre outras, a CONTAG é a única organização de trabalhadores e Trabalhadoras rurais, há possuir assento, sua participação vem contribuindo para que as pessoas idosas da área rural saiam da invisibilidade no contexto das políticas públicas e se constitua enquanto agente em desenvolvimento, o grande desafio posto ao MSTTR é garantir a representação das pessoas idosas da área rural nos Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso.

852 Diante desse contexto, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR vem trabalhando um processo de organização e participação interna do segmento da terceira idade e pessoas idosas em suas instancias deliberativas. Isso porque, tem se reconhecido que quando as pessoas da terceira idade e idosas se aposentam, elas não deixam de pertencer à categoria. Ao contrário, elas adquirem status relevante para o Movimento Sindical e têm dado um exemplo de responsabilidade e de comprometimento com a luta do MSTTR para que haja melhores condições de vida para todos no campo. É importante destacar a contribuição que as pessoas da terceira idade e idosas vêm dando para o fortalecimento e crescimento do MSTTR, quer seja pela contribuição financeira e social, quer seja por suas experiências de vida que ao longo dos anos vem sendo colocadas à disposição do Movimento sindical.

853 No que tange à organização interna, o fortalecimento e a participação da Terceira idade e pessoas idosas no âmbito do MSTTR vem se dando de forma mais intensa após as deliberações do 9º CNTTR que estabeleceu a idade de 50 anos como faixa etária desse segmento para participar das instâncias deliberativas do MSTTR. O 9º CNTTR também deliberou pela criação, na direção da CONTAG, do cargo de Coordenador(a) da Comissão Nacional da Terceira Idade e pessoas Idosas que terá o seu representante eleito(a) no 10º CNTTR.

854 Desde então, as políticas da terceira idade e pessoas idosas, no âmbito da CONTAG, vem sendo trabalhadas por uma Coordenação Nacional provisória formada pela Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Finanças e Administração e pela Comissão Nacional de Mulheres, que dentre as várias ações desenvolvidas, teve a incumbência de constituir o Coletivo Nacional da Terceira Idade e pessoas idosas que conta com a participação de representantes das 27 Federações que compõe o Sistema CONTAG.

855 Já em nível estadual as ações vem se dando através da criação de Coletivos, Comissões e coordenações Estaduais da Terceira Idade e idosos, onde 20 Federações já efetivaram esta representatividade e fizeram parte do processo de capacitação envolvendo 735 lideranças sindicais, responsáveis pelo processo organizativo da terceira idade nos estados e municípios e por traçar um plano estratégico de atuação ao nível local.

856 Esse processo organizativo precisa avançar e se consolidar mediante ações efetivas dos Sindicatos, das Federações e da CONTAG que precisam atuar de forma articulada para que direitos fundamentais demandados por essas pessoas na área rural sejam efetivados. Só assim o MSTTR será referência e terá legitimidade reconhecida na representação do segmento da terceira idade e idosos na área rural.

857 Em Junho de 2008, foi realizado o Encontro Nacional de Construção das Políticas para a Terceira Idade no MSTTR com a participação de 135 lideranças da Terceira Idade e idosos, que promoveu uma análise das modificações ocorridas na conjuntura nacional e na situação de vida das pessoas da terceira idade da área rural, bem como Fixou encaminhamentos para assegurar a efetivação de políticas que atendam aos interesses e as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de terceira idade.

858 Recentemente o meio rural tornou-se um espaço de disputa organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras aposentados e pensionistas, surgindo as mais diversas organizações tais como sindicato dos aposentados, associações dos idosos entre outras, no entanto o fato de o Trabalhador e a trabalhadora rural se aposentar, consiste de que ele não deixa de pertencer a categoria. Portanto sua representatividade continua se dando pelos espaços do MSTTR, onde a organização do segmento específico da terceira idade e idosos é fundamental para fortalecer a organização e a estrutura sindical, mas é necessário que este Trabalhador e trabalhadora sinta-se representado e enquanto um agente participante do Processo, e os sindicatos desempenham papel fundamental tendo atitude no sentido de promover ações específicas com a Terceira Idade e pessoas idosas visando seu fortalecimento e seu envelhecimento saudável e ativo.

859 Nesse sentido, alguns desafios estão sendo postos ao MSTTR, seja pelo aperfeiçoamento ou implementação de algumas políticas específicas, seja pelo próprio processo de envelhecimento por qual passa o campo brasileiro na atualidade.

860 Plano de Lutas

861 Lutar pela disponibilização de políticas públicas e Programas voltados a atender diretamente as pessoas da terceira idade e idosas, garantindo os mecanismos asseguradores do acesso a

uma moradia digna, programas educacionais, atividades de cultura, esporte e lazer no meio rural, promovendo a integração dessas pessoas num quadro amplo das políticas econômicas e sociais.

862 Proporcionar acesso continuado aos serviços financeiros e de infra-estrutura e capacitação em técnicas e tecnologias agrícolas melhoradas, visando adoção de medidas para aumentar a participação das pessoas idosas na força de trabalho na agricultura familiar, reduzindo o risco da exclusão ou da dependência, fortalecendo suas capacidades.

863 Tornar o Estatuto do Idoso um instrumento de luta coletiva do campo, pautando-se pela sua efetivação e pelo seu cumprimento, denunciando qualquer forma de violação.

864 Promover ações e lutas pela garantia dos direitos das pessoas da terceira idade e idosas, através de ações de massa, capacitação e a organização da Terceira idade dentro da estrutura sindical.

865 Assegurar a autonomia e condições de trabalho para com a terceira idade e pessoas idosas no MSTTR, através da garantia da realização das ações específicas planejadas com recursos próprios.

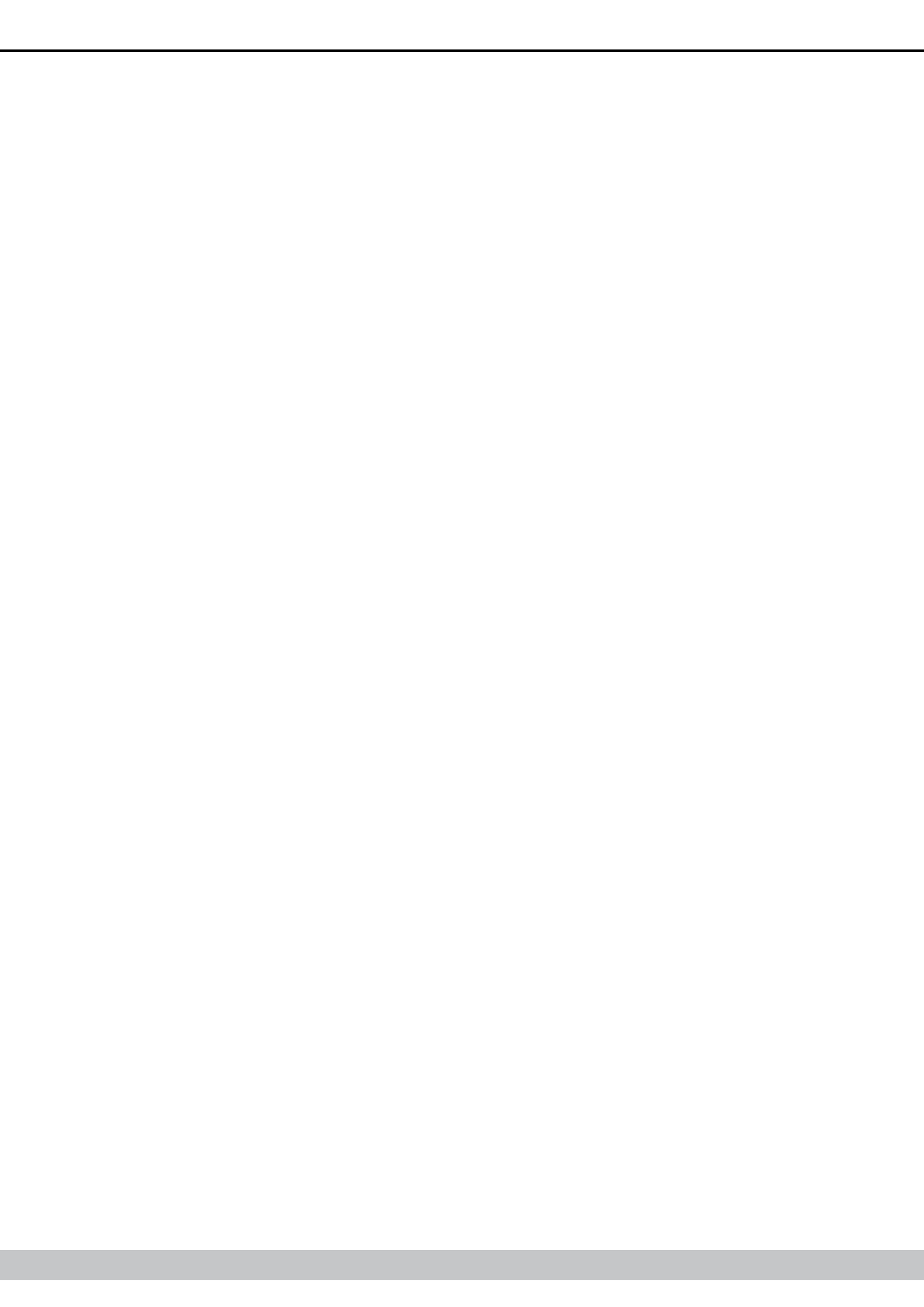
866 Buscar a garantia da participação sindical nos espaços de controle social voltados para a implementação de políticas públicas para a Terceira Idade e idosos, em especial os Conselhos de direito do Idoso de âmbito estadual e municipal.

Assessoria da CONTAG

Adriana Borba Fetzner	Assessoria Parlamentar
Amarildo Carvalho de Souza	Assessoria de Formação e Organização Sindical
Ana Maria Krigner Pompe	Assessoria da Comissão Nacional de Mulheres
Armando Santos Neto	Assessoria da Comissão Nacional de Jovens
Célia Hissae Watanabe	Assessoria de Formação e Organização Sindical
Cléia Anice da Mota Porto	Assessoria de Política Agrária
Décio Lauri Sieb	Assessoria de Política Agrícola
Edson Barbeiro Campos	Assessoria da Presidência
Eliene Novaes Rocha	Assessoria de Políticas Sociais
Érika Danyelle Silva Galindo	Assessoria da Comissão Nacional de Jovens
Evandro José Morello	Assessoria de Políticas Sociais
Fani Mamede	Assessoria de Meio Ambiente
Iara Duarte Lins	Assessoria de Finanças e Administração
Ivaneck Perez Alves	Assessoria Jurídica
Jeová Simões	Assessoria Formação e Organização Sindical
Luiz Vicente Facco	Assessoria de Relações Internacionais
Marcos Pereira dos Santos	Assessoria de Finanças e Administração
Maria Cavalcante Vicente	Assessoria de Políticas Sociais
Maria do Socorro Souza	Assessoria de Políticas Sociais
Maria José Costa Arruda	Assessoria de Política Agrária
Marleide Barbosa de Sousa	Assessoria da Secretaria de Assalariados
Paulo de Oliveira Poleze	Assessoria de Política Agrícola
Raimunda de Oliveira Silva	Assessoria de Formação e Organização Sindical
Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva	Assessoria da Secretaria de Assalariados
Rodrigo Silva Leal	Assessoria da Secretaria Geral
Ronaldo Ramos	Assessoria de Política Agrícola
Sara Deolinda C. Pimenta	Assessoria de Gênero
Tânia Dornellas	Assessoria de Políticas Sociais
Zeke Beze Júnior	Assessoria de Política Agrícola

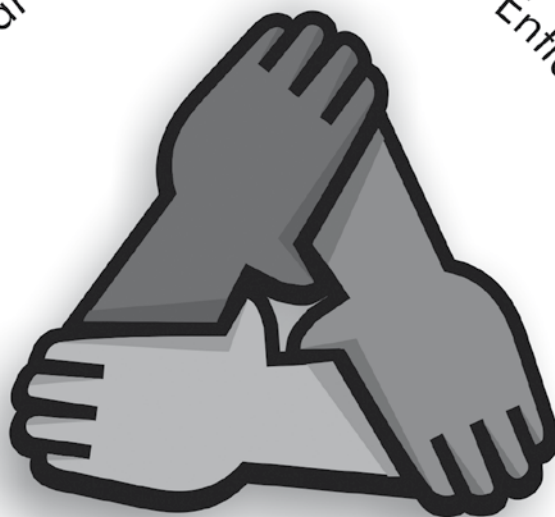
Colaboradores

Alessandra Cadamuro	DIEESE
Marco Cícero da Silva	
Moacir Chaves Borges	





Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais



PNFES
